

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2009

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

(A sessão tem início às 17H05)

1. Reinício da sessão

Presidente. - Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, suspensa na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

2. Declaração da Presidência

Presidente. - Senhoras e Senhores Deputados, decidi falar na língua do país onde teve lugar esta horrível tragédia.

(EN) Caros colegas, com certeza que ouviram as tristes notícias divulgadas durante o fim-de-semana sobre o atentado assassino contra a base militar de Massereene na Irlanda do Norte, que causou a morte de dois soldados – os soldados de engenharia Mark Quinsey, de Birmingham, e Cengiz Azimkar de, Londres, – e ferimentos noutras quatro pessoas, incluindo dois civis, um dos quais – um cidadão polaco – se encontra em estado grave. Este atentado contra as forças de segurança na Irlanda do Norte é um acto totalmente desprezível, que merece a minha mais viva condenação.

(Aplausos)

A nossa solidariedade vai para as famílias e os entes queridos dos soldados assassinados que perderam a vida ao serviço da comunidade e para as restantes vítimas.

Este foi o primeiro assassinato de soldados na Irlanda do Norte no espaço de 12 anos e constitui um atentado contra as instituições democráticas deste país e contra a própria base da sociedade livre e democrática do seu povo. Durante a minha recente visita à Irlanda do Norte, vi com os meus próprios olhos os ricos dividendos do processo de paz, com membros das duas comunidades a trabalhar em conjunto a fim de construírem uma vida melhor para as gerações futuras e deixarem para trás o mal do passado.

Os assassinos que perpetraram este ataque estão a querer varrer a democracia e a normalidade das ruas da Irlanda do Norte, mas não contam com nenhum tipo de apoio ou suporte popular e as suas acções são vivamente repudiadas pela vasta maioria da população. Estamos totalmente solidários com a população que ali vive e com as forças de segurança nos seus esforços para levar esses assassinos perante a justiça.

Nós, no Parlamento Europeu, temos afirmado repetidas vezes que repudiamos a violência terrorista seja em que circunstâncias for. Estes assassinos não hão-de conseguir destruir o processo de paz cuidadosamente construído na Irlanda do Norte, um processo que colheu sempre o firme apoio moral e material do Parlamento Europeu. O povo da Irlanda do Norte escolheu um futuro diferente: um futuro de paz e de respeito mútuo pela dignidade de cada pessoa. Apoiamos esta sua opção pela paz, pela democracia e pelo Estado de direito, e estamos solidários com eles neste momento.

Caros colegas, pedia-lhes agora que se levantassem e se juntassem a mim num minuto de silêncio em homenagem aos soldados assassinados.

(O Parlamento, de pé, guarda um minuto de silêncio)

James Nicholson (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, na noite de sábado, na Irlanda do Norte, todos nós ficámos – como toda a gente, julgo eu – profundamente chocados: dois jovens soldados foram brutalmente assassinados a sangue frio. É o pior pesadelo da Irlanda do Norte.

Há quase 20 anos que sou membro deste Parlamento e tinha esperança de nunca mais ter de fazer aqui uma intervenção para manifestar a nossa solidariedade para com as famílias de pessoas que perderam as suas vidas na Irlanda do Norte. É com enorme pesar que hoje tenho de fazer isso aqui mais uma vez.

Estes jovens fizeram o que muitos jovens fariam: mandaram vir uma piza da pizaria local, porque daí a três horas estariam a bordo de um avião a caminho do Afeganistão. Mas isso não aconteceu. Hoje os nossos pensamentos só podem ir para eles, que foram mortos na flor da idade. Este não é o momento para se dizer outras coisas que não sejam palavras de solidariedade para com as suas famílias. Este é um momento em que essas famílias precisam do nosso apoio.

É provável que os perpetradores deste acto não ouçam nenhuma das minhas palavras de condenação. Mas tenho de dizer isto: eles nunca hão-de conseguir alcançar o seu objectivo – eles não podem ganhar – porque foi o processo democrático na Irlanda do Norte que falou e é esse que tem de ganhar. Ainda que por vezes possa ter falhas, esse processo trouxe uma vida diferente ao meu povo na Irlanda do Norte, ao meu povo que descobriu uma vida melhor, que experimentou essa vida melhor e que quero ver a continuar essa vida melhor. Junto-me ao colega na expressão de condolência a estas famílias.

(Aplausos)

Liam Aylward (UEN). - (EN) Senhor Presidente, também eu condeno sem reservas o assassinato dos dois soldados britânicos e os ferimentos causados noutros quatro no exterior do quartel de Massereene, na cidade de Antrim, sábado passado. O Real IRA, um grupo republicano marginal da Irlanda do Norte, reivindicou a responsabilidade por este atentado hediondo, que é o primeiro atentado mortal contra as forças de segurança da Irlanda do Norte em 12 anos. Aqueles que perpetraram estes actos terroristas devem ser levados perante a justiça e responsabilizados pelos seus crimes horrendos. Os seus ataques não contam com o apoio político do povo da Irlanda do Norte.

O Acordo de Paz de Sexta-feira Santa de 1998 estabelece claramente o quadro para o desenvolvimento político e económico da Irlanda do Norte. As estruturas estabelecidas nesse Acordo estão a funcionar bem em apoio à democracia, ao Estado de direito, aos direitos humanos, e à paz e reconciliação. Não podemos nem iremos permitir que esses indivíduos destruam a paz por que pugnámos tão árdua e longamente na Irlanda do Norte.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Presidente, agradeço as vossas palavras de condolência em nome dos nossos soldados britânicos que perderam a vida na noite de sábado. O povo da Irlanda do Norte está grato por neste momento pensarem naqueles que choram a perda dessas vidas.

Aqueles que assassinaram os dois soldados procuram obter vantagem política pela via da violência. Gostaria de poder dizer que não irão conseguir o seu intento, mas, infelizmente, parece que na Irlanda do Norte a violência compensa – tanto mais que hoje temos três terroristas condenados do IRA a ocupar cargos ministeriais, e o nosso Primeiro-Ministro adjunto, Martin McGuinness, é alguém que, segundo Peter Robinson – numa altura em que este se opunha a que houvesse terroristas no governo –, assassinou pessoalmente pelo menos 12 soldados. Ele não é melhor nem diferente dos terroristas de Antrim que se colocaram por trás dos soldados moribundos e dispararam mais balas para os seus corpos.

Agora que o abominável homem do gatilho, McGuinness – outrora descrito por Peter Robinson como o "carniceiro de Bogside" –, partilha vergonhosamente o cargo mais elevado do meu país, é isto que acontece quando se negocia com terroristas. Espero que nunca se negocie com os terroristas que regressaram às nossas ruas, e espero que se aprendam e corrijam as lições do passado.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, não podemos solicitar a todos os deputados irlandeses que intervenham. Falei em nome de todos nós, o que deverá ser suficiente. Concordam comigo em que tivemos aqui uma homenagem digna àqueles a quem tiraram a vida? Muito obrigado.

Tenho também uma breve declaração a fazer sobre o Dia Internacional da Mulher, ontem celebrado. Para assinalar a ocasião, gostaria hoje de saudar de modo especial todas as mulheres que são membros deste Parlamento e endereçar-lhes um entusiástico voto de gratidão pelo seu empenhamento. Também gostaria de apelar a que façamos o nosso melhor para que o princípio da igualdade de género se torne uma realidade a nível europeu e a nível internacional.

Há cem anos atrás, 15 000 mulheres manifestaram-se em Nova Iorque pelo reconhecimento da sua dignidade e dos seus direitos. Neste dia, prestamos homenagem ao legado que nos deixaram. Não há dúvida de que muito já foi conseguido, desde então, em termos de reconhecimento e protecção dos direitos das mulheres e da promoção da igualdade de oportunidades para homens e mulheres em todos os sectores da sociedade. Não podemos abrandar os nossos esforços, muito mais tem de ser feito para concretizar a igualdade entre os sexos no seio da União Europeia e também para aumentar a participação das mulheres no mercado de

trabalho, na sociedade civil e na política. O Parlamento Europeu entende que há margem para aumentar ainda mais o actual grau de participação das mulheres na tomada de decisões a nível local, nacional e da União Europeia. Os nossos Estados-Membros devem encontrar formas de incentivar e apoiar a participação das mulheres no processo de tomada de decisão e na política, tanto a nível nacional como internacional.

Estamos a muito poucos meses das eleições europeias. Gostaria de salientar, hoje, que a participação das mulheres nestas eleições e a representação equilibrada de homens e mulheres no Parlamento Europeu são aspectos particularmente importantes, tanto para o desenvolvimento democrático da União Europeia como para a nossa sociedade no seu todo. Em conclusão, gostaria de recordar que muitas guerras no mundo atingem muitas mulheres com particular dureza, e estamos a desenvolver esforços para impedir que a perseguição e a violação das mulheres sejam usadas como armas de guerra. Temos de defender a dignidade de todas as pessoas deste nosso mundo e não podemos, nunca, deixar esmorecer o nosso compromisso.

Muito obrigado pela vossa atenção.

(Aplausos)

3. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

4. Composição do Parlamento: ver Acta

5. Pedido de defesa da imunidade parlamentar: ver Acta

6. Seguimento dado a um pedido de defesa da imunidade parlamentar: Ver Acta

7. Composição das comissões e das delegações: ver Acta

8. Assinatura de actos adoptados em co-decisão: ver acta.

9. Pedido de aplicação do processo de urgência: Ver Acta

10. Entrega de documentos: ver Acta

11. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): Ver Acta

12. Petições: ver Acta

13. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta

14. Transferências de dotações: ver Acta

15. Ordem dos trabalhos

Presidente. – O projecto definitivo de ordem do dia da presente sessão plenária, tal como elaborado pela Conferência dos Presidentes, na sua reunião de quinta-feira, 5 de Fevereiro, dando seguimento aos artigos 130.º e 131.º do Regimento, já foi distribuído, tendo-lhe sido propostas as seguintes alterações:

Segunda-feira:

Em primeiro lugar, existe um pedido do Grupo Socialista no Parlamento Europeu com vista à inscrição do relatório Magda Kósáné Kovács, sobre a situação social dos Roma, no período de votação de amanhã, em vez da quinta-feira prevista.

Segundo: pedido do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus igualmente com vista à inscrição na ordem do dia do relatório Herbert Reul, sobre soluções para suplantarmos os desafios suscitados pelo aprovisionamento em petróleo, no período de votação de amanhã, terça-feira.

Em ambos os casos, o prazo de apresentação de propostas de resolução comum de substituição é hoje e, por conseguinte, não será tecnicamente possível submeter estes textos a votação amanhã. Proponho, contudo, que a votação de ambos os relatórios tenha lugar na quarta-feira em vez de amanhã. Há alguma objecção?

Hannes Swoboda, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhor Presidente, lamento que não seja possível realizar a votação amanhã, dado que vários representantes dos Roma tinham planeado assistir, pensando que a votação havia sido marcada para essa altura. Se o que propomos é absolutamente impossível, terá, naturalmente, de se realizar a votação na quarta-feira, mas quero reiterar que, tendo em conta a visita de representantes dos Roma, e havendo acordo dos grupos políticos, deveria ser certamente possível abrir uma excepção.

Presidente. – Tomamos nota dessa vontade política. Foi-me dito que, em conformidade com o nosso Regimento, apenas é possível votar na quarta-feira. No entanto, podemos precisamente dar conhecimento deste facto aos representantes dos Roma, de modo a expressarmos aquilo que é a nossa vontade política. Seguidamente, poderíamos votar ambas as duas propostas na quarta-feira.

(O Parlamento aprova a proposta do Presidente)

Terça-feira:

O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia apresentou um pedido com vista à inscrição na ordem do dia de uma declaração da Comissão sobre o milho transgénico MON810 e à conclusão do debate com a apresentação de uma proposta de resolução. Quem pretende justificar este pedido? Senhor Deputado Cohn-Bendit?

Daniel Cohn-Bendit, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como é do vosso conhecimento, na mais recente reunião do Conselho do Ambiente, houve uma clara maioria qualificada contra a proposta da Comissão.

A Comissão apresentou esses pedidos novamente em 2006 e 2007 e, em cada vez que o fez, o Conselho opôs-se. Agora, este pedido será provavelmente repetido na próxima reunião do Conselho do Ambiente, desta vez dirigida contra a França e a Grécia. O Parlamento deve, muito simplesmente, tomar uma posição clara, para acabar com este debate de uma vez por todas. Não é tarefa da Comissão estar constantemente a tentar comprar os países por causa de uma iniciativa que foi rejeitada por diversas áreas políticas. É por isso que queremos ver, finalmente, um debate com o Conselho e a Comissão e uma proposta de resolução, de modo a pôr fim a este assunto de uma vez por todas – e isto antes das eleições, de modo que os eleitores saibam quem defende o quê. Não concorda comigo, Senhor Deputado Ferber?

Presidente. – Muito obrigado. Foi esta a justificação. Quem vai opor-se à proposta?

Martin Schulz, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhor Presidente, à semelhança do que foi referido pelo meu colega Hannes Swoboda, no meu caso, apoio uma parte do pedido do senhor deputado Cohn-Bendit e oponho-me à outra parte. Acho que ele tem razão, o comportamento da Comissão é de facto espantoso, para não dizer outra coisa menos educada. Em segundo lugar, é verdade que a situação no Conselho é confusa: alguns Estados-Membros partilham a opinião da Comissão e outros não.

Temos uma situação semelhante nesta Câmara. É verdade que precisamos de um debate com a Comissão – embora esta já tenha pressionado esta situação muitas vezes, indo contra as recomendações do Parlamento e até mesmo de alguns membros do Conselho – e que apoiamos o pedido de uma declaração da Comissão com esta finalidade. A segunda parte é a resolução. Li cuidadosamente a proposta do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, e a exposição de motivos do senhor deputado Cohn-Bendit estava mais relacionada com a campanha eleitoral do que com o milho transgénico, o que foi muito interessante de ver. O Grupo Verdes/ALE solicita igualmente a destituição da Comissão – um voto de não confiança na Comissão. Mas este processo pode levar-nos tão longe que entendemos dever, em primeiro lugar, examinar a questão cuidadosamente, e é por isso que apoiamos o debate – esta é a verdade! Além disso, existe uma comissão especializada que deve tratar esta resolução, devendo apresentar-nos uma proposta de resolução numa das próximas sessões plenárias, algo devidamente preparado em vez de alinhavado à pressa durante esta semana.

Presidente. – Muito obrigado. Vou agora dar a palavra ao senhor deputado Fjellner, que possivelmente vai apresentar uma outra posição.

Christofer Fjellner, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhor Presidente, sou contra as duas partes das propostas do senhor deputado Cohn-Bendit, porque há menos de um mês debatemos e votámos este tema

na Comissão do Ambiente, como ouvimos sugerir ainda há pouco. Por isso, eu diria que está resolvido, e que, especialmente neste momento, no fim do período legislativo, em que mal temos tempo para conversações legislativas importantes, penso que seria incorrecto dar prioridade a este tema específico.

Neste momento, não podemos dar prioridade a debates sobre matérias já tratadas, e fazer isso só porque os Verdes acham que não estão a ter atenção suficiente neste período que antecede as eleições seria uma verdadeira irresponsabilidade.

Presidente. – Por um lado, temos um pedido para inscrição na ordem do dia do tema da resolução; por outro lado, o senhor deputado Fjellner refere que nem uma declaração nem uma proposta de resolução devem ser inscritas na ordem do dia. A minha sugestão é de que, primeiro, votemos sobre o procedimento e debatamos seguidamente se podemos ter apenas a declaração.

Recebi, adicionalmente, um pedido de realização de uma votação nominal com a finalidade de determinar quem apoia o pedido do deputado Cohn-Bendit e do Grupo Verdes/Aliança Livre Europeia. Está aberta a votação.

Martin Schulz (PSE). – (DE) Senhor Presidente, não é necessário tornarmos as coisas mais complicadas do que elas são. Tenho a certeza de que o senhor tem razão num plano formal; o seu modo firme de apreender as coisas não me permite duvidar desse facto. Mas a impressão com que fiquei é de que a senhora deputada Frassoni concorda com a nossa proposta.

Vamos ter um debate com a Comissão, esta semana, e também gostaria de solicitar que este tema seja inscrito na ordem do dia. Ao mesmo tempo, peço que encarreguemos a comissão competente de elaborar uma resolução. Creio que seria um pedido de maior alcance, relativamente ao qual poderia ser realizada uma votação inicial.

Presidente. – Poderíamos gastar outra meia hora discutindo este ponto. O procedimento correcto é votar sobre satisfazer ou não o pedido do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia. Tentei ajudar a sair do impasse com a minha proposta de realizarmos outro debate a seguir, para sabermos se queremos uma declaração da Comissão, mas não podemos actuar segundo outra ordem qualquer.

(O Parlamento aprova o pedido)

Quarta-feira:

Quero informar que foram apresentadas 113 alterações ao relatório da senhora deputada Elisa Ferreira sobre o plano de relançamento da economia europeia. Constatamos que foi ultrapassado o limiar de 50 alterações previsto no artigo 156.º do Regimento e convido, por conseguinte, a comissão competente a proceder à apreciação das mesmas. Esta comissão reúne logo à noite, e o debate sobre o referido relatório permanece inscrito na ordem do dia de quarta-feira.

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus solicita a antecipação para as 15H00 do debate sobre as perguntas orais ao Conselho e à Comissão sobre o ponto da situação em relação ao SIS II. Visto que todos os grupos políticos se manifestam favoravelmente a este pedido, a ordem do dia é alterada em conformidade.

Acabam de me dizer que não referi algo relativamente a terça-feira: o pedido do Grupo Socialista no Parlamento Europeu com vista ao prolongamento de meia hora dos debates da tarde, sendo o período de perguntas à Comissão consequentemente realizado entre as 18H30 e as 20H00. Está bem assim?

(O Parlamento aprova o pedido)

Quinta-feira:

O Grupo Verdes/Aliança Livre Europeia e o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa solicitam que o debate sobre a pergunta oral à Comissão relativa ao 50.º aniversário da sublevação tibetana seja concluído com a apresentação de uma proposta de resolução.

Monica Frassoni, em nome do Grupo Verts/ALE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cremos que, nesta ocasião tão importante – o 50.º aniversário da rebelião do povo tibetano e da fuga do Dalai Lama –, é fundamental que o nosso Parlamento se pronuncie através de uma resolução e não apenas num simples debate.

Não é a primeira vez: este Parlamento sempre defendeu o Dalai Lama e a causa da liberdade do povo tibetano e não podemos recuar agora, sobretudo porque a situação não melhora. A situação deteriora-se constantemente e mesmo muito recentemente fomos objecto de intimidação por parte do Governo chinês a respeito da liberdade dos Tibetanos. Considero fundamental, portanto, que não só debatamos a questão, mas também tomemos decisões.

Marco Cappato, em nome do Grupo ALDE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, faz agora um ano que aprovámos uma resolução que apoiava a posição tomada pelo Dalai Lama nas negociações com a China, ou seja, a não-violência e a autonomia – não a independência – do Tibete.

A China rompeu essas conversações, acusando o Dalai Lama de violência, de gerar a violência e de pretender a independência e não a autonomia. Pois bem: hoje, no 50.º aniversário da rebelião de Lhasa, seria absolutamente incompreensível se este Parlamento não intervisse, não só para defender o Dalai Lama e a não-violência, mas também para defender a posição e a reputação do Parlamento. Não pedimos que sejam retirados outros pontos da ordem do dia; pedimos simplesmente que o Parlamento tenha a coragem de exprimir uma opinião.

Solicitamos, por conseguinte, que, para além do debate, seja posta à votação uma resolução sobre o tema.

Nirj Deva (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, não esperava intervir, mas, atendendo a que este é um Parlamento muito importante e estamos a atravessar um momento de crise de crédito global, e porque temos de ser levados a sério pelos nossos interlocutores em todo o mundo, não deveríamos de facto dedicar a nossa atenção a questões como esta, justamente agora que temos de construir pontes e parcerias para as nossas actividades comerciais e económicas.

Presidente. – Tenho toda a compreensão pelo que está a dizer, mas tal não está de acordo com o nosso Regimento.

(O Parlamento aprova o pedido)

Sobre o debate referente aos casos de violação dos direitos do Homem, da democracia e do Estado de Direito, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu solicitou a substituição do ponto relativo à Serra Leoa pelo ponto intitulado "Expulsão das ONG do Darfur".

Hannes Swoboda, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhor Presidente, vou ser breve. A situação no Darfur tornou-se extremamente crítica e ficou, de modo particular, ainda mais dramática com a expulsão das várias organizações de ajuda. É por esta razão que, neste momento, queremos dar prioridade a este tema. Peço a vossa ajuda. Muito obrigado.

Presidente. – O Darfur já faz parte da ordem do dia.

(A ordem dos trabalhos fica assim fixada)

16. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes.

Georgios Papastamkos (PPE-DE). - (EL) Senhor Presidente, já podemos ver neste momento o impacto adverso da crise financeira global no comércio internacional. Basta apenas verificar que a taxa de crescimento do comércio global caiu de 8,5% em 2006 para 5,5% em 2007 e foi da ordem de apenas 4% em 2008. Foi introduzido um mecanismo especial no âmbito da Organização Mundial de Comércio para acompanhar as medidas que foram e estão a ser adoptadas pelos Estados-Membros da organização a fim de apoiar os sectores da economia que foram atingidos.

Atendendo à importância especial do comércio externo para a economia, o crescimento e o emprego na União Europeia, a Comissão é convidada a, no contexto da aplicação do plano de relançamento económico, assumir imediatamente um papel de liderança numa iniciativa multilateral para apoiar o comércio. É igualmente convidada a conjugar essa iniciativa com o trabalho do grupo do Banco Mundial e de outras organizações multilaterais que actuam na área do desenvolvimento.

Ioan Mircea Pașcu (PSE). - (EN) Senhor Presidente, a arquitectura internacional, política, militar, económica e financeira encontra-se sob pressão devido à actual crise. A UE está no centro dessa arquitectura. Apareceu

como a única fórmula para a Europa preservar o seu papel no mundo bipolar. Alargou-se com êxito para reunir o continente no fim da Guerra Fria e está agora a ser chamada a preservar conquistas anteriores e a prosseguir a integração assim que voltarem melhores tempos.

Esta não é uma tarefa fácil, especialmente para a Presidência actual, mas também para as próximas, que terão de lidar com o impasse institucional persistente em torno do Tratado de Lisboa e a transição para um novo Parlamento e uma nova Comissão, combatendo ao mesmo tempo tendências proteccionistas, ameaças de renacionalização de políticas comuns e potenciais crises internacionais na nossa vizinhança.

A UE encontra-se, por conseguinte, num momento crucial. Tanto pode ser bem sucedida como fracassar. O nosso êxito dependerá da compreensão total de que a solidariedade é a única via que nos permite responder a todos esses desafios e prosseguir a nossa odisseia nos assuntos mundiais.

Magor Imre Csibi (ALDE). – (RO) Após as eleições legislativas na Roménia os partidos políticos que constituem a oposição vêem-se agora numa situação difícil. Os partidos no poder estão, de facto, a tentar isolá-los e até mesmo a excluí-los da vida política e administrativa local.

A substituição, por motivos políticos, dos responsáveis políticos da administração local durante a actual crise económica põe em destaque a falta de responsabilidade do Governo, com o risco de que venha a abrandar o ritmo de conclusão de projectos especificamente destinados às comunidades locais.

A credibilidade democrática do actual Governo pode ser posta em dúvida no caso de dois vereadores da Assembleia Municipal de Brasov, os Srs. Vasile Bran e Iulian Mara, que foram eleitos pelos eleitores locais e ainda não tomaram posse oito meses depois da realização das eleições autárquicas. A eleição de Vasile Bran foi injustificadamente anulada por decisão da Assembleia Municipal, ao passo que Iulian Mara não pôde fazer o juramento em virtude de a decisão que validava as suas funções ter sido contestada num processo administrativo movido pela Instituição para o Condado de Brasov do Prefeito.

Em virtude da preocupação dos representantes dos que detêm o poder com a usurpação de funções na administração local e sem que a vontade popular seja respeitada, força é de constatar que a lei foi infringida, tendo os dois vereadores sido substituídos por duas outras pessoas num acto discricionário da maioria.

Entendo que o actual Governo deve estar ciente de que a obtenção de uma maioria não pressupõe que se possa ignorar a lei. Os abusos deste tipo devem acabar e a lei ser aplicada. De facto, o voto dos eleitores não deve ser invalidado pela ditadura da maioria.

Jan Tadeusz Masiel (UEN). – (PL) Senhor Presidente, na semana passada uma delegação informal de deputados do PE visitou a Palestina e Israel. Visitámos igualmente a Faixa de Gaza e o que vimos lá despertou em mim um enorme sentimento de indignação e de forte simpatia para com a nação palestiniana ocupada. A indignação que sinto é partilhada pelas agências das Nações Unidas activas na região.

Senhor Presidente, só vejo um caminho para se sair desta situação: deve criar-se muito rapidamente e sem condições um Estado palestiniano. Em 1948, ao fundar o seu país, o povo judeu não pediu autorização aos palestinianos. Hoje em dia Israel não deve colocar obstáculos à vontade do povo palestiniano. Repito: deve dar-se assistência incondicional e urgente a uma nação oprimida, pondo assim termo a este antigo conflito.

Acredito que estas medidas reforçariam a paz em todo o mundo, mas sobretudo devemos fazê-lo simplesmente porque os palestinianos merecem o seu próprio Estado.

Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, ao que parece, durante a sua visita, a Secretária de Estado norte-americana sugeriu aos israelitas, entre outras coisas, que pusessem termo à construção e ampliação de colonatos na Cisjordânia, levantassem os bloqueios nas estradas, cessassem a construção do muro e deixassem de expulsar os palestinianos de Jerusalém Oriental; em relação a Gaza, sugeriu que autorizassem a importação do cimento e dos materiais de construção necessários à reconstrução da área.

São boas sugestões, mas parece que caíram em saco roto, porque, embora não permitam a entrada desses materiais em Gaza, os israelitas não hesitam em extrair ilegalmente da Cisjordânia três quartos dos materiais fornecidos à indústria de construção israelita, destruindo implacavelmente o ambiente natural, enquanto os legítimos donos da terra não retiram daí qualquer tipo de proveito financeiro.

Chegou a hora de os Estados Unidos e a União Europeia acabarem com a impunidade de Israel e fazerem alguma coisa mais do que discursos e sugestões.

(Aplausos)

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção de V. Exa. para algo que contribui de modo particular para denegrir esta Câmara: o fundo de pensões.

De acordo com relatos recentes da revista *Stern*, pelo menos 76 eurodeputados alemães eram membros deste fundo. No entanto, esta informação apenas diz respeito à lista da associação, não ao fundo. Venho por esta forma exortá-lo, Senhor Presidente Pötering, enquanto dirigente máximo do Parlamento, a enviar a lista completa dos membros do fundo à administração da Câmara Baixa do Parlamento alemão, pois, ao abrigo dos regulamentos aplicáveis no seu país, haveria automaticamente suspeita de fraude grave, se se viesse a revelar que haviam sido feitos pagamentos em duplicado. Esta situação terá então de ser investigada em conformidade, tendo as autoridades alemãs o direito de saberem desta situação através de V. Exa.

Da mesma forma, todos nós temos o direito de conhecer o défice deste fundo. Algo está a ser silenciado neste contexto, e existe o risco de, no final da legislatura, os especuladores serem mais uma vez salvos ao som da música de muitos milhões, à custa dos contribuintes. Não se pode permitir que isso aconteça!

Presidente. – A Mesa do Parlamento vai tratar este assunto de uma forma juridicamente correcta e politicamente honesta – pode ter a certeza disso.

Tunne Kelam (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, o último relatório da Agência Internacional de Energia Atómica conclui que o Irão produziu urânio fracamente enriquecido em quantidade suficiente para construir uma bomba atómica.

O mais alarmante é a rapidez com que o Irão está a avançar. Segundo as estimativas da Agência, Teerão aumentou o número de centrifugadores de enriquecimento de urânio 34 vezes em menos de três anos. No entanto, nos próximos cinco anos, o Irão planeia acrescentar 45 000 centrifugadoras às 5 600 já existentes, o que significa que passará a ter capacidade para fabricar armas nucleares a uma escala industrial. Significa igualmente bombas atómicas disponíveis, considerando o desenvolvimento da capacidade dos mísseis e o lançamento do primeiro satélite do Irão.

Isso significa que a política de conter o Irão apenas por meio de sanções tímidas e da diplomacia fracassou e serviu apenas para dar a Teerão o tempo necessário para a conclusão do seu programa nuclear.

É, portanto, chegada a hora de abandonar a política de apaziguamento de facto e de nos concentrarmos numa resposta conjunta da UE a uma possível chantagem nuclear ou um ultimato por parte do Irão. Se também nessa altura, as negociações "como é costume" forem a nossa única opção, isso significará uma rendição política.

PRESIDÊNCIA: MORGANTINI

Vice-presidente

Hannes Swoboda (PSE). – (DE) Senhora Presidente, vamos abordar – embora infelizmente não o possamos debater – o relatório da senhora deputada Kósáné Kovács sobre a questão dos Roma. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para destacar o tema, dada a actual situação bastante difícil. Houve uma série de incidentes na Hungria, mas o problema não está limitado a este país, onde a crise económica e os problemas sociais talvez expliquem o novo aumento dos ataques aos Roma. Trata-se de algo que é particularmente condenável. Vários Roma – incluindo um Roma austríaco – me têm abordado e pedido para chamar a atenção para estas situações, pois o medo, mais uma vez, se apoderou da comunidade Roma na Europa. Insto igualmente a Comissão a acompanhar a situação muito de perto e a fazer todos os possíveis por assegurar que os Roma – e também outras minorias, mas, neste caso, estamos a falar em particular dos Roma – não precisam de viver outra vez com medo na Europa: nos tempos que correm, ninguém pode viver assim.

Marco Cappato (ALDE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em Itália, a Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, um órgão independente, emitiu a sua 43.^a resolução contra a televisão estatal por violação do direito dos cidadãos italianos a serem informados sobre as iniciativas dos Radicais – a sua 43.^a resolução.

Em Itália, não são difundidos debates eleitorais desde as eleições – faz agora dez meses; estes debates foram ilegalmente suspensos. A comissão de supervisão parlamentar da rádio e da televisão não tem reunido, o que também é contra a lei. Não é um problema apenas do Sr. Berlusconi: é um problema de um sistema de direita, de centro e de esquerda que atenta contra os direitos civis e políticos dos cidadãos italianos.

O senhor deputado Pannella e eu temos de abandonar os nossos trabalhos amanhã e de nos apressarmos a regressar a Itália para tentar delinear formas de resistência não violenta contra esta nova forma de negação da democracia. Enviaremos uma mensagem a todos os nossos colegas do Parlamento para explicar em pormenor a natureza destas infracções e para pedir o vosso apoio e ajuda.

Bogusław Rogalski (UEN). – (PL) Senhora Presidente, mais uma vez vejo-me forçado a usar nesta Câmara da palavra para defender os direitos das minorias nacionais na Lituânia, que estão a ser impiedosamente ignorados e violados pelas autoridades e pelo sistema judicial lituano.

Na região em torno de Vilnius mais de 70% da população é de origem polaca. Até agora, os nomes das ruas e cidades estavam indicados em formato bilingue, tal como em muitos outros países da União Europeia onde existem minorias nacionais. Mas há pouco tempo, o Supremo Tribunal Administrativo da Lituânia considerou ilegal a colocação de placas toponímicas nas ruas em polaco e lituano, e ordenou a sua remoção. A administração local de Vilnius pôs em prática esta decisão e foram retirados os nomes polacos de ruas de uma região onde a maioria dos residentes pertence à minoria polaca.

Ora isto não é aceitável num país que é membro da União Europeia há cinco anos. Trata-se de um sintoma de nacionalismo extremo que demonstra falta de respeito pelos direitos das minorias nacionais e constitui uma violação dos princípios fundamentais em que assenta a construção da União Europeia.

Apelo às autoridades da Lituânia para que reponham os nomes polacos nas ruas e cidades de regiões onde a maioria dos residentes pertence à minoria polaca.

Georgios Toussas (GUE/NGL). - (EL) Senhora Presidente, o terrorismo contra os trabalhadores com o apoio dos mecanismos de Estado repressivos é agora uma abordagem padrão no local de trabalho escravo. Estão a ser despedidos milhares de trabalhadores e estão a ser reduzidos direitos laborais e sociais fundamentais dos trabalhadores para que estes se adaptem ao leito de Procrustes.

Um exemplo típico disso encontra-se no Reino Unido, onde se descobriu uma empresa privada que está a recolher informações sobre as actividades sindicais, sociais e políticas dos trabalhadores para as vender às empresas. Na Grécia, os conflitos laborais pela reintegração de trabalhadores despedidos foram rotulados de ilegais e abusivos.

Os trabalhadores estão obviamente determinados a defender os seus direitos e adoptaram como sua bandeira as palavras do trabalhador de 22 anos Nikos Nikopoulos na carta aberta que dirigiu ao procurador público do Supremo Tribunal de Recurso da Grécia, na qual diz, entre outras coisas, o seguinte:

"Para mim, há certas coisas na vida que não se podem comprar nem vender. Prefiro que o meu salário seja o meu direito inalienável, a reivindicar as riquezas que produzo e que me pertencem. A minha recusa inabalável a deixar-me subornar ou atemorizar fez com que eu fosse despedido pela segunda vez. Recebi ameaças directas contra a minha vida e a vida da minha família."

Esta declaração ilustra bem a vontade dos trabalhadores e o caminho que estes estão a tomar.

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Zsolt László Becsey (PPE-DE). – (HU) Nos últimos dias, talvez em parte por causa da crise, a *vox populi* nos Estados-Membros que aderiram nos últimos cinco anos tem reagido com cada vez maior sensibilidade a qualquer acção que possa pôr em causa ou desacreditar o estatuto de igualdade e de respeito por normas idênticas inerente à sua adesão à União Europeia. No que diz respeito ao meu círculo eleitoral, temos ouvido acusações na televisão sueca e também na Internet de que, na aldeia de Harkakötöny, a forma como os gansos são depenados constitui crueldade para com os animais, isto enquanto, na realidade, há anos que não são criados gansos nesta localidade ou nesta zona. Ainda bem que, relativamente a este tema, foi instaurado um processo por difamação. Declarações difamatórias semelhantes foram recentemente proferidas contra os criadores de gansos do meu país relativamente à alimentação forçada destes animais. Estas declarações apelavam a um boicote contra os processadores, o que tem causado prejuízos económicos. Curiosamente, nenhuma dessas acusações foi formulada contra os antigos Estados-Membros. Estas acções têm a ver com interesse económico, mas uma outra forma de difamação unicamente política consiste em declarações alegando ataques com base étnica contra a população Roma da Hungria, como se se estivesse a falar de factos reais, embora até à data tenha sido impossível provar, na maior parte dos casos, que tais ataques ocorreram efectivamente. Peço à Comissão que acompanhe de perto estas polémicas e, especialmente, que não as divulgue, uma vez que este tipo de declarações, no período que antecede as eleições, podem desacreditar seriamente o prestígio da União Europeia no meu país.

Thierry Cornillet (ALDE). - (FR) Senhora Presidente, enquanto relator permanente do nosso Parlamento para a acção humanitária, estou, neste momento, a chegar de Kivu, na República Democrática do Congo, e tinha a esperança de vos transmitir uma mensagem optimista sobre a resolução da situação que ali se vive e sobre o regresso a casa dos deslocados.

Infelizmente, o meu optimismo foi temperado pela decisão do Presidente El Béchir relativa à terrível crise humanitária no Darfur. É certo que temos todas as razões para acusar o Presidente El Béchir, pois trata-se de uma luta contra a impunidade, e para fazer respeitar o direito internacional humanitário.

Mas o Presidente El Béchir acaba de agravar o seu caso pois acaba de tomar uma decisão duplamente irreflectida: por um lado, porque se junta às críticas que já lhe são feitas e, por outro, porque, por si só, é passível de o conduzir perante o TPI, uma vez que os seus efeitos no Darfur são extraordinariamente graves em matéria humanitária.

Assim, o mundo não o esquecerá, mas as nossas palavras, só por si, não terão grande efeito, Senhora Presidente. Apreciei o facto de termos mudado o objectivo, mas, para além das palavras, temos de passar aos actos.

Ewa Tomaszewska (UEN). - (PL) Senhora Presidente, o facto de os cidadãos da UE terem de emigrar para encontrar trabalho, de adoptarem a mobilidade por não encontrar trabalho onde vivem, assim como a pobreza que é inerente à condição de desempregado, levam frequentemente a que os seus filhos sejam menos apoiados, e por vezes até negligenciados.

A crise económica em desenvolvimento ameaça provocar um sério agravamento nos índices de desemprego, podendo fazer aumentar a dimensão do problema das crianças da rua. Estas crianças apresentam deficiências em termos de nutrição e cuidados de saúde adequados, a sua escolaridade é interrompida e por vezes entram em contacto com delinquentes. Num momento de colapso demográfico, isto não só representa um desperdício de oportunidades de desenvolvimento de cada criança mas constitui uma ameaça de cariz social para a geração vindoura. É essencial enfrentarmos este problema.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Ontem foi o Dia Internacional da Mulher, o que foi assinalado num quadro de profundo agravamento da situação das mulheres, em especial das trabalhadoras, sobre quem continuam a recair desigualdades e discriminações.

Neste momento, milhões de mulheres e jovens raparigas estão confrontadas com a degradação acentuada das suas condições de vida e de trabalho, reformas de miséria, os despedimentos, o desemprego, o trabalho precário e mal pago, o alastramento da pobreza e da exclusão social, com forte incidência em segmentos de trabalhadoras, reformadas, mulheres com deficiência, a quem é negado o direito a ter direitos em matérias cruciais para uma vida em dignidade.

Por isso, além de saudar todas as mulheres da União Europeia e do mundo, aqui deixo o apelo a medidas urgentes e novas políticas para garantir às mulheres os seus direitos de cidadãs de pleno direito no trabalho, na família, na sociedade e na política.

É fundamental criar as condições para que sejam trabalhadoras com direitos, para garantir o direito a ser mãe e trabalhadora sem penalizações e a receber salários justos e reformas que permitam viver com dignidade.

Árpád Duka-Zólyomi (PPE-DE). - (SK) Temos, novamente, um problema relacionado com o respeito dos direitos das minorias étnicas na Eslováquia, o que se deve ao Ministro da Educação, um membro do partido governamental nacionalista extremo.

O ministro em causa emitiu uma decisão segundo a qual as escolas nas quais o ensino se realiza em línguas das minorias étnicas, daqui em diante, só podem utilizar livros de história que constituam traduções literais dos livros eslovacos. Portanto, a história só será ensinada de acordo com os ditames do partido governamental, e não com base nos factos.

Isto contraria a prática existente até à data, assim como os direitos internacionalmente garantidos das minorias. Na UE, as comunidades minoritárias possuem todas o direito natural de aprender a sua própria história. Os professores húngaros, aliás como toda a comunidade húngara na Eslováquia, estão ofendidos, e com razão. É inaceitável que um partido extremista pressione constantemente as minorias desta forma. É irresponsável que, no decurso de uma crise económica global, alguém sinta necessidade de provocar minorias étnicas. Ter um comportamento deste tipo em tempos de tanta incerteza é brincar com o fogo.

Olle Schmidt (ALDE). - (SV) Senhora Presidente, há muita gente que, como eu, está preocupada com o crescente anti-semitismo na Europa. Durante o fim-de-semana, houve um jogo de ténis da Taça Davis entre a Suécia e Israel na minha cidade natal, Malmö, mas não foi um jogo normal. Foi jogado sem espectadores, porque os dirigentes políticos locais consideraram que não podiam garantir a segurança, uma perspectiva que muitos de nós criticámos. Houve manifestações relacionadas com o jogo, uma das quais foi muito violenta. É certamente legítimo criticar as políticas do Estado de Israel, mas essa crítica não se pode transformar em ódio contra os judeus em geral, por outras palavras, em anti-semitismo.

Os sobreviventes do Holocausto não devem ser obrigados a ouvir que há pessoas na Europa que andam a gritar "assassinos, assassinos", quando há uma reunião para apoiar o Estado de Israel. No rescaldo da guerra na Faixa de Gaza, houve uma série de ataques a bens e interesses judeus, inclusive na minha cidade natal. Todas as forças democráticas devem ser muito claras nesta matéria. A Europa tem um passado terrível que não pode repetir-se nunca.

Hanna Foltyn-Kubicka (UEN). - (PL) Senhora Presidente, sendo eu alguém para quem os ideais em que a União Europeia se baseia representam mais do que um mero lema, estou satisfeita por o Parlamento Europeu ir servir de palco para um debate relacionado com o 50.º aniversário da revolta tibetana.

Mas simultaneamente sinto surpresa e pesar pelo facto de o debate ter sido agendado para 12 de Março. Gostaria de recordar àqueles que o parecem ter esquecido que a revolta tibetana começou a 10 de Março. No entanto, nesse dia o Parlamento vai estar a tratar de matérias como as prescrições para homologação no que se refere à segurança geral dos veículos a motor e a aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias.

Estes assuntos são importantes mas as pessoas e instituições envolvidas nas prescrições para homologação dos veículos pesados de mercadorias não se ofenderiam se as datas destes debates fossem trocadas. Talvez o dia 10 de Março marque um aniversário nesta matéria que desconheço. Talvez seja o "Dia Mundial das Prescrições Para Homologação dos Veículos Pesados de Mercadorias" ou o "Dia dos Inspectores das Prescrições para Homologação".

Ora seria muito negativo para o Parlamento se se viesse a descobrir que a escolha da data para este debate se ficou a dever ao desejo de reduzir a sua relevância.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, a proposta da Comissão de uma directiva relativa à eliminação da discriminação deparou-se com a oposição de muitos cidadãos europeus e, em consequência disso, estes encontram-se na difícil situação de pôr em dúvida a validade dessa proposta que afecta o seu direito de decidir através do seu próprio Estado sobre matérias em que a União Europeia não tem competência.

Na proximidade das eleições europeias, penso que não deveríamos suscitar tais questões. A abolição de símbolos, a abolição do direito de decidir sobre a vida é da competência de cada Estado. Numa altura em que o Parlamento Europeu está a suprimir estruturas através das quais os seus deputados podem expressar-se livremente, tais como os grupos transpartidários, não podemos falar em supressão da discriminação.

Chris Davies (ALDE). - (EN) Senhora Presidente, há um mês, V. Exa. e eu fizemos a nossa segunda visita do ano a Gaza. Houve outras pessoas que seguiram as nossas pisadas – Javier Solana esteve lá, Tony Blair conseguiu finalmente ir lá, e o Presidente do Parlamento esteve lá para ver com os seus próprios olhos as condições em que vivem actualmente os palestinianos.

Este Parlamento pediu o levantamento do bloqueio económico, mas este prossegue em grande medida. Semana após semana, os israelitas mantêm o castigo colectivo do povo palestiniano. Os nossos belos discursos de pouco servem enquanto Israel se recusa a ouvi-los. Senhora Vice-Presidente, peço-lhe que solicite ao Presidente que convoque uma reunião dos líderes de grupos e do seu gabinete para analisarem de que modo as nossas palavras podem traduzir-se em acções. Deparo-me permanentemente com a pergunta que os meus constituintes me fazem: "Vocês têm um Acordo de Associação com Israel. Como é possível manter este relacionamento com um país que ignora os nossos interesses e trata as nossas palavras com tal desprezo?"

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado Davies, irei transmitir o seu pedido.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE). - (RO) Os valores europeus são especialmente importantes no sistema de ensino romeno e os discursos eleitorais dos nossos colegas László Tőkés, Csaba Sógor e Iulius Winkler perdem por vezes o contacto com a realidade.

A Roménia proporciona às suas minorias étnicas um ensino de largo espectro nas suas línguas maternas. Gostava de salientar o importante papel da Universidade pública de Babeş-Bolyai, em Cluj-Napoca, no ensino em língua húngara. O sistema orgânico multicultural criado com a Carta da Universidade de Babeş-Bolyai, em 1995, assegura um ensino completo e independente em romeno, húngaro e alemão, bem como a leccionação de estudos judaicos, seja qual for o grau académico.

Na Universidade de Babeş-Bolyai podem ser vistos letreiros e inscrições em húngaro e alemão. Actualmente são dezassete as faculdades que oferecem programas em romeno e húngaro, e onze oferecem cursos em romeno e alemão. Existem também duas faculdades, a de Teologia Reformista e a de Teologia Católica Romana, em que os programas são exclusivamente leccionados em húngaro.

Jelko Kacin (ALDE). – (SL) Saúdo calorosamente a decisão, tomada hoje pelo governo croata, de reagir positivamente, em princípio, à iniciativa da Comissão Europeia de mediação entre a Eslovénia e a Croácia. Lamentavelmente, a resposta positiva inclui também uma cláusula desnecessária, uma condição que reduz significativamente a possibilidade de mediação.

No entanto, é importante que trabalhemos em conjunto para criar as condições que permitirão o início da mediação o mais rapidamente possível, o que irá aliviar o clima político em ambos os países e permitir que o diálogo tenha lugar em melhores condições. Devemos continuar a promover o processo de alargamento da União Europeia e é por isso que precisamos do Tratado de Lisboa. O tempo é essencial e, por isso, espero que seja elaborado dentro em breve um acordo-quadro para a mediação.

Jim Higgins (PPE-DE). – (GA) Senhora Presidente, os produtores de leite encontram-se numa situação muito difícil. O preço do litro do leite caiu para valores entre os 22 e os 24 cêntimos, e a procura de produtos lácteos registou uma queda repentina à escala mundial, em particular na Ásia e na China, na sequência do escândalo da melamina. Existem cerca de vinte mil produtores de leite na Irlanda que asseguram trinta mil postos de trabalho directos. Só a produção dos Estados Unidos registou um aumento de 3% e a produção no Brasil também aumentou. A taxa de câmbio entre o euro e a libra esterlina constitui um problema acrescido. É evidente que devem ser concedidos auxílios a curto prazo aos produtores, para que a sua sobrevivência não seja posta em causa. Uma medida que deve ser tomada, e que obteve óptimos resultados no passado, é a introdução de um regime de intervenção.

Filiz Hakaeva Hyusmenova (ALDE). – (BG) Obrigada, Senhora Presidente. O Dia Internacional da Mulher constitui para nós uma oportunidade para tomarmos o pulso à nossa política de igualdade dos géneros. Para muitas pessoas, esta política destina-se apenas a mulheres que procuram ter as mesmas oportunidades que os homens em termos de emprego, salário e tempo livre.

Esses objectivos são igualmente relevantes numa crise económica, mas a política de igualdade também deveria visar os homens. A crise afecta o mercado de trabalho. É de esperar que muitos deles venham a perder o emprego por causa do seu salário mais elevado e da redução de actividades de mão-de-obra intensiva no sector financeiro. Há uma probabilidade cada vez maior de os homens virem a ter uma maior participação na vida familiar e está em curso uma revolução nos papéis sociais tradicionais. Até que ponto os homens estão preparados para isso e se os ajustamentos sociais podem facilitar essa mudança são questões que ainda terão de ser respondidas.

As soluções possíveis variam entre Estados-Membros, regiões e comunidades. É por isso que apelo à actualização dos planos nacionais para a igualdade e à adopção de regras flexíveis que satisfaçam de igual modo as necessidades dos homens e das mulheres.

Iosif Matula (PPE-DE). – (RO) Dizem as estatísticas que um quarto das crianças da União Europeia leva uma vida sedentária e tem uma dieta não saudável. Daqui resulta um risco acrescido de se vir a ter não só uma tensão arterial elevada e diabetes como também outras doenças.

Em 2007 o Parlamento Europeu aprovou o relatório sobre o papel do desporto na educação. De facto, este relatório tornou obrigatórias pelo menos três horas de educação física por semana no contexto dos programas escolares. Sabemos que a educação física prepara as crianças para um estilo de vida saudável, transmitindo valores sociais importantes como a autodisciplina, a solidariedade, o espírito de equipa e o *fair play*.

É precisamente por isso que apelo à Comissão Europeia para que acompanhe mais de perto a transposição para as legislações nacionais e o respectivo cumprimento do requisito obrigatório de um mínimo de três horas de educação física por semana nas escolas, bem como o aumento do número de pavilhões desportivos e melhoria do seu equipamento de base.

Marco Pannella (ALDE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no livro de Albert Camus, a peste é anunciada inutilmente por um rato que vem morrer aos nossos pés. Não queremos ser como ratos inúteis que vêm anunciar a peste antidemocrática, violenta, anti-europeia que está agora a causar novas catástrofes em Roma, em Bruxelas, em Jerusalém e em Paris.

O senhor deputado Cappato já explicou a razão por que temos de abandonar amanhã os nossos trabalhos aqui, para acorrer a uma luta militante de resistência europeia e democrática no nosso país. O Parlamento Europeu celebra o seu 30.º aniversário. Se pensarmos no que foi alcançado há 30 anos, veremos que há muitos motivos de preocupação. Nós lutamos, não nos intimidamos.

Zita Pleštinská (PPE-DE). – (SK) Na minha intervenção, gostaria de chamar a atenção do Parlamento Europeu para o dia 15 de Março, que foi declarado o Dia Internacional dos Direitos do Consumidor, por iniciativa da organização *Consumers International*. Este dia constitui uma excelente oportunidade para aproximar a UE dos seus cidadãos, através de políticas relacionadas com a protecção dos consumidores.

Trabalhei intensamente nesta questão na qualidade de membro da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores. Apraz-me o enorme interesse revelado pelos jovens que se estão a envolver activamente em várias iniciativas de consumidores. Por exemplo, na competição internacional "Consumo para a vida" destinada a consumidores jovens e organizada pela Associação Eslovaca de Consumidores, envolvem-se, todos os anos, cada vez mais consumidores jovens, com histórias interessantes sobre as suas primeiras experiências no que diz respeito à escolha e às decisões dos consumidores.

Gostaria de encorajar os governos dos Estados-Membros da UE a reforçar e apoiar as organizações de consumidores. Só organizações não governamentais fortes, representativas e eficazes podem ser bem sucedidas no aumento da consciência dos consumidores no que diz respeito aos seus direitos.

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, também eu quero juntar a minha voz à dos colegas que condenaram o ataque assassino, odioso e cobarde contra o quartel do exército britânico na Irlanda do Norte e quero enviar as minhas sinceras condolências às famílias de todos os que foram feridos ou mortos.

A questão específica que quero referir esta noite é que na quarta-feira à noite a Comissão vai fazer uma declaração sobre o seu Livro Verde sobre a mão-de-obra da União Europeia no sector da saúde. De acordo com este Livro Verde, a chave para manter uma mão-de-obra suficiente é educar, recrutar e reter jovens profissionais.

No entanto, a situação que temos na Irlanda é exactamente o oposto, com uma redução de 16,5% nos lugares de enfermeiros licenciados. Na minha região, no St Angela's College, reduzimos 25% para a enfermagem geral e 40% para a enfermagem na área da deficiência mental.

A Comissão tem de exercer pressão sobre os Estados-Membros para garantir que cada país assuma a responsabilidade de dar formação à sua própria mão-de-obra do sector da saúde e também para que haja um requisito ético no sentido de não procurarmos recrutar trabalhadores da saúde de países em desenvolvimento e prejudicar os seus sistemas de saúde já de si vulneráveis.

Csaba Sógor (PPE-DE). – (HU) Senhor Presidente, por diversas vezes falei aqui em defesa das minorias nacionais tradicionais. Alguns dos meus colegas já me acusaram de nacionalismo. É estranho que a maioria, muitas vezes, tente disfarçar o seu medo e os seus sentimentos anti-minoritários com acusações de nacionalismo ou de *hate speech* contra minorias. Espero que os meus colegas, não importem se eu falar agora em defesa de uma minoria religiosa. A "Igreja Greco-Católica Romena unida com Roma" (*Biserica Română Unită cu Roma, Greco-Catolică*) foi proibida durante o regime comunista. A seguir a 1990, foi reorganizada e, à semelhança de outras igrejas históricas, está, até à data, a tentar recuperar o património que lhe foi confiscado. Na Roménia, encontra-se em elaboração uma lei que, se aprovada, iria, com efeito, tirar a esta igreja os bens imobiliários que estão, actualmente, em vias de ser reclamados. Falando a este microfone, gostaria de chamar a atenção para a natureza tortuosa desta situação, para a forma como os direitos estão a ser espezinhados e para esta tentativa disfarçada de nacionalização. É inaceitável que o Estado interfira em prejuízo da vida de uma igreja.

Nickolay Mladenov (PPE-DE). – (BG) Obrigado, Senhora Presidente. Gostaria de colocar uma questão que é motivo de grande ansiedade. Durante as duas últimas semanas, temos vindo a ouvir relatos vindos da República da Macedónia que dão conta do desejo de certas autoridades eclesiásticas de exumar os corpos de soldados búlgaros que morreram no território daquele país em todas as guerras ocorridas ao longo do século XX. A opinião pública búlgara em geral, e tenho a certeza de que o mesmo sucede com a opinião pública

européia, considera esses apelos absolutamente inaceitáveis. Ninguém tem o direito de zombar da memória daqueles que pereceram na guerra. O que devemos fazer é honrá-los e respeitá-los, observar o princípio europeu básico de honrar os mortos e manter-nos fiéis às nossas melhores tradições de tolerância.

Exorto o Parlamento Europeu a chamar a atenção das autoridades da República da Macedónia para o facto de que tais apelos não devem permanecer sem uma resposta da parte do Governo. Queremos ouvir garantias claras e categóricas de que ninguém na Macedónia cumprirá tais ameaças. Isso seria uma violação das convenções culturais e nacionais básicas para qualquer país civilizado.

Bruno Gollnisch (NI). - (FR) Senhora Presidente, soubemos, muito recentemente, da inacreditável condenação a seis anos de prisão de dois advogados alemães, Horst Mahler e Sylvia Stolz.

Essa terrível condenação deve-se ao facto de os interessados manifestarem pontos de vista dissidentes da versão oficial sobre a realidade e a extensão do drama dos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial.

Pensemos o que pensarmos das suas opiniões, é extremamente grave que, na União Europeia de hoje, haja cidadãos, ainda por cima advogados, que são condenados a tais penas por terem discutido um facto histórico.

Parece que, na Alemanha pseudo-democrática de hoje, continua a haver juízes para amordaçar a liberdade de expressão, com o mesmo zelo que, antigamente, na Alemanha nacional-socialista ou na Alemanha comunista.

O mesmo acontece, infelizmente, em outros Estados da União, como a França. É insuportável e extremamente grave.

Mieczysław Edmund Janowski (UEN). - (PL) Senhora Presidente, hoje não pretendo abordar uma questão de cariz político. Recentemente, um dos eleitores do meu círculo, entusiasta da normalização, contactou-me a propósito da normalização das fichas dos carregadores de telemóveis.

É uma questão trivial mas estou convencido de que, se se introduzissem regulamentos nesta matéria, eles seriam recebidos com satisfação por todos os proprietários de telemóveis. De um ponto de vista técnico, a questão é muito simples. Estas soluções foram, por exemplo, bem-sucedidas no caso das normas para os discos compactos, que podem ser usados em todos os computadores. Talvez valha a pena analisar questões menores como esta para ajudarmos os nossos cidadãos. Eles esperam isso de nós.

Presidente. - Está encerrado o debate.

17. Orçamento 2010 - Secção III - Comissão: "Orientações para o orçamento de 2010" - Orientações para o processo orçamental de 2010 - Secção I, II, IV, V, VI, VII, VIII e IX (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta dos seguintes relatórios:

- (A6-0111/2009) do deputado László Surján, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre as orientações para o orçamento de 2010 - Secção III Comissão (2009/2005(BUD)); e

- (A6-0057/2009) do deputado Vladimír Maňka, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre as orientações para o processo orçamental de 2010 - Secções I, II, IV, V, VI, VII, VIII e IX (2009/2004(BUD)).

László Surján, relator. - (HU) Senhor Presidente, o Parlamento Europeu espera que o projecto de orçamento para 2010 ajude os Estados-Membros e os cidadãos a superar a actual crise. Esta é, actualmente, a nossa maior preocupação. Por outras palavras, o orçamento deve diminuir os receios dos cidadãos europeus e restabelecer a sua confiança de que haverá postos de trabalho e conseguirão ganhar a sua vida, e que conseguirão viver em paz e segurança. Estamos a falar acerca dos cidadãos cujo dinheiro estamos a gastar e perante os quais somos responsáveis.

Devido à crise financeira, os europeus não têm a certeza de que o seu dinheiro esteja seguro nos bancos e não sabem se, amanhã, terão emprego. Mas têm igualmente outros tipos de preocupações e problemas: saber durante quanto tempo vão conseguir aquecer as suas casas, saber se nos seus alimentos existem químicos prejudiciais ou organismos patogénicos e assim sucessivamente. Nesta perspectiva, gostaríamos de ter um orçamento que restaurasse a confiança dos cidadãos, não só nas instituições financeiras, mas uns nos outros,

e também na solidariedade à escala europeia. Sabemos que nem todos os problemas podem ser resolvidos com 1% do RNB, mas é importante que as pequenas e médias empresas recebam incentivo e apoio. A política energética comum está a ser desenvolvida de um modo harmonizado? Será que estamos a fazer tudo o que podemos para combater as alterações climáticas e incentivar as fontes renováveis de energia? Será que a protecção das nossas fronteiras comuns vai ser mais eficaz? Será que a política de coesão vai ser mais profícua, o processo de recuperação mais rápido e os nossos alimentos mais seguros?

O Parlamento entende que o orçamento é reduzido em relação a estes objectivos, mas também está consciente de que os Estados-Membros não estão sequer a fazer pleno uso do actual quadro orçamental. Assim sendo, esperamos que a Comissão Europeia tome medidas decisivas para eliminar obstáculos burocráticos, concentrar as despesas em áreas onde a utilização foi eficaz e retirar o apoio às áreas onde existem regularmente excedentes. O Parlamento está disposto a cooperar, verificando se os programas lançados são verdadeiramente bem sucedidos e se cumprir o objectivo para o qual foram criados. Não podemos simplesmente dar-nos por satisfeitos com a determinação de que as despesas são legais e legítimas. Pedimos garantias de que estas cumprem o seu objectivo. Pedimos que se crie valor, que haja resultados em troca dos contributos dos cidadãos europeus, e esperamos que os Estados-Membros executem os programas de forma rápida e eficiente. Solicitamos à Comissão Europeia que leve a sério os nossos pedidos. O Parlamento Europeu é a única instituição da UE em que os cidadãos podem exercer influência directa. Estamos muito próximos dos cidadãos e, no relatório que foi apresentado, foi a sua opinião que resumimos. Ainda falta mais de um mês para a apresentação do anteprojecto de orçamento. Portanto, ainda há tempo para a Comissão ter em conta o parecer do Parlamento Europeu e incorporá-lo nas propostas.

Além disso, agradar-me-ia bastante se, ao contrário do que é costume, o Conselho e o Parlamento não alterassem a proposta da Comissão de modo desarticulado, e se as três Instituições pudessem trabalhar em conjunto para superar a crise. Senhoras e Senhores Deputados, vou terminar a minha intervenção, agradecendo o trabalho de todos aqueles que contribuíram para este relatório, incluindo o secretariado da Comissão dos Orçamentos, os membros da Comissão, os peritos do meu grupo político e aqueles que apresentaram alterações. Peço a todos que debatam as propostas e, em seguida, que as apoiem com o seu voto. Vamos dar esperança e segurança aos cidadãos da Europa!

Vladimír Maňka, *relator*. – (SK) Obrigado, Senhora Presidente. Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, a elaboração do orçamento do Parlamento Europeu exige que nos concentremos na nossa missão central e optimizemos a utilização dos recursos para melhorar o trabalho legislativo do Parlamento. Temos de excluir, tanto quanto possível, do orçamento matérias que não estão relacionadas com a nossa missão.

Se queremos que os deputados do Parlamento Europeu trabalhem de forma eficaz, é necessário que tenham a opção de cumprir as suas obrigações na sua própria língua, se assim decidirem. Há muitos casos em que é possível prevenir dificuldades e evitar desperdício de dinheiro se pudermos mudar rapidamente os idiomas, conforme a participação efectiva e não planeada nos debates.

Muitos dos senhores deputados sabem, certamente, que, em algumas comissões, os documentos nem sequer nas línguas de base estavam disponíveis em tempo útil para sua aprovação. Se houver necessidade de uma reunião extraordinária da comissão por causa disso ou caso haja outros atrasos desnecessários, perdemos tempo e dinheiro.

Para além da tradução, também necessitamos de aumentar a flexibilidade dos serviços de interpretação. Recolhi algumas sugestões e informações muito úteis nas minhas conversas com representantes dos vários secretariados-gerais do Parlamento Europeu. Os próprios representantes das direcções propõem a eliminação de algumas das reservas. No entanto, em alguns casos, necessitarão da nossa ajuda.

Existem numerosos exemplos. Senhoras e Senhores Deputados, certamente nenhum de vós pensa que o Parlamento se tornaria menos seguro se ambas as entradas no edifício do Parlamento em Estrasburgo não permanecessem abertas quando não há sessões plenárias. Também não precisamos de guardas fisicamente presentes em alguns locais, em especial em Estrasburgo e no Luxemburgo.

Por outro lado, o sistema de segurança actual tem os seus defeitos. Nós próprios o constatámos no recente assalto à sucursal do ING Bank no edifício do Parlamento Europeu, em Bruxelas, assim como quando as vidas de dois deputados do Parlamento Europeu em Mumbai estiveram em risco.

Acredito que as propostas elaboradas pelas direcções darão azo a melhorias, bem como a um melhor uso dos recursos e a poupanças financeiras surpreendentes. Se melhorarmos a cooperação entre as instituições,

pouparemos milhões. As capacidades não aproveitadas de cada instituição têm de ser disponibilizadas às outras instituições.

A falta de planeamento, associada à insuficiência ou inexistência de comunicação no que diz respeito à disponibilidade de recursos no domínio de tradução impede a utilização eficiente dos mesmos. O organismo que deve garantir as traduções atribui, muitas vezes, automaticamente as encomendas a tradutores externos, sem, sequer, verificar a disponibilidade dos recursos internos. Só no domínio das traduções podemos poupar mais de 10 milhões de euros por ano no âmbito das instituições. Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, acredito que apoiem a proposta da maior utilização possível de estudos independentes sobre o uso dos recursos e a organização do trabalho.

Os deputados do Parlamento Europeu necessitam de ter informações exaustivas sobre os recursos e materiais à sua disposição, para realizarem o seu trabalho de forma responsável e eficaz. Por isso, pedimos à administração que crie um sistema de gestão do conhecimento que nos permita trabalhar de forma eficaz com todos os documentos. As primeiras propostas concretas neste domínio serão apresentadas nas próximas semanas.

Uma outra prioridade consiste em informar melhor os cidadãos sobre o trabalho dos seus representantes no Parlamento Europeu e sobre os benefícios que o mesmo traz para os cidadãos da UE. Neste ponto, temos de concluir, consolidar e utilizar de forma eficaz a televisão do Parlamento Europeu, o centro de visitantes e o novo centro audiovisual.

As rubricas das despesas administrativas das instituições da UE incluem despesas de compra e aluguer de edifícios. No passado, houve vários casos em que as instituições compraram ou alugaram propriedades a preços acima do preço de mercado. De acordo com as conclusões do Tribunal de Contas, as instituições nem sequer avaliaram a sua política imobiliária, em conjunto ou individualmente. Por isso, necessitamos de desenvolver uma política imobiliária conjunta, para aperfeiçoarmos a cooperação nesta área. Aguardamos o aparecimento mais breve possível de um documento estratégico relativo à política imobiliária de médio a longo prazo, de forma a podermos adoptar uma decisão adequada na primeira leitura. Obrigado.

Dalia Grybauskaitė, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, muito obrigada por me possibilitar esta troca de opiniões com o Parlamento numa altura do ano que não é habitual. Estou muito grata à Comissão dos Assuntos Orçamentais por ter tomado a iniciativa. A Comissão já examinou muito seriamente as orientações do Parlamento para o orçamento de 2010 e concorda com a maioria dos pontos propostos. A Comissão agradece igualmente a apreciação do Parlamento sobre a Estratégia Política Anual de 2010 – já reflectida na vossa resolução – e partilha convosco muitas das prioridades políticas identificadas.

Vai ser necessário dar resposta a desafios inesperados, tais como a recuperação financeira, económica e social, mas é igualmente fundamental encontrar respostas duradouras para outras questões como o combate às alterações climáticas e a concretização de uma Europa sustentável. Nesta base, a Comissão irá adoptar, em 29 de Abril, o seu anteprojecto de orçamento para 2010.

A Comissão já indicou que será necessário realizar esforços a nível financeiro em 2010, nomeadamente para o Plano de Relançamento Económico. A Comissão também registou o apoio do Parlamento a níveis mais eficientes das despesas administrativas e vai continuar a trabalhar nesse sentido. Quanto aos projectos-piloto e acções preparatórias, tenho a certeza de que conseguiremos dar continuidade à excelente cooperação interinstitucional dos últimos anos.

O anteprojecto de orçamento terá por base estimativas sólidas das necessidades para concretizarmos as nossas prioridades comuns e para estarmos à altura dos desafios que se perfilam diante de nós. Estou confiante em que alcançaremos uma vez mais um acordo satisfatório sobre o orçamento de 2010, através de uma boa cooperação e colaboração entre todas as instituições e com o Parlamento em particular.

Margaritis Schinas, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (EL) Senhora Presidente, o orçamento do Parlamento Europeu para o próximo ano vai ter três novos elementos. No próximo ano, esta Assembleia vai ter um novo secretário-geral, provavelmente irá funcionar com o Tratado de Lisboa e também irá funcionar com dois novos estatutos - o dos deputados e o dos assistentes parlamentares.

O meu grupo político tentou fazer reflectir estes novos desenvolvimentos no relatório Maňka através de numerosas alterações que apresentou, e constatámos com agrado que a Comissão conseguiu reflectir essas novas dinâmicas em quatro prioridades básicas.

Eis as quatro prioridades básicas definidas pelo meu grupo:

Em primeiro lugar, a ênfase no trabalho legislativo. O Parlamento é particularmente eficaz quando exerce as suas actividades legislativas e é preciso que a administração nos mostre que pode canalizar os recursos do Parlamento para as áreas em que podemos marcar a diferença.

A segunda prioridade – e neste ponto concordamos com o Grupo Socialista no Parlamento Europeu – é a salvaguarda absoluta do multilinguismo e do acesso dos deputados aos serviços de tradução e interpretação para e a partir da respectiva língua materna.

A terceira prioridade é a nossa capacidade para avaliar o andamento da execução dos grandes planos que já aprovámos, tais como o Europarl TV ou o Centro de Visitantes, que gostaríamos que estivesse concluído antes das eleições europeias mas infelizmente não está, e a Casa da História Europeia. Queremos que estes planos plurianuais funcionem normalmente e sejam devidamente avaliados.

Por último, penso que nós, no Parlamento Europeu, deveríamos intensificar todos os esforços no sentido de demonstrar ao contribuinte europeu que em tempo de crise esta Câmara gasta de forma racional apenas o necessário para realizar melhor o seu trabalho.

Costas Botopoulos, *em nome do Grupo PSE.* – (EL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, o debate sobre o relatório Surján, do qual tive a honra de ser relator-sombra, é um debate político que se reveste de enorme importância especialmente este ano. Essa importância começa pelo facto de se tratar do único debate político claro sobre prioridades políticas, já que, como sabem, num ano de eleições não vamos ter oportunidade para realizar outro; logo em seguida entraremos directamente na nova fase do procedimento, em diferenciações e debates técnicos críticos.

No entanto, trata-se também de um debate num ano em que – como todos já referiram e como todos bem sabemos enquanto políticos e cidadãos – a Europa mergulhou numa crise muito profunda, e infelizmente, tudo indica que 2010, sobre o qual incide o nosso relatório e o nosso debate, vai ser também um ano de crise.

Por isso, o meu primeiro comentário é que, neste momento em que nos encontramos, pode ser suficiente a aprovação por maioria simples do relatório que estamos a debater e que vamos votar, mas terá de ser um relatório que exprima a posição de todo o Parlamento Europeu e não apenas de uma facção política. Terá de ser um relatório que exprima a ansiedade dos cidadãos e dos políticos, mas que não ponha a tónica – e aqui discordamos politicamente do relator e da sua facção – exclusivamente nos receios e preocupações, antes apresente também perspectivas para o futuro.

Devemos ver no orçamento uma oportunidade para fazer com que os cidadãos compreendam que esta é uma ferramenta política com a qual não só respondemos aos receios mas também oferecemos perspectivas políticas para o futuro. Penso que isso é extremamente importante, e os esforços desenvolvidos pelo nosso grupo, quer durante a fase de discussão em sede de comissão quer durante esta fase do debate em plenário, visam estabelecer um equilíbrio entre este texto e sua dinâmica política dele decorrente, para que, em vez de se transmitir uma imagem apocalíptica – só medo e ansiedade –, se abram perspectivas para a União Europeia.

Volto a dizer o seguinte: hoje pode ser suficiente uma maioria simples e uma facção pode até impor a sua linha de pensamento, mas é crucial, à luz do debate que irá ser encerrado com uma maioria reforçada, que se ouça a opinião do Parlamento, ou seja, em última análise, a opinião dos cidadãos seja ouvida.

Numa época de crise, nós, socialistas, acreditamos que a Europa deve responder através do seu orçamento com características muito específicas. A resposta do nosso orçamento e da nossa Europa política deve, em primeiro lugar, ser coordenada: não devemos criar a impressão de que estamos a deixar que cada um dos Estados-Membros enfrente sozinho esta difícil situação. Em segundo lugar, há que dar prioridade à protecção social dos cidadãos; este indicador social, que constitui precisamente uma particularidade da União Europeia, tem de ser acautelado a todo o custo. Por isso, estamos a tentar dizer certas coisas no relatório noutros termos. Enfim, esta resposta à crise tem de ser compreensível para os cidadãos, de modo a reflectir as prioridades do ambiente e da energia e dizer sim a uma União Europeia independente em matéria de energia, mas mantendo em aberto todas as vias e todas as possibilidades, para conseguirmos alcançar exactamente o que queremos.

Há muito pontos em que concordamos com o sentimento geral que caracteriza este relatório, com o sentimento de urgência, com o sentimento de necessidade política, mas gostaríamos de frisar que a resposta que queremos dar através do orçamento tem de ser uma resposta com estas características.

Encontramo-nos então em Setembro, e espero que a Comissão tenha seriamente em conta as opiniões do Parlamento.

Anne E. Jensen, *em nome do Grupo ALDE*. – (DA) Senhora Presidente, o senhor deputado Surján escolheu a "segurança" para título do orçamento de 2010, interpretando-se esse termo na sua acepção mais lata: mitigação da crise financeira e económica, sua importância para a segurança do emprego e económica, segurança do aprovisionamento energético, segurança nos transportes, protecção e segurança dos cidadãos face aos problemas originados pela imigração e aos problemas decorrentes das alterações demográficas, com menos pessoas jovens para cuidar de um número crescente de pessoas idosas, a necessidade de melhorar protecção ambiental, a necessidade de combater o terrorismo e a necessidade de promover a protecção e segurança através do papel da UE na cena mundial. O título "segurança" indica as muitas áreas em que o orçamento da UE é importante e como é vital que reflecta as nossas necessidades.

2010 vai ser, em muitos aspectos, um ano estimulante para o orçamento da UE. Para os Fundos Estruturais, 2010 é o primeiro ano em que se inicia a aplicação da "regra $n+3$ ". As dotações que não foram autorizadas nos últimos três anos de acordo com o programa caducarão. Agora vamos ver se os Estados-Membros foram capazes de utilizar atempadamente as dotações. Como é óbvio, espero que a cláusula de caducidade, a regra $n+3$, não seja aplicada, mas, se o for, há certamente motivos para ver de novo se as regras relativas aos Fundos Estruturais são suficientemente flexíveis e isentas de burocracia.

Em 2010, a política externa vai ser, tal como em anos anteriores, uma questão complicada. Eu exortaria a Comissão a encontrar as dotações necessárias, muito embora o limite máximo para esta categoria de despesas seja muito baixo. Tivemos na Comissão dos Orçamentos uma série de discussões sobre a nossa posição relativamente à concessão de subsídio da UE para o gasoduto Nabucco. Gostaria de frisar que este é um ponto ao qual nós, Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa atribuímos grande importância. A segurança energética deve ser garantida por meio de muitas iniciativas diversas, mas gostaríamos especialmente que se apoiasse o projecto Nabucco, um projecto que é, afinal, independente da Gazprom.

O processo orçamental vai ser bastante difícil este ano. Estamos, como é sabido, em ano de eleições. Os relatórios dos senhores deputados Maňka e Surján representam a única oportunidade que o Parlamento vai ter para se manifestar sobre o orçamento. O novo Parlamento é que vai ter de realizar a negociação propriamente dita sobre o orçamento. Não é fácil manter o procedimento que implementámos o ano passado, com a senhora deputada Haug como relatora e com o envolvimento substancial das comissões especializadas. Devemos, obviamente, fazer o nosso melhor para garantir que o procedimento seja tão aberto e estruturado quanto possível, e apraz-me ouvi-la dizer, Senhora Comissária, que vai fazer o mesmo. Penso que tanto o senhor deputado Surján como o senhor deputado Maňka apresentaram uma boa proposta nesse sentido.

Wiesław Stefan Kuc, *em nome do Grupo UEN*. – (PL) Senhora Presidente, preparar o orçamento para o exercício de 2010 requer uma grande coragem, pois ainda não sabemos qual será a dimensão total da crise económica surgida no ano passado. Infelizmente, e apesar dos significativos esforços individuais dos países para a controlar, a crise continua a desenvolver-se, com os postos de trabalho a desaparecerem, o desemprego a aumentar e famílias inteiras, camadas da sociedade, cidades e aldeias a ficarem mais pobres.

A execução das tarefas aprovadas no quadro financeiro plurianual para o período 2007-2013 apresenta um número crescente de dificuldades. No ano passado, quando estava a ser elaborado o orçamento para 2009, o nível estimado de financiamento foi alcançado com grande dificuldade. Será possível manter este nível em 2010? Espero que sim e será este o nosso maior desafio no próximo ano.

Devemos recordar que a solidariedade é mais importante em tempos difíceis. Não devemos desistir dos nobres objectivos adoptados com a Estratégia de Lisboa e devemos ter presente a diversidade económica dos Estados-Membros da UE. Nem todos eles irão ser capazes de ultrapassar a crise mas uma acção conjunta pode proporcionar uma grande ajuda. Temos ainda a oportunidade, na fase de revisão intercalar, de modificarmos as nossas políticas e adoptarmos um enfoque de combate aos efeitos negativos da crise, tornando este combate a nossa prioridade número um.

Por último, gostaria de agradecer sinceramente aos meus colegas deputados da Comissão dos Orçamentos, László Surján e Vladimír Maňka, pelos contributos dados num período tão difícil.

Pedro Guerreiro, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – Face ao agravamento da crise da União Europeia e à ausência de qualquer medida objectiva e efectiva, ao nível comunitário, para lhe fazer face, o Parlamento Europeu, depois de ter dado o seu acordo, em Dezembro passado, a um orçamento para 2009 inferior, em cerca de oito mil milhões, ao definido no Quadro Financeiro para 2007-2013, deseja agora que o orçamento definitivo para 2010 fique mais próximo destes limites superiores. Enfim, o mínimo dos mínimos que o Parlamento Europeu poderia dizer, no entanto, consideramos, é muito pouco.

Os limites orçamentais impostos no actual Quadro Financeiro, que restringe o orçamento comunitário a um por cento do RNB comunitário, são claramente insuficientes para a concretização da propalada política de coesão económica e social. Contudo, nem estes insuficientes limites são totalmente utilizados para este fim, ou sequer cumpridos e, muito menos, cabalmente executados. A contínua sub-orçamentação e sub-execução dos Fundos Estruturais e de Coesão, que registam um atraso de dois anos na sua implementação, exige a adopção de um conjunto de medidas que garantam a execução destes meios financeiros, tanto mais quando a União Europeia e as suas políticas neoliberais estão no epicentro das causas da actual crise económica.

Face ao aumento do desemprego, das desigualdades sociais, da pobreza, reafirmamos a necessidade urgente de, entre outras medidas, reforçar os meios financeiros para os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão, acelerar e assegurar a sua total execução, aumentar a taxa de co-financiamento comunitário e anular a aplicação da regra $n+2$ e $n+3$ nestes fundos, assim como a sua utilização para a defesa do emprego com direitos e a valorização do poder de compra dos trabalhadores, um efectivo apoio à pequena agricultura e à agricultura familiar e às pescas, a defesa e o desenvolvimento dos sectores produtivos de cada Estado-Membro, particularmente dos países da coesão, e o efectivo apoio às micro, pequenas e médias empresas e sector cooperativo.

Nils Lundgren, em nome do Grupo IND/DEM. – (SV) Senhora Presidente, a UE está a defrontar a crise financeira mundial com um orçamento que foi formulado há já meio século. Segundo o relator, a UE tem de enfrentar o mundo globalizado moderno com um orçamento em que a quase totalidade do dinheiro está comprometida numa política agrícola lunática e numa política regional ineficaz. É como usar a cavalaria para atacar um exército moderno e mecanizado dispondo de mísseis telecomandados.

A diferença de dimensão é absurda. O custo de resolver a crise financeira é impossível de estimar agora, mas um dos cálculos apresentados sugere um valor na ordem dos 50 biliões de dólares. O orçamento total da UE é apenas uma percentagem ínfima desse montante e já está comprometido na agricultura e na política regional. A UE exigiu que cada Estado-Membro aplicasse um pacote de estímulo económico correspondente a um pouco mais de 1% do PNB, o que já é mais do que todo o orçamento da UE, que apenas totaliza cerca de 1%.

É igualmente patético ler o teor destes dois relatórios no que diz respeito ao financiamento da política climática e da política energética. Também nestas áreas o orçamento da UE é completamente insignificante. A tarefa da UE é a de obter cooperação e compromissos, cujos custos têm de ser suportados pelos Estados-Membros, depois de aí terem sido apresentados através de um processo democrático.

O mesmo se aplica à política energética. É mais barato instalar gasodutos em terra do que no fundo do mar. Agora, quando a Rússia e a Alemanha constroem, mesmo assim, um gasoduto no fundo do mar directamente entre os seus dois países, fazem-no para se isolar. É um novo Tratado de Rapallo e a UE não diz uma palavra. "As minhas palavras voam para as alturas, os meus pensamentos permanecem cá em baixo", diz o rei no Hamlet.

Sergej Kozlík (NI). – (SK) A lógica fundamental da estrutura do orçamento do Parlamento Europeu, tal com foi proposta pelo relator da Comissão dos Orçamentos, senhor deputado Vladimír Maňka, é saudável. Inclui disposições para os pontos que se revelaram mais fracos e menos pensados ou que não foram implementados cabalmente em anos anteriores.

Tal envolve, antes de mais, a resolução definitiva dos problemas relacionados com os recursos de tradução e interpretação utilizados no Parlamento Europeu. Apesar das expectativas, ficámos muito longe de assegurar a implementação plena de um dos axiomas fundamentais da União Europeia, isto é, a igualdade de acesso e a ausência de discriminação linguística.

E não tenho em mente apenas a igualdade de acesso e a ausência de discriminação linguística em relação às actividades dos deputados do Parlamento Europeu, mas sim em especial a possibilidade de os cidadãos da UE acederem, independentemente da sua língua materna, a informações sobre as actividades e os resultados dos debates da instituição para a qual os cidadãos enviam os seus representantes, através das eleições directas.

Embora tenhamos tido uma expansão maciça da União Europeia, um atraso de cinco anos parece, realmente, uma procura absurda de ganhar tempo. Tal mina a confiança nas instituições europeias, em especial, nos países mais pequenos, e cria um solo fértil para grupos políticos nacionalistas.

Salvador Garriga Polledo (PPE-DE). - (ES) Senhora Presidente, Senhora Comissária, este é o último orçamento desta legislatura e, com sorte, será também o último orçamento antes da aplicação do Tratado de Lisboa e das novas disposições orçamentais.

Hoje, o debate que nos ocupa é o debate sobre as orientações orçamentais, pois é disso que se trata, e fica muito claro que temos de aprovar aqui estas orientações orçamentais com tempo suficiente para influir na elaboração do anteprojecto de orçamento que a Senhora Comissária está a preparar, como acaba de nos dizer. São orientações, na medida em que incluem as prioridades políticas deste Parlamento, às quais há que dar conteúdo e dotação orçamental.

O orçamento da União Europeia é uma luta por recursos escassos, sobretudo nesta época de crise económica e financeira. Por isso, a decisão que tomarmos agora sobre o que vão ser as prioridades políticas do Parlamento Europeu reveste-se da maior importância, sobretudo porque este orçamento vai constituir uma ponte entre dois mandatos do Parlamento Europeu e, também, entre dois mandatos da Comissão Europeia.

Aqueles que estão a iniciar este processo agora não serão os mesmos que o irão concluir em Dezembro e, entre o momento presente e o mês de Dezembro, poderemos mesmo ter três Comissários responsáveis pelas questões orçamentais – e aproveito a oportunidade para felicitar a Senhora Comissária pela sua nomeação. Por isso, alcançar um consenso neste Parlamento sobre as nossas prioridades é da maior importância.

Evidentemente, vamos fazer um orçamento, como no ano passado, a favor de uma maior segurança para os nossos cidadãos. Esta segurança envolve um grande número de rubricas separadas, como a coesão social, a procura de emprego e a coesão, sendo – infelizmente, como foi mencionado no início desta sessão – também necessário reforçar a segurança e a luta contra o terrorismo. Não devemos esquecer que a luta contra o terrorismo ainda constitui, infelizmente, uma prioridade para a União Europeia.

Naturalmente, outra das prioridades será a luta contra a crise económica. O plano de recuperação económica demonstrou as limitações e insuficiências do orçamento anual, do quadro financeiro plurianual e também da cooperação interinstitucional. Falta um diálogo efectivo para examinar, por exemplo, o papel do Banco Europeu de Investimento e a utilização dos excedentes nas categorias de despesas para financiar os planos da Comissão Europeia. Falta acordo e também diálogo.

Estas orientações implicarão decisões políticas que serão reflectidas na concertação de Julho, após o que passarão à primeira leitura.

Desejo que o relator, senhor deputado Surján, receba um apoio suficiente para levar as orientações a uma conclusão com êxito, dado que tem a capacidade de o fazer, e espero que até Dezembro chegue a um resultado muito positivo.

Ralf Walter (PSE). – (DE) Muito obrigado, Senhora Presidente, muito obrigado, Senhora Comissária. Tal como foi sugerido pelo senhor deputado Surján, o orçamento disponível é reduzido – 1% do Produto Nacional Bruto. Nesta perspectiva, temos de ser ainda mais cautelosos com os fundos, particularmente tendo em conta o quanto a crise oprime as pessoas. Também deveríamos tentar tomar as decisões em conjunto.

Existe uma parte do presente relatório sobre a qual não são possíveis decisões conjuntas e diz respeito ao aprovisionamento energético e à segurança energética. Pergunto-me se, num momento em que temos de responder por cada euro, deveríamos realmente estar a investir dinheiro em sectores onde existem intervenientes no mercado a realizar milhares de milhões em lucros. Propõe-se prestar apoio a gasodutos, como o projecto "South Stream" do grupo italiano ENI, que obteve lucros de 10 mil milhões de euros. "Nord Stream" é um projecto da E.ON, um grupo alemão com lucros de 5 mil milhões, e o gasoduto Nabucco é um projecto que reúne uma empresa alemã, uma empresa austríaca e uma empresa turca empresa com lucros totais no valor de 6 mil milhões de euros. Será que devemos realmente colocar dinheiro dos contribuintes em sectores em que há lucros? Não deveriam os consórcios, talvez, fazer, eles próprios, os necessários investimentos, e não deveríamos nós, talvez, envolver-nos apenas em sectores para os quais o apoio dos contribuintes é realmente vantajoso? Não devíamos lançar mais dinheiro àqueles que, nas actuais circunstâncias, já ganham o suficiente. Daí a pergunta: é realmente isto que queremos?

A minha segunda pergunta é a seguinte. Se efectivamente queremos apoiar empresas, porquê o gasoduto Nabucco? Porque é que queremos criar desequilíbrios a este respeito? Porquê favorecer uma empresa húngara em detrimento de uma italiana, por exemplo? Que justificação é dada para este facto? A neutralidade concorrencial é um imperativo, mas esta é violada por aquilo que pretendemos adoptar.

O meu terceiro ponto é que o dinheiro deve ser gasto na Europa. Qual é a utilidade de investirmos no Azerbaijão? Perante a crise, os nossos concidadãos europeus querem que proporcionemos mecanismos de resolução. Esperam que prestemos assistência.

Na forma em que este se encontra, não podemos apoiar o relatório Surján, pois tal facto significaria estarmos a promover medidas de distorção da concorrência e a atirar mais dinheiro para instituições e indústrias com elevados ganhos. A União Europeia, com os recursos escassos que possui, não pode de modo algum permitir-se este comportamento.

Kyösti Virrankoski (ALDE). - (FI) Senhora Presidente, a elaboração do orçamento para o próximo ano constituirá um desafio. As eleições para o Parlamento Europeu, que terão lugar na próxima Primavera, obrigarão a uma longa pausa no processo de elaboração do orçamento, e a eventual entrada em vigor do Tratado de Lisboa implicará que o orçamento seja elaborado segundo regras diferentes daquelas que presidirão à sua execução. Por conseguinte, desejo o maior êxito aos senhores deputados Surján e Maňka, na qualidade de relatores gerais do orçamento, nessa tarefa gigantesca.

As políticas estruturais da UE caíram num enorme círculo vicioso burocrático. Subjaz a este problema um sistema de administração e de controlo irremediavelmente complexo, que só está orientado para satisfazer 20% dos programas do Fundo Social e apenas 7% dos programas do Fundo de Desenvolvimento Regional. Existe financiamento apenas para 2% dos grandes projectos. Além disso, já decorreram mais de dois anos desde o início da vigência do novo período de programação. Por exemplo, no ano transacto, mais de 2,8 mil milhões de euros de dotações de autorização foram cancelados ou adiados e mais de 4 mil milhões para dotações de pagamento foram cancelados.

Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk (UEN). - (PL) Senhora Presidente, os orçamentos aprovados anualmente totalizam um montante que é significativamente inferior aos montantes adoptados nos quadros financeiros plurianuais. Mais ainda, os orçamentos são executados a um nível ainda inferior a este, o que tem como resultado um montante significativo em autorizações orçamentais pendentes (AOP). Este fenómeno, em especial, resulta de um sistema de complicadas regras e requisitos impostos pela Comissão Europeia, bem como de pormenorizados regulamentos que estipulam os beneficiários e foram introduzidos pelos Estados-Membros.

Para melhorar a execução do orçamento afigura-se essencial que tanto a Comissão como os Estados-Membros reduzam significativamente a burocracia. Em segundo lugar, e tendo em conta a crise económica cada vez mais profunda vivida pela UE, é essencial fazer um uso ainda maior dos recursos orçamentais e verbas da UE, sob a forma de empréstimos e créditos concedidos pelas Instituições europeias para apoiar o desenvolvimento dos Estados-Membros, sobretudo no sector das PME. Em terceiro lugar, e por último, é também essencial fazer um uso ainda maior dos recursos orçamentais da UE e dos financiamentos concedidos pelos bancos para garantir uma genuína diversidade no nosso aprovisionamento energético, sobretudo no que diz respeito ao projecto Nabucco. Se não diversificarmos os nossos aprovisionamentos em matérias-primas para a produção de energia, e especialmente de gás natural, irão repetir-se as crises como a que se viveu em Janeiro.

Hans-Peter Martin (NI). - (DE) Senhora Presidente, estamos certos ao falar sobre a crise financeira, mas não estamos certos ao dizer que a União Europeia não tem dinheiro no seu orçamento para financiar as medidas de combate adequadas.

Temos 144 mil milhões de euros no nosso orçamento anual, dos quais 5 mil milhões foram, de alguma forma, retirados. A minha proposta concreta é a seguinte: vamos transformar estes 5 mil milhões em 50 mil milhões, sem aumentar o orçamento. Como é possível tal coisa? Retirando a parte administrativa, se incluirmos todas as despesas administrativas comunitárias, ocultas nos programas operacionais, ficamos com 15 mil milhões de euros.

Eu diria que nos chegariam 5 mil milhões, o que deixa 10 mil milhões de euros para combater a crise financeira. E depois fazemos aquilo que estamos sempre a exigir a todos os outros, ou seja, submeter os nossos programas e actividades a análise independente. Estou convencido de que, se as políticas específicas da União Europeia de hoje fossem finalmente examinadas, poderíamos facilmente conseguir mais 30 mil milhões de euros em potenciais poupanças por ano, sem perder de vista os nossos objectivos.

Há também algumas trivialidades relacionadas com esta Casa. Temos um orçamento de 1 500 milhões de euros. Iniciar as sessões atempadamente traria eficiência no nosso trabalho – o que poderia ter um valor de

700 milhões de euros – e os restantes 300 poderão ser obtidos junto do Conselho, que funciona com pelo menos tanto desperdício como este Parlamento.

Reimer Böge (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, com estas orientações para o processo orçamental de 2010, o Parlamento reunido em plenário não vai apenas determinar as orientações para a política orçamental, mas também, na ausência de uma proposta de resolução por parte dos grupos políticos sobre o tema, constituir uma reacção à Estratégia Política Anual da Comissão.

A razão pela qual o orçamento constitui uma entidade tão complexa tem a ver, naturalmente, com o facto de abranger, no essencial, duas fases. Esta Câmara e a sua Comissão dos Orçamentos serão ainda responsáveis pela conciliação de Julho, e não podemos prever hoje que novos desafios e que medidas complementares resultarão, por exemplo, da eventual entrada em vigor do Tratado de Lisboa ou de novos requisitos decorrentes das tendências cíclicas internacionais e europeias. Ao mesmo tempo, o orçamento para 2010 constituirá posteriormente uma ponte para a revisão orçamental e para a revisão intercalar dos programas plurianuais, ambas a ter lugar em 2010. Saúdo expressamente o facto de o relator, senhor deputado Surján, ao discutir aspectos da política orçamental europeia, salientar que a Europa pode significar oportunidades e protecção, designadamente garantindo tanto a segurança interna como a externa, oferecendo protecção aos cidadãos europeus e ajudando a enfrentar os problemas actuais ao impulsionar o crescimento, a inovação e o emprego. Neste contexto, não estamos apenas a falar de dinheiro fresco, estamos também a falar, em especial, sobre maneiras de simplificar e acelerar as medidas em vigor, de modo a não estarmos permanentemente, ano após ano, a ter de devolver, por meio de orçamentos suplementares, os pagamentos acordados aos nossos programas de solidariedade que já fazem parte do orçamento.

Congratulo-me igualmente com as prioridades para o Parlamento, apresentadas pelo senhor deputado Maňka no seu relatório. Para além da necessidade de melhorar o acesso às facilidades linguísticas, quando se trata de melhorar as estruturas internas do Parlamento, há necessidade de prosseguir o processo de triagem, já iniciado, em vez de estarmos sempre a exigir novas rubricas. Se vamos aprovar mais leis, temos de nos concentrar mais noutros domínios; não podemos estar sempre a pedir novas posições e rubricas orçamentais quando nos apetece. Neste domínio, ainda temos muito trabalho pela frente.

István Szent-Iványi (ALDE). – (HU) Senhora Presidente, Senhora Comissária, congratulo-me com o facto de que o relatório adoptar uma posição inequívoca a favor do apoio comunitário ao projecto Nabucco. A crise russo-ucraniana do gás, chamou a atenção para a dependência da Europa em termos de aprovisionamento de gás. O projecto Nabucco é o único plano realista e exequível, capaz de mitigar a dependência unilateral da Europa em relação ao abastecimento de gás russo. Podem os colegas estar cansados de me ouvirem chamar a atenção, todos os anos, durante o debate orçamental, para o financiamento inadequado do sector da política externa. A União Europeia apenas pode responder de forma atempada aos novos desafios, se seu orçamento permitir uma verdadeira flexibilidade e reatribuição de dotações entre sectores e dentro de sectores, caso contrário, podemos continuar a apoiar os nossos mais importantes objectivos com truques orçamentais e manipulações orçamentais opacas. Exorto a Comissão a disponibilizar uma solução para os graves problemas de financiamento do sector das relações externas no contexto de uma verdadeira revisão intercalar, e também a garantir uma maior flexibilidade orçamental.

James Elles (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, no momento em que chegamos à primeira fase do orçamento de 2010, gostaria de felicitar os dois relatores. Está claro que – como também já foi referido por outros oradores – vamos ter este Outono um tipo de debate diferente porque o contexto actual indica que as próximas eleições europeias se vão realizar nas piores condições económicas dos últimos 60 anos.

Assim, Senhor Deputado Surján, imagino que, quando se analisar o orçamento este Outono – e o senhor deputado expôs os desafios tradicionais neste documento – estes serão muito alterados pelos debates que vamos realizar, e que incidirão sobre o ponto em que vamos estar, criando novos empregos para o futuro em vez de olhar para o passado. Será dada ênfase aos temas do seu documento, tais como as tecnologias limpas, as tecnologias com zero emissões de carbono, e, acima de tudo, as TIC, que podem fomentar a inovação e conseguir promover o novo crescimento de que a economia europeia vai precisar.

Senhor Deputado Maňka, no orçamento do Parlamento Europeu, quando pensamos no processo de *screening* que acabou de referir, não se esqueça do papel das tecnologias e da maneira como tudo pode ser feito de forma muito mais simples. Não precisamos de métodos tradicionais para fazer as coisas: precisamos de pensar em novas formas de comunicação com os nossos cidadãos. Imagino que, no final do próximo Parlamento, todos os deputados, exceptuando um ou dois, terão um blogue. Existem actualmente mais de

100 milhões de blogues no sistema global; em 2004, quando se iniciou esta legislatura, não existiam blogues. Temos de sintonizar as nossas mentes com o futuro em vez de percorrermos os caminhos normais a que estamos habituados numa série de contextos.

Por fim, apoio vigorosamente a proposta do senhor deputado Surján porque faz referência em ambos os orçamentos àquilo que eu chamo "relação qualidade preço" e que outros chamam "melhoria qualitativa" do modo como o gastamos. A recessão económica vai ser muito dura e vamos ter de ser capazes de justificar o dinheiro que gastamos. Gostaria de agradecer à Senhora Comissária tudo o que ela fez durante o seu mandato para possibilitar um acompanhamento das despesas efectuadas. Se pudesse haver para o novo Parlamento que aís iniciar funções uma análise das rubricas que são fortes e das que são fracas, então isso seria muito bem-vindo.

PRESIDÊNCIA: SIWIEC

Vice-presidente

Maria Petre (PPE-DE). – (RO) Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu colega, o Senhor Deputado Surján, os seus esforços. Dado que estamos especificamente a debater as orientações para o processo orçamental de 2010, no que é praticamente um debate político, gostaria de salientar alguns aspectos.

Em meu entender, e no entender da Roménia, existe uma componente que é necessária para se assegurar o funcionamento eficiente da União Europeia e que deve ser inevitavelmente integrada nas orientações orçamentais para 2010: o projecto Nabucco. Todos sabemos que a União Europeia teve uma experiência bastante desagradável este Inverno, tendo-se visto em grande medida sem aprovisionamento de gás. Além disso, esta questão não só envolve o gás mas também todos os recursos energéticos que a União Europeia consome.

A UE está dependente dos seus fornecedores não só quanto a preços mas também quanto ao seu aprovisionamento. É por isto que é absolutamente essencial para nós diversificarmos os nossos fornecedores de energia e recursos energéticos, assim como os métodos para o seu transporte, de forma a garantirmos aos nossos cidadãos um aprovisionamento constante e os protegermos de perturbações, especialmente durante Invernos frios.

Por outro lado, entendo que necessitamos de investir em e encorajar a investigação e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitam à indústria usar o mínimo possível de energia. Temos de reforçar as nossas campanhas de poupança energética, juntando-nos aos cidadãos da Europa. Tanto a diversificação de recursos como a respectiva poupança são soluções destinadas a prever e a responder às crises energéticas que ameaçam a União Europeia.

Ville Itälä (PPE-DE). – (FI) Senhor Presidente, aguarda-nos um ano repleto de desafios, sendo os principais as eleições europeias e a crise económica. É grande, pois, a nossa responsabilidade, mas, felizmente, os senhores deputados Surján e Maňka estão à altura das circunstâncias. Sei que ambos levam as suas responsabilidades muito a sério e que têm capacidade para exercer as suas funções. Significa isto, obviamente, que é necessário ponderar sobre os projectos do Parlamento, em particular, e dar o exemplo ao público em geral, para granjear a sua confiança. É efectivamente necessário pegar na lupa e definir que projectos podemos executar neste período. Não deverão ser projectos de grande envergadura.

Gostaria de centrar a minha intervenção num aspecto. Foi criada uma nova rubrica no orçamento, a "Estratégia para o Mar Báltico", e tenho esperança de que tanto a Comissão como o Parlamento consigam, em conjunto, elaborar os projectos certos e encontrar os fundos adequados para o tipo certo de medidas. Os habitantes da região do mar Báltico esperam que a Estratégia para o Mar Báltico dê frutos, e, com uma boa planificação, a estratégia pode ter êxito.

László Surján, relator. – (HU) Senhor Presidente, congratulo-me com os comentários e creio que a maior parte das críticas feitas e das alterações apresentadas é fruto de uma origem comum. Acho que estas são essencialmente questões de terminologia e não de uma verdadeira oposição. Existe um importante ponto de partida para o debate, o apoio na questão do Nabucco. Gostaria de deixar claro que não são as empresas que nós queremos apoiar, e que não estão em causa projectos de milhares de milhões de euros, mas que esperamos ver a Comissão Europeia a tomar medidas no sentido de apoiar a independência energética da Europa, sendo um dos seus símbolos – entre outros – o projecto Nabucco.

Senhor Presidente, permita-me chamar a atenção para mais um ponto de reflexão. Este orçamento aponta para além de si próprio. Actualmente, os cidadãos da Europa já não têm o sentido de excelência da União Europeia que os pais fundadores tinham, a saber, que esta iria criar paz, que deixaria de ser possível iniciar uma guerra. Hoje, há um outro aspecto em jogo. Não temos de temer uma guerra, mas sofremos ataques, como é o caso desta crise. Se conseguirmos solucionar esta questão e se pudermos provar a nós próprios e aos cidadãos da Europa que a União Europeia pode enfrentar estes problemas juntamente e em conjunto, então, a UE estará a enviar uma mensagem clara aos seus cidadãos de que vale a pena fazer um sacrifício, de que vale a pena colaborar. Precisamos da União Europeia. Espero que o eurocepticismo diminua se adoptarmos um bom orçamento para 2010, e peço o vosso apoio agora e mais tarde, no Outono. Obrigado pela sua atenção e respeito.

Vladimír Maňka, *relator*. – (SK) Gostaria de agradecer a todos os participantes pelo debate inspirador, assim como aos relatores-sombra pela sua cooperação construtiva. A proposta de resolução tem agora mais qualidade graças às suas propostas de alteração.

Também gostaria de agradecer ao Secretário-Geral Rømer pela sua cooperação; já anseio pela colaboração com o próximo Secretário-Geral.

Gostaria de agradecer a todos os representantes dos secretariados-gerais do Parlamento Europeu com quem me encontrei e tive debates. Gostaria de dizer aos representantes dos outros secretariados-gerais que também estou interessado em me encontrar e trabalhar com eles, para encontrar soluções eficazes, de modo podermos utilizar melhor os recursos financeiros dos cidadãos europeus.

A Comissão dos Orçamentos também colaborou de forma construtiva com outras instituições, tanto no passado, como durante o anterior processo orçamental. Acredito que as necessidades orçamentais apresentadas actualmente por estas instituições sejam realistas.

Gostaria de manifestar o meu apreço pela forma como os orçamentos são elaborados nestas instituições, uma vez que a elaboração do orçamento não só tem automaticamente em conta a taxa de inflação, mas também se baseia em necessidades reais, o que constitui, neste momento, de facto, um grande desafio. Nos próximos dias, encontrar-me-ei com representantes das instituições, para ouvir as suas opiniões, antes de debatermos estas estimativas na Comissão dos Orçamentos. Gostaria de voltar a agradecer a todos os meus colegas. Aguardo ansiosamente a continuação da nossa cooperação.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na terça-feira, dia 10 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Šarūnas Birutis (ALDE), *por escrito*. – (LT) Na actual crise financeira e económica, as pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades crescentes, ao procurarem obter financiamento para a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; seria possível, de acordo com o Programa para a Competitividade e a Inovação, apoiar eficazmente as actividades das PME relacionadas com a inovação, salientando assim a importância da afectação de fundos suficientes para o financiamento do PCI.

As tecnologias da informação e comunicação constituem grandes oportunidades para incentivar o crescimento e a inovação, contribuindo, por conseguinte, para a consecução dos objectivos da Estratégia de Lisboa e a superação da actual crise económica; o Espaço Europeu da Investigação constitui, mais do que nunca, a pedra basilar da sociedade europeia da informação e é essencial para a eliminação de incoerências a nível das actividades, programas e políticas de investigação científica na Europa; é importante um financiamento adequado com vista a assegurar o fluxo livre de cientistas qualificados e a apoiar as infra-estruturas de investigação científica a nível global, acessíveis a todas as equipas europeias de investigadores.

As principais prioridades da agenda da UE são a salvaguarda da segurança do aprovisionamento energético na União Europeia e o princípio da solidariedade energética, que devem reflectir-se, de forma adequada, no orçamento comunitário.

Marusya Ivanova Lyubcheva (PSE), *por escrito*. – (BG) A responsabilidade do PE na preparação do orçamento de 2010 é maior em comparação com orçamentos anteriores. Isso acontece por causa da crise financeira e económica e da instabilidade da situação energética que afectou alguns Estados-Membros da UE. Impõe-se a máxima precisão no processo de orçamentação, a par de opções flexíveis, dado que a dinâmica da crise obriga a uma gestão dinâmica do orçamento.

Precisamos de ser mais eficazes na execução da política de coesão regional e social em toda a UE. Essa eficácia deve reflectir-se em cada prioridade, o que constitui um desafio ainda maior no contexto de uma crise económica, pois não podemos permitir que se criem divisões entre Estados-Membros e temos de ajudar os novos Estados-Membros a enfrentar a situação.

Penso que ao utilizarmos os instrumentos orçamentais seremos mais responsáveis em 2010 pelas redes de energia e de transporte, e as redes de energia internas da UE serão bem planeadas de maneira a garantirem uma alternativa para os países mais afectados pela escassez energética. Outros aspectos particularmente importantes a ter em consideração são a flexibilidade e eficiência em termos de financiamento de corredores de transporte com vista a facilitar o tráfego e expandir as ligações de comunicação entre países. Deve ser dedicada especial atenção às redes Norte-Sul.

É necessária muito mais intensidade na expansão dos projectos de investigação e desenvolvimento. A política de inovação deve ser direccionada para sectores que sejam pertinentes para os países relevantes por forma a obter a máxima eficiência na utilização dos fundos.

Péter Olajos (PPE-DE), por escrito. – (HU) Na qualidade de relator de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar no contexto do orçamento comunitário para 2010, desejo expressar a minha satisfação pelo material que temos perante nós.

Congratulo-me especialmente com a intenção da Comissão de contribuir para a recuperação económica e social, reforçar a eficiência energética e combater as alterações climáticas.

Concordo plenamente que a União Europeia deve tomar mais decisões financeiras e orçamentais de grande alcance, tornando possível à UE desempenhar um papel, primordialmente nas áreas do crescimento económico e da criação de emprego. A protecção do ambiente – ou seja, o "New Deal verde" – pode, ao encontrar soluções para a actual crise económica, proporcionar uma excelente oportunidade para aumentar as infra-estruturas tecnológicas "verdes".

Os problemas de abastecimento de gás, no início do ano, demonstraram uma vez mais a falta de fontes de energia alternativas, de rotas alternativas de abastecimento energético, de capacidade de armazenamento de fontes de energia e de interconexões de transporte da energia entre os Estados-Membros. Por este motivo, é importante que o orçamento da UE reflecta devidamente a necessidade de reforçar a segurança do aprovisionamento e do transporte de energia, e é importante que nós invistamos montantes significativos nestes domínios.

Como o relatório indicou claramente, as alterações climáticas e a protecção do ambiente, bem como a questão da segurança energética, estão intimamente ligadas umas às outras. Ao mesmo tempo, é lamentável que as medidas para diminuir as alterações climáticas ainda não estejam satisfatoriamente incluídas no orçamento da UE. Por isso, encaro a tarefa do Parlamento no sentido de, primordialmente, exercer pressão, a este respeito, junto da Comissão, assegurando-se de que os referidos recursos são aumentados.

18. Estatuto da Sociedade Privada Europeia - Transferências transfronteiriças de sedes de empresas - Small Business Act - Participação dos trabalhadores nas sociedades dotadas de um estatuto europeu (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre:

- o relatório (A6-0044/2009) do deputado Klaus-Heiner Lehne, em nome da Comissão dos Assuntos Jurídicos, sobre uma proposta de regulamento do Conselho relativo ao Estatuto da Sociedade Privada Europeia (COM(2008)0396 - C6-0283/2008 - 2008/0130(CNS));

- o relatório (A6-0040/2009) do deputado Klaus-Heiner Lehne, em nome da Comissão dos Assuntos Jurídicos, que contém recomendações à Comissão sobre a transferência transfronteiriça de sedes de empresas (2008/2196(INI));

- o relatório (A6-0074/2009) da deputada Edit Herczog, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, sobre um "Small Business Act" (2008/2237(INI)); e

- a declaração da Comissão sobre a participação dos trabalhadores nas sociedades dotadas de um estatuto europeu.

Klaus-Heiner Lehne, *relator*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho dois relatórios para defender aqui, sendo ambos provenientes da Comissão dos Assuntos Jurídicos deste Parlamento.

Gostaria de começar por aquele que é mais importante neste momento, já que diz respeito a um processo legislativo específico iniciado pela Comissão: a sociedade privada europeia ("SPE"). Na verdade, este é o elemento legislativo nuclear, se assim podemos descrevê-lo, do chamado *Small Business Act*.

Gostaria de dizer algumas palavras sobre o contexto. A ideia da Sociedade Privada Europeia estava já contida no Plano de Acção sobre o Direito das Sociedades do Comissário Bolkestein. Por razões que nunca entendi, seguidamente, a ideia da sociedade privada europeia foi, por assim dizer, apagada do plano de acção ao longo dos anos, no decurso do presente mandato da Comissão, não tendo sido prosseguida pela Comissão nessa altura.

O Parlamento Europeu discordou, no entanto, e este foi o pano de fundo para o seu relatório de iniciativa legislativa ao abrigo do artigo 39.º do Regimento e do artigo 192.º do Tratado, aprovado por esmagadora maioria por esta Assembleia, há algum tempo atrás. Nestas circunstâncias, a Comissão sentiu-se obrigada a reconsiderar a ideia de sociedade privada europeia, o que agora é por si proposto no âmbito do *Small Business Act* – o que muito apreciamos.

Esta disponibilização de uma forma separada de empresa está particularmente direccionada para as pequenas e médias empresas da Europa. Até agora, apenas as grandes empresas tiveram a sua própria forma de sociedade, a saber, a sociedade anónima europeia. Penso que essa proposta era há muito esperada. Como esta é destinada às PME, as empresas criadas de raiz – isto é, as empresas que surgem a partir da ideia de criar uma empresa e não em resultado da transformação, cisão ou fusão de empresas existentes ou outras empresas – também devem ser tidas em conta, e também saudamos a contenção da Comissão Europeia em relação aos requisitos impostos à componente transfronteiras. Este ponto também foi, segundo creio, expresso pelo Parlamento no presente relatório.

Pensamos também que é justo que todas as questões relativas, nomeadamente, aos capitais e ao passivo, têm de ser esclarecidas em termos legislativos a nível europeu, uma vez que constituem problemas específicos para as PME. A necessidade que têm presentemente de trabalhar com estatutos jurídicos nacionais muito díspares significa que têm grande necessidade de aconselhamento, o que é obviado por este novo estatuto jurídico.

Julgamos igualmente estar em sintonia com a jurisprudência do Tribunal de Justiça Europeu em matéria de saber se a sede da empresa deve ser idêntica à sua sede social ou sede de administração, ou seja, de que apenas uma sede da empresa pode ser prevista. Sei que existe uma opinião minoritária sobre o tema nesta Casa, mas o parecer da maioria na Comissão dos Assuntos Jurídicos do Parlamento – que eu imagino irá ser seguida amanhã pelo plenário – é de que tem de haver definitivamente a possibilidade de uma separação, e que um tipo de sociedade europeia não pode ficar em desvantagem em relação aos tipos de empresas nacionais, aos quais é dada essa possibilidade no âmbito da jurisprudência do Tribunal Europeu de Justiça.

Um grande problema, que exigiu longas negociações, foi a situação relativamente à participação dos trabalhadores. Tivemos grandes dificuldades com esta situação, no passado, ao abordar outros actos jurídicos no âmbito do direito das sociedades. Basta referir a sociedade europeia e da directiva relativa às fusões transfronteiras. Creio que, graças às alterações de compromisso subscritas pelos três maiores grupos políticos nesta Assembleia, conseguimos encontrar uma verdadeira solução para este problema, uma solução que se baseia nos elementos bem-sucedidos de anteriores actos jurídicos da União Europeia, representando um compromisso entre as diferentes situações jurídicas nos Estados-Membros, e que também dá um contributo para proteger os direitos dos trabalhadores.

O meu último comentário diz respeito à 14.ª Directiva, da qual também sou relator. O historial é semelhante ao da sociedade europeia. O nosso objectivo é utilizar esta proposta de resolução legislativa para obrigar a Comissão a apresentar uma proposta concreta, Alemanha como fizemos no caso da "SPE" e esperamos, efectivamente, que a Comissão o faça, de modo a colmatar uma das últimas lacunas no direito das sociedades e a garantir a liberdade de estabelecimento para as empresas. Os meus sinceros agradecimentos pela vossa atenção.

Edit Herczog, *relatora*. – (HU) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, estamos a chegar ao fim de um longo processo, um longo e bem-sucedido processo através do qual temos sido capazes de mover as pequenas e médias empresas da periferia para o centro. Tem sido um longo processo para chegar onde estamos, pois este mercado interno, embora único, não é homogéneo. Um longo caminho,

no fim do qual vemos que os 23 milhões de pequenas e médias empresas funcionam com as mesmas regras e encargos administrativos que as 41 mil grandes empresas europeias, isto embora às primeiras seja impossível entrar no mercado em condições minimamente semelhantes.

Parece-nos que a Comissão, sob a liderança do Comissário Verheugen, já percorreu um longo caminho nos últimos cinco anos e, assim, congratulamo-nos com a mudança de filosofia no seio da União Europeia, numa perspectiva de eliminar os obstáculos que as PME enfrentam, tanto a nível da UE como nos Estados-Membros. Uma possibilidade de aumentar o volume de negócios das PME é permitir que estas, em cada vez maior número entrem no mercado interno europeu, uma vez que, actualmente, apenas 8% das empresas o fazem, e apenas 15% do seu volume de negócios é gerado nesse mercado. Os seus negócios poderiam aumentar se tivessem possibilidade de participar mais amplamente em programas e projectos de investigação e desenvolvimento inovadores. Seria útil às actividades de mercado das pequenas empresas, se as fontes de financiamento e o próprio financiamento fossem tornados acessíveis muito mais facilmente do que são actualmente. O seu volume de negócios poderia aumentar, se criássemos, finalmente, uma patente comunitária, impedindo assim que produtos contrafeitos baratos asfixiassem a propriedade intelectual produzida por pequenas empresas.

Penso que o desafio mais sensível a partir da perspectiva do êxito de toda a Estratégia de Lisboa é, certamente, ajudar as PME a deslocar-se de seu próprio Estado-Membro para o mercado interno da UE. Porém, na actual situação económica, temos de assinalar, para além daquilo que foi dito, que existem problemas com a principal fonte de financiamento das pequenas e médias empresas. É que esta fonte continua a ser o crédito. A maior sensibilidade ao risco por parte das instituições financeiras significou, contudo, que cada vez mais empresas têm dificuldade em aceder ao crédito. Invocando a incerteza da situação económica, os bancos estão a retraindo-se na concessão de empréstimos nestes círculos. Os directores das PME queixam-se de que milhares de empresas e dezenas de milhares de postos de trabalho podem estar em risco. É do nosso interesse fundamental assegurar que os fundos destinados a injectar liquidez no sistema atinjam a economia em vez de ficarem nos cofres dos bancos. Um dos passos mais importantes será fazer com que os bancos comecem, o mais rapidamente possível, a estimular a economia e as PME.

O outro desafio é o de criar solidariedade europeia. Esta é a única forma de oferecer uma protecção mais eficaz do que aquela que as nações podem proporcionar às PME que estão em dificuldades devido à crise. Ao dizê-lo, quero salientar que a situação das PME e a forma como estes casos são tratados constitui também um teste à solidariedade europeia. Mostra que a Europa é capaz de assumir riscos partilhados com os Estados-Membros, também para além da zona do euro. As medidas destinadas a estabilizar principalmente a zona do euro podem facilmente dar origem – e isso já aconteceu – a um vazio financeiro na zona não-euro. Assim sendo, na situação actual, tenho de pedir aos decisores europeus e aos representantes da banca que não permitam a criação de uma Europa a duas velocidades, uma vez que o colapso de uma região onde as PME desempenham um papel decisivo – constituindo mais de 90% de todas as empresas – traria consigo consequências económicas catastróficas. Com esta finalidade, peço o apoio da Comissão e dos meus colegas. Agradeço à minha colega relatora, Nicole Fontaine, e aos demais relatores-sombra pelo seu trabalho, e quero uma vez mais felicitar o Senhor Comissário Verheugen pelas realizações obtidas até à data.

Ján Figel, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, primeiro que tudo, gostaria de agradecer aos dois relatores. Dando primeiro lugar às senhoras - e não apenas nestes dias - começarei por agradecer à senhora deputada Herczog a qualidade do seu relatório sobre o "Small Business Act" (SBA) e o forte apoio nele expresso à iniciativa da Comissão de definir uma política abrangente para as pequenas e médias empresas. Também gostaria de prestar homenagem ao senhor deputado Lehne, não só pela sua eficiência e pelo trabalho que fez na condução do Estatuto da Sociedade Privada durante todo o processo de consulta, mas também pelas soluções interessantes e criativas que apresentou no relatório.

Neste momento estamos a atravessar uma fase verdadeiramente crítica. Todos os dias ouvimos as mensagens que falam, por exemplo, da necessidade de fomentar e renovar a confiança no funcionamento da economia global. A crise financeira e económica atingiu muito seriamente as empresas europeias, e penso ser agora mais importante que nunca explorar ao máximo o potencial das pequenas e médias empresas. É nelas que está a corda de salvação da economia europeia.

O "Small Business Act", que a Comissão aprovou em Junho de 2008, fornece um quadro completo de acções a curto, médio e longo prazo para o crescimento e a competitividade das PME no âmbito da Estratégia de Lisboa. Propõe 10 princípios políticos e uma série de iniciativas concretas para garantir a inclusão das preocupações das PME no centro do processo decisório – como disse a senhora deputada Herczog, colocar as PME no centro da atenção e das estratégias.

O SBA inclui um conjunto de iniciativas legislativas, nomeadamente a proposta relativa a um Estatuto da Sociedade Privada Europeia. O SBA tem por objectivo assegurar que o princípio "think small first" e a prioridade dada às pequenas empresas sejam consolidados de forma duradoura e irreversível no processo decisório em toda a União. O SBA apela também a um maior reconhecimento do empreendedorismo e dos empresários. Precisamos de pessoas que estejam preparadas para tomar iniciativas, elaborar projectos e assumir riscos mais do que nunca em tempos como este. Também acreditamos, portanto, que os empresários honestos cuja empresa foi à falência merecem uma segunda oportunidade.

Na actual crise económica, precisamos de definir prioridades e de nos concentrar na rápida obtenção de resultados naquelas acções com maior potencial para contribuir para a retoma. O plano de acção SBA e o plano de relançamento da economia europeia propõem medidas ambiciosas em três áreas fundamentais: em primeiro lugar, facilitar a concessão de crédito muito necessário; em segundo lugar, reduzir os encargos administrativos; e, em terceiro lugar, ajudar as PME a fazer negócios no estrangeiro.

O êxito do "Small Business Act" depende da cooperação permanente de todas as partes interessadas. Nós estamos gratos pelo vosso apoio. A resolução que o Parlamento aprovou no início de Dezembro foi uma iniciativa oportuna e muito bem-vinda. Como sabem, na cimeira de finais de Dezembro, os Chefes de Estado e de Governo apoiaram por unanimidade o "Small Business Act", sob a Presidência francesa.

Logo, é importante que hoje esta Câmara dê o seu apoio total ao relatório da senhora deputada Herczog, para estabelecer uma base sólida e legítima para uma acção futura. Gostaria de vos convidar a promover o "Small Business Act" nos vossos países e círculos eleitorais para ajudar a assegurar que este ambicioso programa político se torne uma realidade e ajude efectivamente as PME na sua actividade diária.

Permitam-me que passe agora aos dois relatórios do senhor deputado Lehne. O Parlamento sempre apoiou fortemente o Estatuto da Sociedade Privada Europeia. O vosso relatório de iniciativa de 2006 e a rapidez com que trataram a proposta da Comissão são contributos importantes para o êxito do novo Estatuto da Sociedade Europeia.

O Estatuto da Sociedade Privada é um elemento fundamental do "Small Business Act" e foi concebido para as PME. Por isso, a Comissão propõe que uma sociedade privada europeia possa ser constituída, como qualquer sociedade doméstica, sem o requisito de desenvolver actividade em diferentes Estados-Membros ou ter accionistas de mais do que um país – como acontece no seu próprio país. Há quem considere que este requisito transfronteiras é essencial para um fórum de sociedades europeias. A resolução do Parlamento que permite que as empresas possam escolher de entre uma variedade de elementos transfronteiriços é flexível. Para cumprir esse requisito, as sociedades privadas europeias poderiam, por exemplo, criar uma filial estrangeira ou simplesmente registar a sua intenção de desenvolver actividade além-fronteiras.

Os senhores deputados também sugeriram uma solução flexível para o requisito relativo ao capital mínimo. Como sabem, a proposta da Comissão exigia um capital mínimo de apenas 1 euro e deixava que fossem os accionistas a decidir sobre o capital necessário para a sua sociedade privada europeia. Esta disposição foi questionada por pessoas que consideram que os requisitos relativos ao capital servem para proteger os credores de pequenas empresas.

O relatório do Parlamento Europeu apresentou soluções alternativas para melhorar a protecção dos credores. Isso significa que as empresas poderiam escolher entre um regime de protecção dos credores baseado na solvabilidade ou baseado na manutenção de capital.

A Comissão concorda com os elementos do relatório que visam aumentar a uniformidade do estatuto e promover assim a segurança jurídica da sua aplicação. Esses elementos incluem a prescrição do registo do objecto social da empresa, a clarificação de que a proibição da oferta de acções ao público não impede as ofertas aos trabalhadores da empresa, ou a melhoria das regras relativas aos deveres e responsabilidades dos administradores. Todos estes elementos dão um contributo útil que irá facilitar a aplicação deste estatuto.

Saúdo igualmente a vossa sugestão útil de uma cláusula compromissória que encoraja os accionistas a utilizarem meios alternativos para a resolução de litígios.

Por último, gostaria de referir o assunto que foi mais debatido no Parlamento e noutras instâncias e que se prende com a participação dos trabalhadores na administração das sociedades privadas europeias. Como já referi, a Comissão concebeu um estatuto para as empresas mais pequena. A participação dos trabalhadores em PME está prevista unicamente em alguns Estados-Membros, razão por que uma solução baseada em leis nacionais, que permita a coexistência de diferentes modelos, pareceu ser a abordagem mais apropriada e razoável.

As alterações do Parlamento introduzem disposições adicionais e complexas que não são aplicáveis às PME constituídas ao abrigo da legislação nacional na maior parte dos Estados-Membros. Isso poderá vir a tornar o Estatuto da Sociedade Privada Europeia pouco atractivo nesses Estados-Membros e uma opção muito menos viável para as PME.

Para finalizar, o vosso relatório contém uma série de soluções, algumas das quais poderiam perfeitamente preparar o caminho para um compromisso mais rápido entre os Estados-Membros. A Comissão congratula-se, portanto, com a aprovação deste relatório.

Por último, no que respeita à transferência transfronteiras de sedes de empresas: a Comissão informou o Parlamento em ocasiões anteriores sobre os motivos por que não propõe a 14.^a Directiva do Direito das Sociedades, motivos esses que mantêm a sua validade. Concordamos com o relator quando diz que as empresas devem usufruir da liberdade de estabelecimento no âmbito do mercado único e pode transferir as suas sedes de um país para outro. Todavia, não estamos convencidos de que propor nova legislação seja agora a melhor solução para alcançar esse objectivo. A jurisprudência do Tribunal de Justiça permite inequivocamente a mobilidade das empresas. Além disso, a legislação existente – a Directiva relativa às Fusões Transfronteiriças – oferece um quadro para a transferência, incluindo as necessárias salvaguardas para partes terceiras. Nomeadamente, a Directiva relativa às Fusões Transfronteiriças permite que uma sociedade crie uma nova filial noutro país e em seguida proceda à fusão da sociedade existente com essa filial. O processo de transferência e as salvaguardas sugeridos pela Comissão dos Assuntos Jurídicos são muito semelhantes aos propostos pela Directiva.

As nossas análises económicas mostram que o nível de complexidade do processo de transferência transfronteiras seria comparável ao processo de fusão transfronteiras. A Directiva relativa às Fusões Transfronteiriças deveria ter sido transposta pelos Estados-Membros até Dezembro de 2007. É ainda demasiado prematuro avaliar a sua plena aplicação. Antes de se adoptar qualquer nova legislação, a Comissão deveria apurar primeiro como funciona na prática este novo quadro regulamentar. Também não estamos convencidos de que a Directiva melhoraria a situação existente ao abrigo da legislação nacional e da jurisprudência do Tribunal de Justiça Europeu nesta área.

Por último, à luz do atrás exposto e com a actual legislatura quase no fim, seria mais apropriado ser a próxima Comissão a decidir sobre a maneira de proceder relativamente a esta questão da transferência da sede de uma empresa. Nessa altura será também mais claro como a questão da transferência de sede foi resolvida no Estatuto da SPE.

Gunnar Hökmark, *relator de parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários*. – (SV) Senhor Presidente, as condições que se criam hoje para as pequenas empresas são cruciais para o crescimento do emprego amanhã. São essenciais para a nossa capacidade de sair desta crise, em direcção a uma economia competitiva melhor e mais qualificada. São as pequenas empresas que estimulam a inovação, mas são também as pequenas empresas que têm actualmente os maiores problemas de crédito nos diversos Estados-Membros e na União Europeia no seu conjunto.

Aquilo que pretendemos fazer aqui com o estatuto da sociedade privada europeia - e gostaria de agradecer à Comissão pela proposta e à relatora pelo seu trabalho - é abrir o mercado interno às pequenas empresas, na mesma medida em que o fazemos para as grandes empresas. É neste sentido que temos de abrir caminho. Como foi debatido na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, é uma questão de efectuar uma profunda simplificação das regras, que abrirá portas às pequenas empresas.

Trata-se de garantir que as pequenas empresas podem participar nos concursos públicos a par das grandes empresas, em resultado da forma como os contratos públicos são realizados. Trata-se de tornar mais fácil para as pequenas empresas funcionarem para lá das fronteiras nacionais, inclusive no que se refere a questões como o pagamento do IVA e o combate à burocracia que está actualmente a revelar-se impeditiva. Trata-se também de proporcionar aos mercados financeiros europeus melhores condições para a expansão e o crescimento, criando um melhor mercado de crédito para as pequenas empresas, através dos esforços do Banco Europeu de Investimento e de outros. Por último, gostaria de dizer que

(EN) "Small is beautiful", o que é pequeno é belo. E o que é pequeno será maior amanhã e criará mais empregos e mais prosperidade.

Harald Ettl, *relator de parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários*. – (DE) Muito obrigado, Senhor Presidente. Actualmente, a transferência da sede de uma empresa envolve obstáculos administrativos, custos e consequências sociais e não consegue oferecer a necessária segurança jurídica a accionistas, credores ou

trabalhadores. Uma consulta pública, já em 2004, deixou claro o quão importante era adoptar uma 14.^a directiva.

Por esta razão, gostaria de exortar a Comissão a apresentar uma proposta legislativa sobre esta matéria – o mais rapidamente possível – com o duplo objectivo de simplificar a mobilidade das empresas e assegurar que a questão da participação relativamente à transferência de uma sede de empresa não é deixada ao cuidado do Tribunal Europeu de Justiça.

Uma futura 14.^a Directiva não deve proporcionar uma rota de fuga dos sistemas com forte participação. Em circunstância alguma devem ser diminuídos os direitos existentes. A fim de garantir a coerência e a natureza substantiva dos procedimentos de participação dos trabalhadores deve ser feita referência à directiva europeia sobre os conselhos de empresa, à 10.^a directiva e à directiva relativa à consulta e informação dos trabalhadores. É absolutamente essencial que a informação seja fornecida em tempo útil e que um plano de transferência seja emitido antes de qualquer transferência de uma sede de empresa.

Donata Gottardi, *relatora de parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários*. – (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o regulamento relativo à sociedade privada europeia que estamos prestes a aprovar completa o quadro dos tipos de sociedades a serem regulamentadas a nível europeu. Em determinadas partes, o texto final tem a marca do texto aprovado pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

Lamento que não tenhamos aproveitado a ocasião para pedir à Comissão que fosse mais ousada, que tomasse mais providências para estabelecer um regime de tributação específica, um adequado sistema de contabilidade e regras homogêneas em caso de liquidação, insolvência, conversão, fusão, cisão, dissolução e nulidade.

São ainda demasiados os domínios que permanecem ao abrigo do direito nacional das sociedades, o que resulta numa sobreposição de níveis e multiplicação de custos. Se estamos de acordo quanto à importância da criação de um sistema comum europeu e se queremos evitar realocações oportunistas, então, agora que o quadro está completo, depois da sociedade europeia e da sociedade cooperativa europeia, seria boa ideia prever reabrir a questão e levá-la a um nível mais avançado.

Harald Ettl, *relator de parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais*. – (DE) Senhor Presidente, a proposta apresentada pela Comissão para a sociedade privada europeia, no âmbito do *Small Business Act*, apresentava graves deficiências. Pouca atenção era dada aos interesses dos credores, trabalhadores, consumidores e pequenos fornecedores. Para mencionar algumas das suas disposições, previa um capital mínimo de 1 euro e, além disso, contemplava procedimentos de registo inadequados, nenhum requisito de actividades transfronteiriças, bem como a separação dos estatutos de associação, a sede e a localização real do estabelecimento principal.

Esta última teria conduzido à omissão da participação dos trabalhadores. Qualquer nova directiva europeia sobre o direito das sociedades deverá ajudar a alcançar o objectivo de harmonizar os direitos dos trabalhadores e a ideia da norma europeia de participação, com base no novo Tratado Reformador da UE, incluindo a Carta dos Direitos Fundamentais. Os direitos dos trabalhadores constituem direitos fundamentais de uma Europa social.

Anja Weisgerber, *relatora de parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Senhoras e Senhores Deputados, as pequenas e médias empresas constituem a espinha dorsal da nossa sociedade e delas provêm 67% dos empregos do sector privado europeu.

Portanto, muito me congratulo com a iniciativa *Think Small First* ("pensar primeiro em pequena escala") e estou empenhada em garantir que este princípio é tido em conta, na definição de políticas a todos os níveis políticos e administrativos. Sobretudo neste momento de crise financeira é importante criar uma mais-valia real e palpável para as PME, de modo a reforçar essas empresas como um factor estabilizador na crise.

Como relatora do parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, estive envolvida na formulação das ideias que estão agora a ser votadas. Várias propostas minhas foram incorporadas no texto, incluindo a importância do princípio da flexigurança. Este conceito pretende criar mercados de trabalho flexíveis mas também em consonância com um elevado nível de segurança no emprego.

A minha chamada de atenção no sentido de o direito do trabalho proporcionar uma base fiável para as PME, também foi incorporada. Muitas vezes, as PME não têm possibilidades financeiras para dispor dos seus próprios departamentos jurídicos ou de recursos humanos e estão, portanto, dependentes de regulamentos simples e claros.

Uma das minhas exigências mais importantes – o “teste PME” para iniciativas legislativas – também mereceu o apoio da comissão competente. Temos de impedir o surgimento da burocracia. As avaliações de impacto devem ser realizadas de forma sistemática relativamente às novas leis. Antes da sua adopção, todas as disposições da UE devem ser examinadas em termos do seu impacto sobre as PME. É importante para mim que os resultados deste “teste PME” sejam objecto de uma avaliação independente por um organismo independente, e esta ideia foi incorporada no texto.

As PME enfrentam desafios específicos no contexto da crise financeira global, e, nesta perspectiva, congratulo-me particularmente por o relatório exortar a que as propostas do “Grupo de Alto Nível de Partes Interessadas Independentes sobre os Encargos Administrativos”, liderado pelo Dr. Stoiber, sejam aplicadas o mais rapidamente possível. Devemos actuar rapidamente para tirar partido destas potencialidades.

Othmar Karas, relator de parecer da Comissão dos Assuntos Jurídicos. – (DE) Senhor Presidente, todos sabemos como a nossa capacidade de tirar partido do crescimento e potencial de inovação das pequenas e médias empresas é decisiva para a prosperidade da União Europeia. As PME desempenham também um papel essencial na superação da crise. Temos, portanto, de aliviar os encargos que recaem sobre elas e apoiá-las com base na ideia de que regular menos pode significar muito mais para as PME.

Enquanto presidente do Intergrupo “PME”, gostaria, no entanto, de deixar bem claro que o *Small Business Act* é apenas uma declaração de intenções dos Chefes de Estado ou de Governo. As declarações de intenções por si só não têm qualquer utilidade para as PME, e é por isso que nós fazemos uma claríssima exortação no sentido de a legislação nacional e europeia ser orientada pelo princípio *Think Small First* (“pensar primeiro em pequena escala”), e apresentámos quatro exigências.

A primeira é de que os Estados-Membros devem anunciar como e quando irão incorporar os elementos essenciais do princípio *Think Small First* na legislação nacional. Em segundo lugar, os Estados-Membros devem, obrigatoriamente, apresentar os progressos alcançados na execução do princípio *Think Small First* nos relatórios anuais sobre os programas nacionais de reforma no âmbito do processo de Lisboa. Em terceiro lugar, precisamos de critérios normalizados para a medição dos progressos realizados na execução do princípio *Think Small First*. Seguidamente, em quarto lugar, temos também de instituir o princípio *Think Small First* como componente obrigatória da futura legislação a nível europeu. Além disso, em resposta a acontecimentos actuais, eu diria que todos os regulamentos existentes devem ser analisados em termos do seu impacto pró-cíclico sobre as PME. É necessário que actuemos rapidamente neste domínio.

Presidente. – Infelizmente, não temos a possibilidade de ouvir a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros porque a senhora deputada Podimata não está disponível neste momento.

Nicole Fontaine, em nome do grupo PPE-DE. – (FR) Senhor Presidente, caros colegas, antes de mais, gostaria de saudar o significado desta discussão conjunta dedicada às pequenas e médias empresas (PME), e espero, do fundo do coração, que estas ouçam o sinal muito forte que o nosso Parlamento deseja enviar-lhes.

O nosso grupo acolheu com entusiasmo o projecto de *Small Business Act* que nos foi apresentado pela Comissão no passado mês de Junho. É certo que já tinham sido tomadas iniciativas relativas às PME nos anos 2000. Essas iniciativas foram apreciadas mas insuficientes. Porquê insuficientes? Porque, na própria opinião dos interessados, não passaram de votos piedosos. Assim, neste momento, temos de ir mais longe, e o *Small Business Act* fornece-nos a ocasião para isso, pois inscreve-se numa acção global, decididamente pró-activa.

Para já, quero recordar que o Parlamento Europeu conseguiu uma vitória, pois foi no seguimento da pergunta oral que colocámos em Dezembro passado que o Conselho “Competitividade” adoptou, por unanimidade, o Plano de Acção que o Senhor Comissário Figel’ referiu há pouco.

Ficou assim demonstrada, de forma evidente, uma forte vontade política dos governos, e gostaria hoje de saudar o excelente relatório de Edit Herczog, que dá seguimento, com grande oportunidade, a esse impulso. Gostaria também de lhe agradecer a qualidade da colaboração de que dispusemos, o excelente trabalho, devo dizer, que desenvolvemos no seio da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, uma vez que apenas foram apresentadas duas alterações em Plenário. O que demonstra que trabalhamos bem.

No que respeita ao nosso grupo, as alterações que apresentámos e que a nossa relatora aceitou mostram que nos preocupámos em encontrar um meio de associar mais estreitamente os Estados-Membros e as instâncias comunitárias, a fim de garantir que as PME irão, efectivamente, retirar um valor acrescentado das medidas preconizadas.

Pedimos que o princípio do *Think Small First* passasse a ser parte integrante obrigatória de qualquer futura legislação. Insistimos na patente comunitária e também, evidentemente, nos meios de financiamento, de forma a que esses meios lhes permitam um acesso efectivo e rápido.

Ieke van den Burg, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que, em primeiro lugar, diga algo em resposta à declaração da Comissão.

Em primeiro lugar, lamento que o colega do Senhor Comissário, o Comissário McCreevy, não esteja hoje aqui – penso que a época das corridas de cavalos terá começado outra vez! Lamento realmente que assim seja porque a questão do direito das sociedades é verdadeiramente importante para nós e está no núcleo do seu portfólio. Em segundo lugar, Senhor Comissário, lamento realmente os seus argumentos contra as propostas do Parlamento sobre a co-gestão dos trabalhadores. Afirmámos de forma inequívoca que isso não se destinava às pequenas empresas mas que o Estatuto da SPE é aplicável a todas as empresas. Não é limitado ao tamanho. Não queremos que este Estatuto da SPE sirva para utilizar abusivamente e contornar a legislação vigente – particularmente nas tradições nacionais – algo que é um aspecto muito importante da co-gestão. Não queremos que haja “shopping around”, ou comparação de preços, nem que se crie um novo Delaware na União Europeia, em que as empresas possam contornar este tipo de legislação.

Em terceiro lugar, relativamente à décima quarta directiva – que como sabemos não merece um bom acolhimento da parte do Comissário McCreevy – V. Exa. repetiu os mesmos argumentos que ele apresentou. Ele devia levar a sério o facto de o Parlamento querer efectivamente que ele apresente essa proposta.

Em quarto lugar, apresentámos juntamente uma resolução em que pedimos à Comissão que consulte os parceiros sociais com base no artigo 138.º, o que seria mais adequado antes de decidirmos sobre um regulamento relativo ao Estatuto da SPE, porque a co-gestão é uma questão que é tratada no âmbito do artigo 138.º do Tratado CE e que requer em primeiro lugar uma consulta dos parceiros sociais. Isso não foi feito. Pedimos agora que seja feito imediatamente a seguir. No entanto, se oiço este tipo de reacção da parte da Comissão, vou pensar seriamente e sugerir ao meu grupo que reconsideremos se podemos apoiar o produto Estatuto da SPE. Se calhar V. Exa. devia fazer alguns telefonemas esta noite para o Comissário McCreevy e o Comissário Špidla e ver se amanhã pode apresentar uma proposta melhor sobre esta matéria antes de se proceder à votação.

Resumindo – porque já estou a esgotar o meu tempo de uso da palavra – o PSE não é contra a possibilidade de as pequenas e médias empresas utilizarem este novo estatuto – nós somos a favor –, mas é contra esta forma de abuso. Chegámos a um compromisso muito bom com o relator. É também muito actual e nada obsoleto, mas muito actual neste momento, tendo em conta as intervenções desastrosas dos accionistas e dos mercados financeiros, considerar uma melhor forma de governação das sociedades, com a participação dos trabalhadores. O Senhor Comissário terá mesmo de analisar com o seu Colégio e com os comissários responsáveis se é possível fazer uma declaração mais positiva perante o Parlamento.

Jean Marie Beaupuy, em nome do grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, também eu gostaria, evidentemente, de me juntar aos cumprimentos à nossa colega Edit Herczog pelo excelente relatório em 90 números relativo ao *Small Business Act*.

Mas o trabalho do Parlamento Europeu só será verdadeiramente eficiente, Senhor Comissário, com a respectiva aplicação rápida e eficaz em todos os nossos Estados.

O senhor disse no início, Senhor Comissário, que vai elaborar uma estratégia global com base neste relatório, mas não pode ignorar que existe actualmente uma crise financeira, uma crise económica e uma crise climática que nos impõem respostas rápidas.

Vejamos dois exemplos. Primeiro exemplo: solicito que os prazos das regularizações a favor das empresas sejam encurtados para 30 dias. É o que está referido no n.º 87 relativo ao Fundo de Coesão. Solicito à Comissão e aos Estados-Membros que adoptem disposições no sentido de todos os contratos de direito público poderem ser pagos às empresas a 30 dias.

Quando sabemos, aliás, que 20% das declarações de falência se devem a atrasos nos pagamentos das autoridades públicas, podemos avaliar o quanto essa acção por parte dos governos e da Comissão permitirá reduzir o número de desempregados, que actualmente cresce de dia para dia.

Segundo exemplo: as formalidades administrativas. No n.º 72, pedimos que as actuais formalidades administrativas sejam reduzidas em pelo menos 25%. Posso dizer-lhes, enquanto director de uma empresa, que se trata de uma disposição concreta por que esperamos há anos. Os directores de empresa não são feitos

para preencher papelada durante todo o dia, são feitos para fornecer produtos e serviços aos nossos concidadãos.

Se ouvir este apelo, Senhor Comissário, não só para além da estratégia global que pretende elaborar, mas também em termos de resposta concreta dos governos e da Comissão, então, no âmbito dos actuais planos de relançamento, existirão dispositivos que fornecerão, de imediato, soluções aos nossos concidadãos.

Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk, *em nome do Grupo UEN*. – (PL) Senhor Presidente, com a minha intervenção neste debate pretendo chamar a atenção para quatro questões. Em primeiro lugar, gostaria de manifestar a minha esperança de que o relatório do Senhor Deputado Lehne dê um forte estímulo à Comissão Europeia para preparar medidas jurídicas adequadas que, de acordo com a liberdade de estabelecimento consagrada no Tratado, permita às empresas deslocarem as suas sedes sociais dentro da União Europeia sem se verem sobrecarregadas com uma excessiva burocracia.

Em segundo lugar, estes tipos de transferências deviam, por seu lado, contribuir para protegerem os direitos adquiridos dos accionistas, credores e especialmente os direitos dos trabalhadores. Gostaria também de exprimir a esperança de que as soluções propostas pelo relator, que envolvem a elaboração de uma proposta de transferência, e especialmente um relatório explicando e justificando os aspectos jurídicos, e sobretudo económicos, da proposta transferência da sede da sociedade, assim como as suas implicações para accionistas e trabalhadores, não se venha a revelar um obstáculo adicional à transferência de sociedades.

Em quarto lugar, e por último, parece que a concorrência, em termos de tributação e salários, foi a força motriz específica por detrás das soluções propostas, uma vez que se considerava que tinha um efeito positivo sobre o ritmo do crescimento económico nos diferentes Estados-Membros, e portanto em toda a União Europeia.

Francis Wurtz, *em nome do grupo GUE/NGL*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, o projecto de estatuto da Sociedade Privada Europeia é apresentado pela Comissão como elemento da Lei das Pequenas Empresas a nível da Europa (LPE).

Neste contexto, colocava-se inicialmente a questão, a exemplo do que é feito nos Estados Unidos, de reservar para as pequenas empresas uma determinada parte dos contratos de direito público. Não podíamos deixar de aplaudir tão nobres sentimentos.

Infelizmente, no final, com a SPE, o resultado é completamente diferente. Em primeiro lugar, no que respeita à dimensão das empresas envolvidas. De pequena empresa, escorregámos para o conceito muito mais difuso de pequenas e médias empresas, para acabarmos - e cito a exposição de motivos do projecto de regulamento adoptado pela Comissão - com: "As empresas de maior dimensão e os grupos de empresas serão também potenciais beneficiários do novo estatuto". O que altera completamente a filosofia da iniciativa; o que acontecerá, então, às falsas PME? Na realidade, filiais de multinacionais que, como sabemos, exigem há muito tempo um estatuto único menos limitativo do que aqueles de que dispõem actualmente para as empresas que controlam em diferentes países europeus.

Vejamos agora a natureza das vantagens oferecidas às empresas que beneficiam do estatuto de SPE. Já não se trata de facilitar o acesso às encomendas públicas, mas sim - e cito, mais uma vez, a exposição de motivos do texto da Comissão - "melhorar o clima empresarial no contexto do mercado único". Nesse sentido, todas as sociedades privadas europeias poderiam ter sede num país e as suas actividades reais noutro. Poderiam também transferir a sua sede para um Estado-Membro da sua escolha.

Não podemos deixar de ver nestas disposições um meio destinado a permitir às empresas envolvidas criarem, sem qualquer limitação, sociedades de apartado em céus mais clementes para os meios de negócio. Não declara a Comissão que a lei aplicável é a do Estado-Membro da sede social da SPE relativa às sociedades de responsabilidade limitada?

Como afirma, com toda a razão, a Confederação Europeia dos Sindicatos, existe um enorme risco de as empresas utilizarem os estatutos da SPE para fugirem às legislações mais protectoras dos trabalhadores.

Assim se compreende porque é que a Comissão não consultou as organizações sindicais antes de adoptar o seu projecto, contentando-se com uma consulta em linha, pró-forma.

Em resumo, quando lemos o projecto de regulamento verificamos que a insistência colocada nas pequenas empresas não passa de um disfarce político para tornar apresentável uma reformulação do tristemente famoso princípio do país de origem. Autêntico Bolkestein retocado.

Eis a razão por que o meu grupo propõe que o Parlamento dirija um sinal claro à Comissão e ao Conselho rejeitando este projecto de estatuto da SPE.

Roberto Fiore (NI). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que temos de resolver esta crise das pequenas e médias empresas de uma forma autenticamente europeia. Estamos a assistir a uma destruição das pequenas e médias empresas em todo o continente, uma destruição causada pela falta de acesso ao crédito. O problema é que os bancos não estão a conceder crédito às empresas e, ao mesmo tempo, as tentativas de alguns governos de financiar os bancos para que estes, por sua vez, financiem as pequenas empresas estão a revelar-se um fracasso, pois ninguém sabe que dívidas estão efectivamente a sofrer os bancos neste momento.

Proponho, por conseguinte, que os Estados nacionais, através da nacionalização dos seus bancos nacionais, advoguem a impressão de dinheiro, ou a emissão de vales com contravalor em dinheiro, para financiar as pequenas e médias empresas. Uma tentativa deste género foi feita recentemente na República de Taiwan, que emitiu vales que, na prática, correspondem a dinheiro, tendo-os distribuído sob a forma de vales pessoais aos cidadãos de Taiwan. Isto significava que, para todos os efeitos, foram emitidos 3 mil milhões de dólares, ou de euros, na República de Taiwan.

Devemos fazer o mesmo; devemos conceder crédito às pequenas e médias empresas através da emissão de dinheiro praticamente como Estados já não em situação de débito, mas de crédito.

Georgios Papastamkos (PPE-DE). – (EL) Senhor Presidente, vou dedicar a minha intervenção à primeira questão em debate, o Estatuto da Sociedade Privada Europeia. Como sabem, apenas 8% das pequenas e médias empresas europeias participam em transacções transfronteiriças numa altura em essas empresas representam aproximadamente 99% das sociedades da União Europeia.

Este facto prova as deficiências da política seguida até à data para incentivar os negócios intracomunitários. Prova igualmente a necessidade de adoptar medidas específicas com vista à criação de um quadro regulador único e mais favorável a nível europeu.

A crise económica global atingiu já a economia real, os milhões de pequenas e médias empresas em toda a Europa. Nas actuais circunstâncias, o nosso alvo primordial devem ser as pequenas empresas eficientes.

A proposta da Comissão de um regulamento do Conselho está na direcção certa, que é, a meu ver, a redução ao mínimo dos encargos administrativos que as pequenas e médias empresas europeias têm de suportar para cumprirem diferentes requisitos administrativos impostos a nível local para a constituição de uma sociedade.

A flexibilidade e uniformidade das sociedades privadas europeias, o requisito mínimo da componente transfronteiriça, a simplificação do controlo da legalidade do estatuto da empresa e o princípio do capital social no valor de 1 euro são os principais dogmas de uma estratégia que pode perfeitamente dar um novo impulso ao desenvolvimento do empreendedorismo intracomunitário.

Para finalizar, gostaria de felicitar o relator, senhor deputado Lehne, pelo esforço que realizou para conseguir alcançar um compromisso entre as opiniões divergentes formuladas pelos seus colegas na Comissão dos Assuntos Jurídicos e nos vários grupos políticos.

Manuel Medina Ortega (PSE). – (ES) Senhor Presidente, creio que o debate que estamos a realizar esta noite serve para esclarecer alguns pontos: em primeiro lugar, que o facto de o debate sobre as sociedades privadas europeias se realizar em simultâneo com o debate sobre as pequenas empresas europeias não significa que uma sociedade privada europeia seja necessariamente um pequena empresa europeia.

Como a senhora deputada van den Burg referiu – e creio que o senhor deputado Wurtz também o salientou na sua crítica à proposta –, o estatuto da sociedade privada europeia, tal como está concebido na proposta da Comissão e tal como foi aprovado na Comissão dos Assuntos Jurídicos, é um instrumento para a criação de empresas que podem ser grandes e que têm determinadas características, como seja a limitação da responsabilidade dos sócios e a proibição de estas empresas negociarem nos mercados públicos. No entanto, tanto o estatuto da sociedade privada europeia como o estatuto da sociedade privada nacional podem aplicar-se a pequenas e a grandes empresas.

Como a senhora deputada van den Burg também referiu, é precisamente esta flexibilidade ou maleabilidade da sociedade privada europeia que nos obriga a ter um cuidado extremo. Esta foi a tarefa da Comissão dos Assuntos Jurídicos. As alterações aprovadas pela Comissão dos Assuntos Jurídicos, que são bastante numerosas, visam precisamente evitar que a fórmula da sociedade privada europeia constitua uma base,

como dizia a senhora deputada van den Burg, para a emergência de um "Delaware" europeu. Isto é particularmente pertinente para um dos temas que preocupam o senhor deputado Wurtz: a participação dos trabalhadores nas empresas.

Creio que as formulações adoptadas na Comissão dos Assuntos Jurídicos assinalam com clareza estas limitações. Não se trata, como dizia o senhor deputado Wurtz, de aplicar a regra do país de origem; pelo contrário, de acordo com as normas que aprovámos na Comissão dos Assuntos Jurídicos – e recomendaria ao senhor deputado Wurtz que lesse as alterações que aprovámos –, há uma série de limitações que impedem que as normas do país de origem sejam aplicáveis às sociedades em que exista um nível de participação dos trabalhadores mais elevado do que o normal. Estas limitações estão inteiramente incluídas nas alterações que aprovámos e creio que, com estas alterações, seria perfeitamente admissível aprovar o texto, inclusive do ponto de vista do senhor deputado Wurtz.

Ou seja, estamos a falar de uma forma de sociedade europeia que existe em todos os nossos países e que deve ser objecto de harmonização no contexto da União Europeia. Ao fazê-lo, contudo, não devemos permitir que estas empresas se tornem entidades virtuais, devendo sim existir no contexto das realidades nacionais e respeitar a legislação nacional, sobretudo num domínio tão delicado como a co-gestão dos trabalhadores.

Creio que o texto aprovado pela Comissão dos Assuntos Jurídicos dá alguns contributos fundamentais, pelo que a Comissão faria mal em não ter em conta estas alterações.

Creio que as alterações da Comissão dos Assuntos Jurídicos visam, precisamente, limitar as lacunas existentes no texto da Comissão e creio que o Parlamento pode aprová-lo em boa consciência, não só pelo progresso que representa no contexto das pequenas empresas, mas também na óptica da gestão deste tipo de sociedades, que existem ao abrigo do direito e que seriam sujeitas a um controlo rigoroso por parte dos trabalhadores num sistema de co-gestão.

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-presidente

Jorgo Chatzimarkakis (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, pequenas e médias empresas nunca foram tão importantes como são hoje. As PME são particularmente importantes no contexto da crise económica e financeira, que foi causada pelas grandes empresas e não pelas pequenas. As PME são importantes, pois dentro em breve também elas sofrerão, embora sejam responsáveis por grande parte do nosso desempenho económico.

No país que conheço melhor, as PME representam 20% do total de patentes, 40% do total de investimento bruto, 49% do volume total de negócios, 70% de todos os trabalhadores e 80% de todos os formandos. O que é necessário agora, é o acto de repensar. Temos, por assim dizer, de pressionar o botão de *reset*. Temos de promover a mentalidade do empreendedorismo – é isso que o *Small Business Act* defende.

Gostaria de felicitar a senhora deputada Herczog por este relatório. É realmente importante que nós, agora, possamos descrever e considerar as PME como algo transversal, é importante que repensemos as medidas de apoio, que demos prioridade às pequenas empresas em concursos públicos (*Think Small First*) e que evitemos que as autoridades públicas intervenham na concorrência. Nesta perspectiva, as minhas felicitações: o que é necessário agora é reduzir os impostos nos sectores de mão-de-obra intensiva.

Eoin Ryan (UEN). - (EN) Senhora Presidente, também eu gostaria de saudar este relatório. Cerca de 80% dos novos empregos na União Europeia foram criados por PME, e no meu próprio círculo eleitoral de Dublin aproximadamente 400 000 pessoas trabalham para cerca de 100 000 empresas do sector das PME.

Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance neste momento para apoiar estas empresas em tempos difíceis. Congratulo-me com o facto de o BEI ter um fundo de 31 mil milhões de euros para as pequenas e médias indústrias, e penso que há mais coisas que deveriam ser feitas nesta área.

Deve igualmente ser saudada a redução da burocracia por parte da Comissão, que representa uma poupança de quase 2,3 milhões de euros para a União Europeia. Tive recentemente uma reunião com o Comissário Verheugen em que discutimos com pessoas de empresas irlandesas os problemas com que estas se debatiam. Uma ideia que deveria ser analisada é a possibilidade de ter adoptar uma moratória sobre a nova burocracia proveniente da Europa, porque isso está a sufocar as empresas. Durante estes tempos difíceis, temos de fazer todos os possíveis para assegurar a sobrevivência das empresas até à almejada retoma.

No entanto, a Europa não pode fazer isso sozinha. Tem de contar também com os governos nacionais e locais, aos quais cabe um papel importantíssimo. Se queremos que as nossas pequenas empresas e o emprego estabilizem na União Europeia e em cada Estado-Membro, temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para tentarmos salvá-los.

O desafio que temos diante de nós neste momento tem a ver com empregos, empregos, empregos, e temos de nos esforçar ao máximo para tentar proteger os empregos existente e tentar criar, com alguma sorte, novos empregos nos próximos anos. Isto é absolutamente essencial para todos nós.

Georgios Toussas (GUE/NGL). - (EL) Senhora Presidente, a sociedade privada europeia, juntamente com as orientações da directiva Bolkestein, é uma tentativa para infligir ainda mais danos nos direitos sociais e laborais dos trabalhadores. Embora se apresente como pretexto os benefícios daí decorrentes para as pequenas e médias empresas, a verdade é que ele reforça os grupos empresariais monopolistas.

Está-se a criar uma forma de sociedade sem capital social (basta 1 euro), que pode estabelecer uma sede fictícia e relocizá-la em qualquer sítio. Os Estados-Membros com o nível mais baixo de protecção dos direitos salariais e sociais serão utilizados para contornar e reduzir ao nível mais baixo possível os direitos dos trabalhadores.

O regulamento, que é de aplicação directa nos Estados-Membros, é o complemento natural da directiva Bolkestein e dos acórdãos antilaborais pronunciados pelo Tribunal de Justiça Europeu nos processos Viking, Laval e Ruffert. É uma consequência e o resultado do Tratado de Maastricht e da aplicação das quatro liberdades. A sociedade privada europeia expõe os poderes políticos que votaram a favor de Maastricht e que tentaram enganar os trabalhadores quando votaram a directiva Bolkestein, mentindo e dizendo que esta não afectaria os direitos dos trabalhadores.

Pelos motivos expostos, vamos votar contra este regulamento. Todos os que apoiam esta política antipopular estão a semear ventos e podem estar certos de que irão colher tempestades.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhora Presidente, o facto de 70% do emprego privado na Europa ser proporcionado por PME constitui um enorme tributo à sua tenacidade empreendedora, porque a regulamentação opressiva da UE dificulta desnecessária e extremamente as suas vidas.

Por isso, gostaria de reiterar um apelo que lancei anteriormente para que, enquanto durar esta crise económica, se institua um feriado da regulamentação para as PME. O custo da regulamentação comunitária no Reino Unido foi estimado em 107 mil milhões de libras esterlinas nos últimos dez anos. Esses 107 mil milhões de libras deveriam ter ido para a inovação, para a intensificação dos esforços de exportação e para o crescimento. Porém, grande parte desse dinheiro teve de ser gasto no mero cumprimento da regulamentação. A simplificação dos processos de adjudicação de contratos, a redução dos custos das patentes, a flexibilização das regras aplicáveis aos auxílios estatais e uma acção efectiva contra a concorrência desleal do Extremo Oriente, tudo isso é essencial para que as PME possam florescer.

Hoje mais do que nunca precisamos de PME familiares – pequenas empresas – porque possuem o tipo de empenhamento e o poder de coesão necessários para conseguirmos sair desta crise. No entanto, elas precisam da nossa ajuda e precisam que as libertemos desse peso morto que é a regulamentação comunitária.

Kurt Lechner (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muitos deputados levantaram a questão da participação dos trabalhadores. Não quero ir mais longe no presente momento, mas gostaria de salientar, neste contexto, que o direito das sociedades dos nossos Estados-Membros tem também a função de defender os interesses de ordem pública, tais como a protecção dos credores, a segurança do sistema jurídico e a protecção dos consumidores, uma função que é salvaguardada nos Estados-Membros pela administração de justiça preventiva, por exemplo, por meio da observância de requisitos de forma e de requisitos de registo. Existem grandes diferenças entre Estados-Membros nesta matéria.

As decisões da Comissão dos Assuntos Jurídicos têm estes aspectos em conta a vários níveis – algo que devemos saudar calorosamente –, para tal deixando em aberto as opções dos Estados-Membros. No entanto, na última análise, estes pontos são neutralizados ou, pelo menos, podem ser neutralizados, se não fizermos alguma coisa em relação ao facto de a sede social e a sede real – ou seja, o próprio local de actividade da empresa – serem autorizados a divergir, acabando, em última instância, por retirar significado a estas salvaguardas. A empresa pode, praticamente à sua vontade, atribuir um local à sua sede social e assim furta-se aos requisitos do país onde realmente exerce actividade. Na minha opinião, os Estados-Membros perdem,

assim, *de facto* – embora não *de jure* –, uma grande parte da sua soberania sobre o direito das sociedades e a sua função reguladora, uma vez que pode dar-se a sua anulação.

Gostaria de acrescentar que isso vai também prejudicar – ou melhor, poderia prejudicar – a reputação da sociedade privada europeia, pelo menos nos Estados-Membros com requisitos próprios mais rigorosos. Poder-se-ia sugerir que esperássemos para ver o que acontece, fazendo, em seguida, os ajustes necessários, e eu estaria de acordo com esta sugestão se tal desenvolvimento não fosse consolidado pelos procedimentos e pela unanimidade. Esta é a minha maior preocupação. Não há qualquer razão para este processo. A jurisprudência do Tribunal de Justiça Europeu constitui apenas um paliativo, porque não temos uma directiva sobre a transferência de sedes de empresas, mas, na forma actualmente prevista, esta sociedade privada europeia iria basicamente reforçar esta desintegração – consagrando-a no direito comunitário de uma vez por todas. Por este motivo, pediria ao Conselho que reconsiderasse esta questão com muito cuidado.

Juan Fraile Cantón (PSE). - (ES) Senhora Presidente, as pequenas e médias empresas são a espinha dorsal da economia da União Europeia. O seu grande dinamismo e a sua capacidade de crescer e inovar tornaram-nas merecedoras de ocupar um lugar de destaque nas políticas da UE.

Felicitemos a senhora deputada Herczog, pois o seu relatório incentiva o crescimento das PME com base num princípio nada trivial: nas acções políticas e económicas da UE e dos seus Estados-Membros, devemos pensar primeiro em pequena escala.

O "Small Business Act" contém propostas legislativas e compromissos políticos que irão gerar condições administrativas, regulamentares e financeiras capazes de desenvolver estas unidades no âmbito da economia europeia. A crise actual e a instabilidade do sistema financeiro estão a restringir o acesso das PME ao crédito, o que está a abrandar a sua actividade económica habitual. Hoje, mais do que nunca, precisamos de uma resposta coordenada a nível europeu e as iniciativas dos Estados-Membros devem ser articuladas e alinhadas com as disposições do documento que hoje estamos a discutir.

Para concluir, gostaria de dizer que é particularmente importante atribuir 30 000 milhões de euros no período 2009-2011 para incentivar a concessão de crédito às PME. Esta iniciativa junta-se ao Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação e à iniciativa JEREMIE, e terá um efeito multiplicador nos fundos que as PME possam obter.

Estamos plenamente convictos de que a coordenação e o alcance europeu da resposta são vitais para iniciar quanto antes o caminho da recuperação económica.

Patrizia Toia (ALDE). - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o "Small Business Act" foi concebido e nasceu num contexto diferente do actual, numa altura em que havia crescimento e desenvolvimento. Vamos aprová-lo hoje no Parlamento, numa situação totalmente diferente, em que as PME passam por graves privações e grandes dificuldades, pois estão a ser atingidas pela tempestade da crise produtiva e da crise financeira.

Com a nossa aprovação no Parlamento, creio que a principal mensagem deve ser a de dizer às PME que o Parlamento e as instituições europeias estão ao seu lado e desejam reforçar a vontade e a capacidade de resistência de que as pequenas e médias empresas na Europa actualmente dão provas face a esta tempestade. Queremos reforçá-la, indicando as prioridades deste apoio e dizendo coisas concretas: apelar a uma maior flexibilidade da legislação e à disponibilização de ferramentas que criem um ambiente menos hostil a estas empresas.

O segundo ponto que creio devermos evidenciar é que estamos a ajudar as PME naquilo que é actualmente o factor mais crítico, ou seja, o acesso ao crédito e a disponibilidade de crédito. Os fundos disponibilizados pelo BEI não são suficientes: é absolutamente fundamental dizermos – e vamos dizê-lo amanhã – que queremos fazer mais para facilitar o acesso ao crédito às pequenas e médias empresas.

Ewa Tomaszewska (UEN). - (PL) Senhora Presidente, a crise financeira, e a crise económica daí resultante, estão a levar os empresários a tentarem alterar o estatuto jurídico das suas sociedades para reduzirem os custos, incluindo os custos relacionados com os direitos e obrigações sociais dos trabalhadores. É por isso que estão a tentar registar as sedes sociais das suas sociedades em países em que os regulamentos e as condições económicas criem oportunidades que permitam cortar custos, em virtude de os requisitos legais, como o salário mínimo ou as contribuições para a reforma, serem inferiores. A informação contida no relatório chama a atenção para o facto de a transferência transfronteiriça das sedes sociais de sociedades não dever levar estas a contornarem as disposições jurídicas, sociais ou fiscais. Os direitos laborais não devem ser

violados e não podemos permitir a deterioração de padrões sociais. Devia encontrar-se uma forma diferente de apoiar as pequenas e médias empresas, como por exemplo disponibilizando empréstimos.

Vladimír Remek (GUE/NGL). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, no relatório da senhora deputada Herczog sobre PME falamos de 70% dos postos de trabalho e de 70% das receitas do IVA na UE. Por isso, gostaria de manifestar não só a minha enorme estima pela iniciativa da relatora, mas também o meu apoio. Na crise actual, as PME pertencem claramente à categoria que se encontra em grande risco. Por isso, temos de promover o aumento da consciência da sociedade em relação às PME. Elas enfrentam permanentemente uma série de obstáculos. É muito mais difícil para elas obter empréstimos do que para as grandes empresas. Os encargos administrativos e burocráticos também são mais pesados para as PME. As PME na Europa têm sempre muito mais dificuldades em ganhar contratos públicos do que as PME nos Estados Unidos e em diversos países asiáticos. Afirmamos que elas são essenciais para a saúde da economia europeia. Portanto, para que as PME possam confirmar isso, demos-lhes oportunidades neste momento, quando a crise está a alastrar, em consequência do efeito de dominó desencadeado pelos gigantes financeiros e pelas companhias multinacionais.

Tadeusz Zwiefka (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, a adopção de um estatuto da sociedade privada europeia irá permitir a criação destas empresas, que operarão em todos os Estados-Membros numa base de igualdade. O objectivo é, acima de tudo, eliminar as actuais regulamentações burocráticas para as pequenas e médias empresas que operam internacionalmente. Para operarem nestes moldes, as PME vêem-se, de facto, forçadas a criarem uma sociedade no país-alvo. Uma vez que existem 27 diferentes sistemas jurídicos na UE, este processo é claramente gerador de custos elevados. No caso de uma sociedade privada europeia, os proprietários serão capazes de registar a sua actividade de uma mesma forma, independentemente de estarem a operar no seu próprio país de origem ou em qualquer outro Estado-Membro. O tempo e dinheiro poupados com a consultoria jurídica, a gestão e os processos administrativos irão sem dúvida tornar o processo mais simples e mais prático para os empresários que pretenderem investir.

Um dos principais receios dos cépticos é a falta de um requisito que estipule que a sociedade deve dispor de um capital social suficiente para os credores estarem protegidos. Ora nada está mais longe da verdade. As sociedades de responsabilidade limitada são a prova de que uma sociedade pode ter êxito sem ser necessário capital social, dado que são o modelo de sociedade mais popular em todo o mundo. No mundo de hoje, o capital social perdeu a sua função mais importante que é a protecção dos credores. No caso de uma sociedade privada europeia, essa protecção é dada por outros mecanismos e baseia-se principalmente na maior transparência das suas operações e numa cooperação mais estreita com os credores. Hoje em dia, os próprios parceiros comerciais não prestam tanta atenção ao capital social quanto ao fluxo de capital, ou *cash flow*, pois este revela muito melhor o grau de solvência de uma sociedade do que o capital social por si só.

Temos ainda a questão dos direitos dos trabalhadores e é sobretudo neste contexto que os sindicatos se preocupam com o abandono de padrões anteriormente alcançados. Contudo, considero que isto é um falso alarme. O estatuto proposto contém uma disposição inequívoca segundo a qual a participação dos trabalhadores se rege pelas legislações nacionais. A atractividade da sociedade privada europeia podia ser ameaçada pela fixação de um limiar demasiado baixo para a participação dos trabalhadores. Penso que se devia manter o nível mínimo de 500 trabalhadores para não sobrecarregar as sociedades mais pequenas com custos adicionais.

Antolín Sánchez Presedo (PSE). – (ES) Senhora Presidente, as PME devem ser objecto de uma maior atenção na União Europeia, uma vez que representam 99% das empresas, empregam 70% da mão-de-obra e geram cerca de 60% do valor acrescentado europeu das empresas, além de desempenharem um papel fundamental na diversidade, na inovação e na coesão europeias.

É vital dotá-las de um quadro integrado que estimule o empreendedorismo, aceite o princípio de que é necessário pensar primeiro em pequena escala na formulação de políticas e estimule o seu enorme potencial. Os órgãos administrativos devem adaptar-se às suas necessidades e vocação familiar a fim de facilitar a sua existência, a sua transferência, em particular em casos de doença, aposentação ou falência, e a sua liquidação.

Os 23 milhões de PME europeias não podem ser objecto das mesmas exigências que as 41 000 grandes empresas. É essencial um ambiente legislativo mais simples, sem encargos burocráticos desproporcionados. Esforços neste sentido incluem o estatuto da sociedade privada europeia, as iniciativas destinadas a criar empresas em 48 horas, reduzir os custos administrativos em 25% até 2012, criar um sistema de balcão único para o IVA e taxas reduzidas de IVA para os serviços com grande intensidade de mão-de-obra e prestados a nível local, bem como uma base consolidada comum para o imposto sobre sociedades.

As PME devem aumentar a sua participação no mercado interno e na contratação pública. Actualmente, apenas 8% têm actividades transfronteiriças e a sua quota de participação em concursos públicos é de 42%. Facilitar a isenção de novas categorias de auxílios estatais, promover a cooperação e alterar a directiva relativa ao atraso dos pagamentos nas transacções comerciais a fim de garantir o pagamento em 30 dias e suprimir obstáculos na contratação pública são medidas que propiciarão condições de concorrência mais equilibradas.

Nestes tempos de crise, a acção europeia para assegurar o acesso das PME ao financiamento a um preço razoável é fundamental. Igualmente crucial é tomar medidas para intensificar de forma constante a transferência de conhecimentos e a eficácia dos serviços de apoio.

Olle Schmidt (ALDE). - (SV) Senhora Presidente, sabemos que as pequenas empresas são a coluna vertebral da nossa economia. Neste momento em particular, a UE e os Estados-Membros têm de tornar as coisas mais simples para as pequenas empresas, tanto as já existentes como as futuras, reduzindo o número de normas, limitando a burocracia e reduzindo os custos. As pequenas e médias empresas têm uma capacidade totalmente diferente das grandes empresas tradicionais em termos de adaptação a novas circunstâncias e de adopção de novas descobertas e tecnologias.

Para além de facilitarmos a participação das pequenas empresas nos concursos públicos, proporcionando-lhes melhor acesso ao mercado interno, de facilitarmos a obtenção de capital e de tornarmos as regras relativas aos auxílios estatais não discriminatórias, tem de haver também uma mudança de atitude a permear todos os processos de tomada de decisão, nas escolas, nas universidades e nos locais de trabalho. Estudos mostram que existe uma forte correlação entre empreendedorismo e crescimento. A futura Presidência sueca irá desenvolver esforços direccionados para, nomeadamente, facilitar a criação de empresas por mulheres, uma importante estratégia europeia para o futuro.

Pilar del Castillo Vera (PPE-DE). - (ES) Senhora Presidente, em relação a este debate, devemos estar conscientes, em última análise, de que não se trata de uma norma legislativa – e, portanto, de uma norma comunitária aplicável aos diferentes Estados-Membros –, mas de um conjunto de parâmetros que procuram garantir que, doravante, todos os Estados-Membros da União Europeia adoptem uma abordagem comum no que diz respeito às pequenas e médias empresas.

Este assunto apresenta muitos aspectos, mas vou mencionar três que considero realmente importantes.

Em primeiro lugar, há a necessidade de eliminar muitas das barreiras legais, muitos dos obstáculos e muita da burocracia excessiva que estão a dificultar – de forma extraordinária nalguns países – a criação de pequenas empresas e também o desenvolvimento destas empresas uma vez criadas. Tudo isto requer recursos económicos e humanos para fazer face a este extraordinário volume de regulamentação excessiva, recursos que não podem, portanto, ser utilizados para outros fins.

Em segundo lugar, há as questões relacionadas com a inovação tecnológica e a investigação aplicada. Para este efeito, temos também de redobrar os nossos esforços para assegurar que as PME tenham acesso aos programas comunitários, que também, em muitos casos, padecem de uma burocracia excessiva.

Por último, creio que a relação entre as PME e os domínios da formação e da educação é fundamental: se as PME, as pequenas empresas, não se tornarem o cenário natural de formação complementar de competências nos diferentes níveis de formação, então deixaremos – ou melhor, as PME deixarão – de contar com alguns recursos extraordinários, referindo-me, com isto, às pessoas em formação.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (PSE). – (PL) Senhora Presidente, esta proposta legislativa corresponde, em grande medida, à resolução do Parlamento Europeu aprovada há dois anos com recomendações à Comissão sobre o estatuto da sociedade privada europeia. O intuito da presente proposta é criar uma forma normalizada de sociedade nos termos do direito comunitário que seja atraente para as pequenas e médias empresas e se baseie em condições simplificadas e na manutenção da burocracia a níveis mínimos.

O capital social mínimo de 10 000 euros proposto pela Comissão pode beneficiar a imagem da sociedade ao conferir-lhe um determinado grau de credibilidade. Por outro lado, este montante é mais difícil de realizar em alguns Estados-Membros do que noutros. O capital social não devia constituir uma séria barreira ao início de um negócio e, por isso, apoio a alteração de compromisso aprovada pela Comissão dos Assuntos Jurídicos que fixa em 1 euro o capital social mínimo de uma sociedade privada europeia mas o faz acompanhar de um requisito que estipula que o órgão de direcção da sociedade deve assinar uma declaração de solvência.

Quanto à participação dos trabalhadores na sociedade, trata-se de uma matéria que deve ser decidida pela legislação do país onde a sociedade tiver a sua sede social. No entanto, deve fazer-se uma derrogação a esta

regra se o direito de participação de um determinado número de trabalhadores da sociedade, aplicável no Estado-Membro em que eles realmente trabalham, for restringido pela legislação em vigor no país em que a sociedade europeia estiver registada. Neste caso, a administração da empresa será obrigada a criar um sistema uniforme de participação integrado num acordo negociado com representantes dos trabalhadores.

Por último, gostaria de acrescentar que este novo modelo de sociedade não substitui outros modelos que já existam em diferentes países mas oferece uma alternativa a estes, e apenas quando estiverem cumpridas as condições específicas relativas à criação de uma tal sociedade.

Giles Chichester (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, na minha qualidade de pequeno empresário com cerca de 25 anos de experiência do "mundo real", apoio o amplo objectivo do "Small Business Act" e do relatório apresentado pela senhora deputada Herczog em nome da minha comissão.

Gostaria de saudar em particular a proposta de directiva relativa às taxas reduzidas de IVA para os serviços de mão-de-obra intensiva e fornecidos localmente, tendo especialmente em conta o momento que estamos a atravessar.

Saúdo igualmente as alterações que pedem a implementação dos resultados do grupo de peritos de alto nível sobre a redução dos encargos administrativos. Se há alguma coisa de que as empresas alguma vez precisaram é da redução dos encargos administrativos.

Saúdo ainda a alteração que pede um acordo rápido sobre a patente comunitária, adaptada às necessidades das PME. Atenção: "rápido" e "patente comunitária" não são palavras e conceitos que se juntem facilmente.

Além disso, saúdo o pedido para que se melhore o acesso ao financiamento, porque, no clima económico actual, o acesso ao financiamento é crucial para a sobrevivência, quanto mais para a prosperidade, das pequenas empresas.

Gostaria, no entanto, de expressar duas reservas. A primeira diz respeito à proposta de uma base tributável consolidada comum, porque receio que a mesma retire flexibilidade às PME e também aos Estados-Membros. Em segundo lugar, tenho dúvidas pessoais quanto aos méritos e benefícios de uma alteração à Directiva relativa aos atrasos de pagamento. Pessoalmente, sempre tive dúvidas sobre o valor que esta medida possa ter para as pequenas empresas, porque acho que é preferível deixar que sejam elas próprias a gerir o seu próprio crédito do que deixar isso para a legislação.

Joel Hasse Ferreira (PSE) - Senhora Presidente, Comissário, caros colegas, procuramos sublinhar neste relatório sobre as PME a importância das PME incluindo as empresas familiares e as integradas na economia social. Queria felicitar a minha colega Edit Herczog, já que o seu relatório é importante neste domínio. Outros documentos e outros textos têm sido feitos nesta área e é importante a sua convergência. Citaria o programa europeu EUROSTARS e o relatório sobre contratos pré-comerciais.

Senhora Presidente, é também de sublinhar no relatório as numerosas maneiras de reduzir a burocracia para facilitar a criação deste tipo de empresas, aproveitando a sua capacidade de iniciativa, facilitando o lançamento de novos negócios, envolvendo a fabricação de novos produtos, o funcionamento de novos serviços adaptados às necessidades dos consumidores e de outras empresas, potenciando assim o desenvolvimento da economia europeia. Mas queria referir algo que me parece muito importante, que é o que está referido no parágrafo 47 do relatório Herczog. É recomendável que se melhorem alguns aspectos do sistema legal e de tributação dos Estados-Membros nesta matéria, pois o actual modelo na maior parte dos Estados pode dissuadir a transferência de empresas, em particular de empresas familiares aumentando o risco de liquidação ou de encerramento da empresa. É necessário assim rever cuidadosamente o seu quadro jurídico e fiscal para melhorar as condições para a transferência de empresas e promover e aplicar modelos eficazes de transferência de empresas para os trabalhadores como alternativa ao seu encerramento. Tal actuação permitiria defender os postos de trabalho e reinvestir os lucros para um melhor desenvolvimento dessas empresas.

A terminar, salientaria que o apoio a projectos inovadores das pequenas e médias empresas, o acesso mais facilitado a fundos europeus e o melhorado acesso ao crédito, nomeadamente as circunstâncias que vivemos, mas não só, serão factores importantes no apoio às PME.

Dragoş Florin David (PPE-DE). - (RO) Em primeiro lugar queria agradecer ao relator e àqueles que colaboraram na legislação talvez mais importante desta última legislatura.

Deve salientar-se que damos, em primeiro lugar e antes de mais nada, uma importância especial às PME e à iniciativa empresarial das mulheres, e, uma vez que acabámos de celebrar o Dia Internacional da Mulher a

8 de Março, gostaria de aproveitar esta oportunidade para lhes apresentar os meus melhores cumprimentos. Temos, no entanto, de salientar que se trata aqui de uma lei relativamente complexa, onde incluímos tudo o que podíamos incluir relacionado com as PME para reduzir a burocracia e dar especial importância às actividades de investigação e desenvolvimento nas PME e aos aspectos financeiros relacionados com estas actividades.

Penso que esta legislação se comportará bem durante a actual crise económica porque a economia europeia carece de coesão e da sua maior força motriz que são as PME. É por isso que acredito que temos de dar à Comissão e ao Conselho o apoio máximo que pudermos, acelerar a aprovação desta legislação e sermos capazes de pôr em relevo a pujança da economia e o dinamismo da Europa nesta área, de forma a preservarmos tudo o que a economia e a produção representam para a Europa.

Por último, devemos pedir à Comissão que encontre todas as fontes possíveis de financiamento e proporcione às PME o maior número de mecanismos de crédito que puder.

Zsolt László Becsey (PPE-DE). – (HU) Senhora Presidente, no que diz respeito ao relatório sobre as pequenas e médias empresas, gostaria em primeiro lugar, de felicitar a Comissão e, em particular, a relatora, senhora deputada Herczog, pelo excelente trabalho realizado. Ao mesmo tempo, lamento que este relatório não tenha sido elaborado em conformidade com o artigo 39.º do Regimento, solicitando à Comissão que apresente propostas legislativas concretas.

Especificamente, considero que é importante, em prol dos Estados-Membros, exigir-lhes que reportem os progressos ocorridos nos seus relatórios anuais sobre a estratégia de Lisboa. Caso contrário, a maior parte das recomendações positivas, aqui feitas, permanecerão letra morta. Concordo também com Edit Herczog que o tratamento preferencial dos novos Estados-Membros, e especialmente daqueles que estão fora da zona euro, representa uma importante consequência política de todo este exercício. Estes encontram-se numa situação particularmente difícil, ainda para além do estatuto geralmente desvantajoso das pequenas e médias empresas e, no entanto, poderiam desempenhar um papel extremamente importante na superação da crise.

Citando apenas alguns elementos do mercado interno: é, de facto, preocupante que apenas 8% das PME participem em actividades transfronteiriças; esta percentagem deve ser aumentada. O aconselhamento é particularmente importante quando se incentiva tais actividades, e o apoio pode obter-se, por um lado, pela redução dos encargos administrativos e, por outro, através de actividades envolvendo o IVA, como, por exemplo, um sistema de balcão único ou de uma taxa reduzida de IVA. Além disso, é necessário promover uma orientação mais forte para as PME nos concursos públicos a nível comunitário como também, por exemplo, escolhendo mais frequentemente PME como empresas coordenadoras em projectos de grupo, ou através do lançamento de concursos destinados especificamente a este tipo de empresa.

O "Círculo PME", do qual sou Presidente, deseja insistentemente ver os resultados do estabelecimento de um sistema alargado de crédito e garantia a nível da UE. Espero que a nova oportunidade por parte do Banco Europeu de Investimento (BEI) vá ao encontro das esperanças nela depositadas. Relativamente à rápida aplicação das directivas relativas a pagamentos, e numa perspectiva de solucionar a situação referente à dívida, deverão ser tomadas medidas coordenadas ao nível dos Estados-Membros. Resumindo, tanto para encontrar novos mercados como para enfrentar os desafios administrativos, terão de chegar rapidamente os esforços dos Estados-Membros para fortalecer um sistema de tutoria, bem como o apoio da UE para um tal empreendimento.

Jacques Toubon (PPE-DE). – (FR) Senhora Presidente, gostaria de me congratular com a discussão e a adopção deste estatuto da Sociedade Privada Europeia, e gostaria, nomeadamente, de salientar o enorme mérito do nosso relator, o senhor deputado Klaus-Heiner Lehne. Penso que o texto que será aprovado pela nossa Assembleia terá, de certa forma, o seu nome, e a SPE será a sociedade Klaus-Heiner Lehne para a posteridade.

Gostaria apenas de fazer uma observação sobre um ponto. O senhor deputado Zsolt László Becsey acaba de o afirmar e eu partilho o seu sentimento. Penso que as disposições propostas no compromisso relativas à participação dos trabalhadores contrariam o objectivo pretendido, isto é, o objectivo da facilidade e da eficácia do estatuto para as pequenas e médias empresas.

Creio que estabelecer uma co-gestão a este nível, isto é, para empresas tão pequenas, é um erro. Compreendo perfeitamente que se defenda esse sistema de gestão social e económica, que já deu provas, mas penso que, neste caso, se impusermos a sociedades de pequena dimensão sistemas de co-gestão que apenas se adaptam,

na minha opinião, às grandes empresas, vamos perder uma parte da eficácia do estatuto que propomos e que vai ser adoptado. Salvaguardando esta reserva, penso que o texto é excelente.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, terça-feira, às 12H00.

Martí Grau i Segú, *relator de parecer da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores.* - (ES) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à relatora, senhora deputada Herczog, o seu relatório e a sua colaboração com os relatores de parecer das outras comissões.

Como relator de parecer da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, gostaria de lembrar brevemente os três elementos que nos parecem essenciais – embora também tenhamos um amplo consenso relativamente a outros elementos – e que quisemos destacar quando da elaboração do nosso parecer.

Em primeiro lugar, queria chamar a atenção para a necessidade de tomar medidas para fazer face à situação que muitas vezes surge quando o proprietário de uma pequena ou média empresa se reforma. Em demasiados casos, esta reforma implica o fim da actividade destas empresas, ou, noutros casos, a sua absorção por empresas maiores, com o que perdem a sua natureza de pequenas ou médias empresas.

Em segundo lugar, gostaria de salientar o valor da formação como um elemento fundamental, tanto para melhorar as capacidades das empresas e dos seus profissionais, como para pôr em destaque o valor social das empresas no contexto mais amplo da sociedade.

Por último, gostaria de fazer especial referência às mulheres, que continuam a experimentar as maiores dificuldades na gestão deste tipo de empresas.

Richard Corbett (PSE). - (EN) Senhora Presidente, uso da palavra para contestar os comentários ridículos tecidos anteriormente pelo senhor deputado Allister a respeito dos alegados custos que a regulamentação comunitária acarreta para as empresas, em especial para as empresas britânicas.

Esses custos baseiam-se em supostos estudos que actualmente estão a ser divulgados pela imprensa eurocéptica britânica e que apresentam cálculos cada vez mais sensacionalistas.

Ora, esses estudos estão errados por três motivos. Em primeiro lugar, exageram a quantidade de legislação adoptada a nível da UE em vez de a nível nacional, referindo 50% ou mais, quando a maior parte dos estudos nacionais mostram que a mesma se situa entre 6 e 15%. Em segundo lugar, não têm em conta o facto de que a legislação da UE, quando aplicada correctamente, reduz os custos para as empresas e reduz a burocracia pelo facto de existir um único conjunto de normas – regras comuns para o mercado interno – em vez de 27 regimes divergentes e distintos. Em terceiro lugar, não têm em conta o facto de que, quando impomos custos, o fazemos muitas das vezes deliberadamente para poupar dinheiro a jusante. Quando exigimos que os cigarros tenham um sistema de alerta sobre a saúde, ou quando exigimos a eliminação progressiva do amianto dos nossos produtos e dos nossos locais de trabalho, é para reduzir as despesas com a saúde e salvar vidas de pessoas a jusante.

Estes estudos cinicamente não fazem qualquer esforço para avaliar todo o contexto, e é escandaloso que alguém que afirma representar todos os seus eleitores seja tão parcial na sua análise.

Ieke van den Burg (PSE). - (EN) Senhora Presidente, é uma pena que o senhor deputado Toubon tenha saído da sala, porque eu queria responder a uma acusação que ele fez acerca do nosso compromisso: nomeadamente que ele impõe novos encargos pesados às PME. De facto, no compromisso, faz-se uma redefinição do *status quo* para as fusões e divisões de empresas e para as transferências de sedes. Relativamente às novas empresas que começam do zero, há um limite bastante elevado para as empresas com menos de 500 trabalhadores. As empresas que têm entre 500 e 1000 trabalhadores têm exactamente o que está previsto nas outras directivas. Não se pode dizer que isto está a tornar ainda mais pesado o *status quo*; pelo contrário, está a torná-lo mais leve. Nesta consulta aos parceiros sociais, queremos analisar a simplificação e um sistema melhor que seja harmonizado para toda a UE.

Ján Figel, *Membro da Comissão.* - (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer a todos os oradores um debate muito interessante. Para começar, peço desculpa, em nome do meu colega, Charlie McCreevy, que amanhã bem cedo tem um compromisso no Ecofin. A sua ausência é justificada pelos preparativos para esse compromisso.

Quero responder a alguns dos pontos suscitados. Parte da resposta está no processo global que estamos a conduzir em conjunto incluindo, por exemplo, os grandes sinais políticos que o Parlamento tem enviado às PME em 2009. Esses sinais dão um bom incentivo, especialmente em tempo de crise, especialmente porque acreditamos que as PME têm um enorme potencial e merecem uma atenção especial – integrando, por exemplo, a ligação entre educação, formação e PME.

Apraz-me constatar que, desde 2007, temos vindo a trabalhar juntamente com a DG Empresa e o Comissário Verheugen sobre a educação em empreendedorismo, que é extremamente necessária na Europa e regista um atraso em relação a muitas outras áreas. Poderia citar muitos exemplos de bons instrumentos – tais como o Erasmus para Jovens Empreendedores – mas não quero falar deles neste momento. Trata-se de questões relacionadas com o acesso ao financiamento. O BEI está agora a libertar espaço e volume para créditos: 30 mil milhões de euros para as PME, mil milhões de euros por mais um ano para as médias empresas, e um montante adicional de mil milhões de euros para financiamento intermédio “de mezzanine”.

Como sabem, decidimos recentemente flexibilizar as regras aplicáveis aos auxílios estatais, elevando o limite *de minimis* para 500 000 euros, o que significa uma melhoria das condições gerais para auxílios estatais mais intensificados. Isto ajudará também a facilitar a concessão de subsídios para a produção de produtos ecológicos.

O senhor deputado Karas falou sobre o “Small Business Act” (SBA). Alguns Estados-Membros já estão a controlar e a apresentar relatórios sobre a aplicação do SBA. Isso já foi feito em 2008 e, a partir de 2009, os Estados-Membros efectuarão uma avaliação anual como parte de todos os seus programas nacionais de reforma. Nessa altura, portanto, ficaremos a saber mais, e esta cultura de abordagem integrada e apoio irá desenvolver-se.

No que respeita aos contratos públicos e PME, a Comissão realizou amplas consultas com as partes interessadas, incluindo organizações de empresas. Um problema real prende-se com a aplicação das regras por parte dos adquirentes públicos. Precisamos de mais concorrência, de mais transparência e de não discriminação, mas a boa notícia é que 42% do volume, acima dos limites da UE, vão já para as PME da União Europeia, o que constitui uma ajuda verdadeiramente considerável.

O senhor deputado Wurtz falou da separação da sede social e da administração central, e referiu o problema de uma potencial erosão da participação dos trabalhadores. A separação da sede social e da administração central das PME é já uma prática generalizada em metade dos Estados-Membros, incluindo os que aplicam normas muito elevadas em matéria de salvaguardas de política social. Essa separação garante a flexibilidade de que as empresas necessitam quando exercem actividade em mais de um país.

Quanto ao pedido de 30 dias formulado pelo senhor deputado Beaupuy, trata-se de uma questão que deveria ser contemplada na proposta relativa aos atrasos de pagamento que já está a ser preparada e que deveria ser adoptada na Comissão antes do fim do mês.

A questão das consultas e da participação dos trabalhadores tem sido aqui amplamente discutida – e não foi só hoje. Como parte do seu trabalho preparatório, a Comissão realizou, entre Julho e Outubro de 2007, uma consulta pública sobre o potencial Estatuto da SPE. Representantes de sindicatos, incluindo sindicatos europeus, apresentaram os seus pontos de vista em conferências, especialmente no decurso de 2008. Em Maio de 2008, realizou-se uma importante conferência e nesse mesmo ano debatemos estas questões em diversas ocasiões com peritos de sindicatos europeus. Quero sublinhar um aspecto importante, que é a base jurídica. A base jurídica não é o artigo 138.º, porque não se trata da área da política social, mas sim o artigo 308.º, o que a torna uma iniciativa diferente baseada na unanimidade dos Estados-Membros. Não havia qualquer motivo para lançar uma consulta específica ao abrigo do primeiro artigo.

Gostaria de lhes lembrar que já visámos as grandes empresas públicas quando lançámos a proposta sobre a sociedade europeia, e que a proposta sobre o Estatuto da SPE foi concebida para as PME. Os direitos de informação e consulta dos trabalhadores foram tratados em 2001, na primeira directiva relativa à sociedade europeia.

Desde 2002 que dispomos de um enquadramento geral para informação e consulta dos trabalhadores na União Europeia. Não há motivo para ignorar essas regras e apresentar uma solução diferente nesta proposta actual relativa ao Estatuto da SPE.

Se pretendemos melhorar os direitos colectivos dos trabalhadores, como é nossa intenção, não devemos visar apenas um tipo de empresa, devemos sim adoptar uma iniciativa de âmbito mais geral que tenha também em conta as diferentes tradições existentes nos Estados-Membros.

Já fizemos importantes progressos na avaliação dos direitos dos trabalhadores no estatuto da sociedade europeia. Serão consideradas medidas de seguimento quando a avaliação total ficar concluída em 2010.

Foram feitas várias observações não só sobre os motivos por que não havia mais propostas sobre tributação e contabilidade. Gostaria de lembrar aos senhores deputados que não temos competência legislativa geral sobre todas as matérias. As iniciativas legislativas sobre o direito das sociedades, o direito da insolvência, o direito contabilístico e fiscal estão associadas a bases jurídicas muito específicas, por vezes também muito restritivas, contidas nos nossos Tratados, e o Tratado existente mal serve de base para um acervo completo em matéria de direito da sociedade europeia.

Por último mas não menos importante, quero agradecer aos senhores deputados este debate muito franco e construtivo, e também a cooperação efectiva em questões de política relacionadas com as PME. Vejo que há aqui muitos amigos das PME. As recomendações contidas no primeiro relatório serão tomadas em consideração na execução do plano de acção, e de modo especial em todas as questões pertinentes relacionadas com as pequenas empresas.

Quanto ao relatório do senhor deputado Lehne, ainda há muito trabalho a fazer para podermos chegar a acordo no Conselho. Vamos precisar de algum tempo, especialmente por causa da exigência da unanimidade, mas o vosso contributo pode de facto suavizar a atmosfera e ajudar a obter um verdadeiro consenso e a aprovação. Queremos facilitar este progresso e introduzir um estatuto que ajude efectivamente as empresas europeias.

No que toca à transferência transfronteiras das sedes, a Comissão concorda que as empresas devem ter a liberdade de mudar a sua sede no seio da União Europeia, desde que sejam garantidos os direitos dos accionistas, credores e trabalhadores. Precisamos, portanto, de encontrar o equilíbrio certo entre a liberdade de estabelecimento e os interesses de partes terceiras.

Para concluir, gostaria de dizer que este é o Ano Europeu da Criatividade e Inovação, e que é muito importante dispor de uma abordagem que promova o potencial criativo das nossas empresas. As pessoas são muito importantes, não só porque há uma crise, mas porque não há maior potencial do que o dos seres humanos. Questões como DPI ou a patente comunitária poderiam num futuro próximo ser tratadas através de uma abordagem política mais aberta e mais franca. A Europa podia ser mais inovadora e criativa no apoio às PME.

Klaus-Heiner Lehne, relator. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, gostaria de apresentar quatro observações. Em primeiro lugar, no que respeita à directiva sobre a transferência de sedes de empresas, creio que a Comissão deve abandonar a sua tese, pois corre o risco de se tornar alvo de chacota entre quem percebe do assunto. Dificilmente poderia arranjar-se uma teoria mais burocrática do que esta em que as transferências de sedes de empresa podem ser realizadas criando uma empresa num país vizinho para, em seguida, esta ser fundida com a nossa própria empresa no âmbito da directiva relativa às fusões. Estamos aqui a falar de reduzir a burocracia e de tentar facilitar a vida às PME. Esta proposta só vem provar como faz pouco sentido a Comissão persistir na recusa em apresentar uma proposta relativa à 14.^a Directiva. Esta teimosia não beneficia ninguém, senão os advogados.

O segundo ponto é a participação dos trabalhadores. A senhora deputada van den Burg tem razão: as verdadeiras PME não são minimamente afectadas pelo compromisso por nós apresentado. Apenas pretendemos evitar abusos e localizar empresas que são, na verdade, empresas de grande dimensão e são mais adequadas à classificação como "sociedade anónima europeia" do que como "sociedade privada europeia" em termos do seu número de empregados. São praticamente apenas situações de abuso que estão a ser localizadas e registadas.

O terceiro ponto tem a ver com a teoria da sede social real, a qual é seguida por apenas sete Estados-Membros – não mais que sete! No ano passado, o Estado-Membro de maiores dimensões, a Alemanha, abandonou esta teoria. O Tribunal de Justiça Europeu não a defende, mas permite-a em casos excepcionais, tal como comprovado pelo acórdão *Cartesio*. Este é um navio que já largou o porto; não vale a pena debater mais a questão.

O quarto ponto tem a ver com o argumento aduzido pelos deputados da esquerda – nenhum esteve presente no debate realizado anteriormente – no sentido de a proposta ser rejeitada, e eu gostaria de referir que este argumento não tem em conta o conteúdo do relatório – o senhor deputado Medina Ortega tem toda a razão ao dizê-lo. Na verdade, o conteúdo do relatório responde por si só a todas as críticas apresentadas. Nesta perspectiva, sugeriria aos senhores deputados da esquerda que encarassem a possibilidade de ler o relatório e suas alterações, procedendo novamente à sua discussão dentro do seu grupo.

Edit Herczog, relatora. – (EN) Senhora Presidente, é mesmo uma pena que os meus eleitores não estejam todos aqui nesta sala, porque foi maravilhoso ouvir tantos deputados de tantos países e de tantos partidos congratularem-se com o meu relatório sobre o "Small Business Act". Devo dizer, porém, que o meu relatório não teria sido possível sem a Comissão, nomeadamente o Senhor Comissário Verheugen e a sua equipa que trata das pequenas empresas, a Sra. Le Bail e outros. Também não teria conseguido fazê-lo sem o Intergupo das Pequenas Empresas.

A maioria dos meus colegas concordou com tudo o que vem no meu relatório, como se pode ver pelo reduzido número de alterações propostas. Alguns colegas perguntaram por que razão não tem carácter juridicamente vinculativo. Não tem carácter vinculativo por muitos motivos. No entanto, amanhã, vamos pedir uma votação nominal para uma série de números, por forma a provar a acção comum do Parlamento e o requisito comum do Conselho para o efeito.

Por último, gostaria de dizer que há precisamente 200 anos Darwin publicou o seu livro sobre a origem das espécies. Dizia ele que quem sobrevive não é o mais forte mas o que tem maior capacidade de adaptação. Penso que aquilo que fizemos com o "Small Business Act" foi criar um espaço para que os Estados-Membros se adaptem e manobrem, e para que as pequenas empresas nos Estados-Membros se adaptem mais depressa, sobrevivam a esta crise e enfrentem o próximo desafio. Muito obrigada pelo vosso apoio.

Presidente. - Declaro que recebi quatro propostas de resolução⁽¹⁾, de quatro grupos políticos, sobre a participação dos trabalhadores nas sociedades privadas europeias.

A votação terá lugar na quinta-feira.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Gabriela Crețu (PSE), por escrito. – (RO) Gostaria apenas de destacar dois aspectos absolutamente essenciais.

O acesso ao financiamento é vital, ao mesmo tempo que as facilidades legais e administrativas. A criação de um fundo especial para as PME e o desenvolvimento de microcréditos são condições sem as quais as PME não poderão suportar as difíceis condições de mercado e a oportunidade de criação de novas PME ficaria muito limitada.

O segundo aspecto está relacionado com o estatuto das mulheres que gerem pequenos negócios. Em muitos aspectos elas não diferem significativamente dos trabalhadores. Isso pode dever-se à falta de desenvolvimento de serviços que facilitem um equilíbrio entre a vida privada e as actividades laborais, bem como ao ambiente de dura concorrência em que as redes adquirem uma importância muito grande. Tais redes, que facilitam o fluxo de informação e podem dar apoio, sendo caso disso, são uma característica dos negócios geridos por homens, e as mulheres encontram-se mais vulneráveis deste ponto de vista. É por esta razão que devem ser encorajados os laços entre negócios geridos por mulheres e por homens.

Apelamos também ao reconhecimento, em todos os Estados-Membros, do estatuto da co-propriedade para as mulheres que exerçam a sua actividade em pequenas empresas familiares. Na maioria dos casos o proprietário é um homem, ao passo que as mulheres são consideradas como familiares que trabalham sem remuneração. Inclusivamente nem sequer beneficiam da segurança social de que usufruem os trabalhadores. De facto, quando são idosas e se separaram dos seus parceiros, as consequências adversas são óbvias e desastrosas...

Adrian Manole (PPE-DE), por escrito. – (RO) A competitividade das PME vê-se frequentemente reduzida em resultado de barreiras que impedem o comércio transfronteiriço. O levantamento destas barreiras traria uma maior estabilidade jurídica e tornaria possível calcular com maior eficiência os riscos em matéria de responsabilidade com que se confrontam as empresas e os empresários. Com este relatório o Parlamento Europeu indicou que compreendeu plenamente o papel vital desempenhado pelas pequenas e médias empresas na competitividade da economia europeia.

Um bem concebido Estatuto da Sociedade Pública Europeia, destinado a complementar os modelos legais já existentes, beneficiaria a competitividade das PME europeias em muitos aspectos: consolidaria o mercado interno europeu, simplificaria o quadro jurídico para as empresas, reduzindo deste modo os custos de consultoria e facilitando o acesso a mercados transfronteiriços, e melhoraria a integração e o crescimento económicos.

(1) Ver Acta.

Tal estatuto iria ainda proporcionar uma maior flexibilidade às PME.

As PME representam mais de 90% da economia da UE e dois terços do seu mercado de trabalho. Deste modo teriam as melhores condições possíveis para contribuir para o crescimento económico num mercado interno integrado, capitalizando as oportunidades disponíveis e enfrentando os desafios da globalização.

Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL), por escrito. – (DA) De acordo com a Comissão, a presente proposta visa melhorar as condições de enquadramento para as empresas no mercado interno da UE.

A proposta atingirá esse objectivo proporcionando às empresas a possibilidade de escolherem livremente o Estado-Membro da UE em que pretendem ter a sua sede, independentemente do local onde desenvolvem as suas operações propriamente ditas, ficando obrigadas a observar unicamente as leis do país onde têm a sua sede.

Essa possibilidade abre o caminho para contornar os direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores nos Estados-Membros da UE.

A verdade é específica. Permitam-me ser específico.

Uma empresa dinamarquesa com sede em Copenhaga e com 35 trabalhadores está obrigada pela legislação dinamarquesa a aceitar que os trabalhadores nomeiem os seus representantes para a administração. Deste modo, garante-se aos trabalhadores a possibilidade de obterem alguma informação sobre a posição e o futuro da empresa.

Se a proposta apresentada for aprovada sem alterações, a empresa em questão poderá pura e simplesmente registar-se como uma empresa europeia com sede na Finlândia. De um momento para o outro, são necessários 150 trabalhadores para conseguir uma representação de trabalhadores. Na maioria dos restantes Estados-Membros da UE, a situação é ainda mais gravosa.

É possível que a proposta da Comissão venha a sofrer algumas ligeiras melhorias nas próximas negociações. Talvez o texto que vier a ser aprovado não seja assim tão negativo.

Seja como for, deveríamos perguntar-nos "Porquê?". Por que razão, de tempos a tempos, a Comissão apresenta propostas que têm como único objectivo reduzir os direitos dos trabalhadores? Será porque há algo fundamentalmente errado com a UE?

19. O futuro do regime comum europeu de asilo (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o debate sobre o relatório (A6-0050/2009) do deputado Giusto Catania, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre o futuro do regime comum europeu de asilo (2008/2305(INI)).

Giusto Catania, relator. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no ano passado, o número de refugiados no mundo aumentou, cifrando-se actualmente em cerca de 12 milhões. Se somarmos os desalojados internos, sobe para mais de 26 milhões o número de pessoas em todo o mundo que necessitam do mesmo tipo de protecção. A razão de ser desta situação reside no facto de continuarem a existir guerras no mundo; actualmente, há 4 milhões de refugiados e deslocados iraquianos, e é evidente que estes refugiados são uma consequência das guerras iniciadas também com o contributo dos nossos países.

A criação de uma política europeia comum em matéria de asilo é necessária, porque, ao abrigo do primado de direito, temos a obrigação de garantir uma aceitação homogénea destas pessoas em toda a União Europeia. Isto torna-se ainda mais importante se considerarmos que alguns Estados-Membros ainda não têm uma legislação sistemática em matéria de asilo. Constatamos com pesar que a harmonização dos procedimentos de asilo foi adiada por dois anos, o que significa que só será implementada em 2012. Temos de pôr fim à nefasta disparidade existente entre os Estados-Membros e os diferentes sistemas de asilo. Temos actualmente uma situação paradoxal em que as taxas de reconhecimento dos candidatos ao estatuto de refugiado para determinados países terceiros variam entre 0% e 90%, dependendo do Estado-Membro que recebe o pedido.

A harmonização das normas deve traduzir-se num nível elevado de protecção em toda a UE e não basear-se no menor denominador comum. A instituição do asilo é uma parte essencial da nossa democracia e da protecção dos direitos humanos, e é inaceitável que tenha sido severamente erodida nos últimos anos, pois as necessidades dos requerentes de asilo e o princípio da não-repulsão previsto nas convenções internacionais nem sempre foram respeitados. A União Europeia deve prever mecanismos nas fronteiras externas para

identificar os requerentes de asilo e garantir que as pessoas com direito a protecção internacional tenham acesso ao seu território, inclusive no contexto das suas operações de controlo das fronteiras externas. Por esta razão, consideramos oportuno rever o papel da Frontex, que frequentemente trata os requerentes de asilo como se fossem imigrantes ilegais.

Com este relatório, o Parlamento Europeu pede à agência Frontex que forneça dados precisos sobre o número de requerentes de asilo identificados como tal durante as suas operações e sobre o destino das pessoas interceptadas e reenviadas para o país de trânsito ou de origem. Temos de garantir que as convenções internacionais sejam correctamente aplicadas, assim como os acordos de cooperação com países terceiros. Não podemos estabelecer acordos com países que não tenham assinado a Convenção de Genebra. No entanto, muitos Estados-Membros ignoram esta condição, incluindo a Itália, que assinou um acordo sobre a gestão dos fluxos migratórios com a Líbia, um país que não tenciona assinar a Convenção de Genebra relativa aos refugiados.

Congratulamo-nos – sublinhámos este ponto e esperamos vê-lo destacado neste relatório – com o facto de o Tribunal de Justiça ter anulado o artigo da Directiva "Procedimento" relativo à adopção do conceito de "países terceiros seguros" e de uma lista comum de países terceiros seguros. Em nossa opinião, não pode existir um "país terceiro seguro"; é um conceito inadequado, pois qualquer cidadão pode ser perseguido, mesmo em países com elevados padrões democráticos.

Os requerentes de asilo são pessoas vulneráveis que necessitam de condições de acolhimento adequadas. Os Estados-Membros não podem manter uma pessoa detida pelo simples facto de ser requerente de protecção internacional. Defendo, portanto, que os requerentes de asilo não devem, por princípio, ser detidos. Infelizmente, em muitos Estados-Membros, a detenção de requerentes de asilo continua a ser uma realidade, devido ao facto de entrarem ilegalmente no país. Infelizmente, e concluo com este ponto, não existe outro modo de entrar na União Europeia. E este é o paradoxo: mesmo os requerentes de asilo têm de estar sujeitos a fluxos mistos para entrar na UE. O asilo não é uma concessão: o asilo é um dever para os Estados e um direito para as pessoas que fogem da guerra.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por conseguinte, a Comissão adoptou, em Junho passado, um Plano de Acção em matéria de asilo. A Comissão tinha-se comprometido, por um lado, a apresentar, entre 2008 e 2009, propostas concretas com vista a melhorar as normas de protecção e a introduzir mais solidariedade entre os Estados-Membros, e, por outro, a reforçar a cooperação prática.

Enunciamos os princípios que devem orientar a acção da União, manter a sua tradição humanitária e protectora, garantir uma real igualdade de tratamento em toda a União, reforçar a eficácia do sistema de asilo e promover a solidariedade no seio da União e entre a União e os países terceiros.

Constato com prazer que o Parlamento partilha inteiramente a filosofia da Comissão. Partilha a nossa ambição de criar um sistema de asilo europeu mais protector, mais eficaz e mais justo.

O facto de o Parlamento já ser também co-legislador, juntamente com o Conselho, permite-me esperar que o resultado final das negociações, que serão longas, terá mais hipóteses do que no passado de conduzir a instrumentos de qualidade irrepreensível e mais respeitadores dos direitos fundamentais.

Assim, graças à co-decisão e ao voto por maioria qualificada no seio do Conselho, a União poderá conseguir uma harmonização pelo alto dessas normas de protecção internacionais.

Quero agradecer ao Parlamento o seu firme apoio a todas as iniciativas que a Comissão anuncia no seu Plano de Acção.

Agradeço-lhe também a prioridade conferida ao tratamento da minha recente proposta relativa à criação de um Gabinete Europeu de Apoio ao Asilo. Precisamos do apoio do Parlamento para fazer prevalecer esse dispositivo, que permitirá reforçar a cooperação prática e a qualidade dos sistemas de asilo. Gostaria que as três Instituições chegassem rapidamente a acordo para garantir o arranque rápido desse gabinete.

Todavia, Senhor Deputado Catania - quero, aliás, agradecer-lhe o seu relatório -, o senhor está preocupado com certas situações, nomeadamente as condições de detenção dos requerentes de asilo, os direitos dos requerentes de asilo no sistema de Dublin, o impacto das operações de controlo nas fronteiras sobre o acesso à protecção e o encargo assumido por certos Estados-Membros no acolhimento dos fluxos de requerentes de asilo. Quero dar-lhe algumas respostas.

No que respeita às condições de detenção dos requerentes de asilo, a Comissão propôs, nas alterações à directiva sobre as condições de acolhimento, regras mais claras do que as que se encontram actualmente em vigor, nomeadamente a exclusão, sem excepções, da detenção de menores não acompanhados. Especificámos também os casos em que a detenção de adultos é possível, com salvaguardas como, por exemplo, o direito a um recurso efectivo ou o direito à assistência jurídica e ao controlo judicial regular da medida de detenção.

Por outro lado, na linha do relatório da senhora deputada Roure sobre os centros de acolhimento tanto abertos como fechados, adoptado em 5 de Fevereiro, o Parlamento identificou um certo número de problemas nesses centros. As alterações propostas à directiva sobre as condições de acolhimento devem permitir dar-lhes resposta.

Nos termos desses mesmos princípios, propus que os direitos dos requerentes de asilo sujeitos ao sistema de Dublin fossem mais bem garantidos. Há que facilitar, por exemplo, o reagrupamento dos membros de uma mesma família, das crianças com os membros da sua família, e que reforçar as garantias processuais de que beneficiam os requerentes de asilo sujeitos ao sistema de Dublin.

Qualquer processo de asilo, por muito bom que seja, será inútil se o acesso a ele não estiver garantido. Estou de acordo consigo, Senhor Deputado Catania, sobre a necessidade de trabalhar melhor com os guardas de fronteira, formando-os e sensibilizando-os para as questões de asilo. O senhor referiu os fluxos mistos; com efeito, a Frontex deve poder desenvolver esse trabalho de formação. O Gabinete de apoio, uma vez criado, também contribuirá para isso, preparando manuais para serem usados pelos guardas de fronteira. Temos também de definir melhor as responsabilidades sobre as pessoas salvas no mar. Onde serão desembarcadas? Onde poderão requerer, eventualmente, asilo? Estou a colaborar com os Estados-Membros com vista a encontrar as melhores respostas para estas perguntas. Efectivamente, não podemos ignorar a pressão a que estão sujeitos os sistemas de asilo de certos Estados-Membros. Queremos mais solidariedade, não só de um ponto de vista financeiro, mas também através das equipas de peritos criadas pelo Gabinete que poderão ser mobilizadas rapidamente.

Vamos também analisar a possibilidade de transferir voluntariamente refugiados para outro Estado-Membro que não aquele que concedeu a protecção.

No final desta semana, vou deslocar-me a Lampedusa e a Malta para ver quais são as necessidades concretas e de que forma a União pode oferecer o seu apoio.

Aproveito esta ocasião, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para lhes agradecer o aumento de 10 milhões de euros, adoptado pelo Parlamento no final de 2008, destinado ao Fundo Europeu para os Refugiados. Esses 10 milhões de euros vão permitir a reinstalação de um maior número de refugiados na União em 2009. Quero salientar, a propósito, a importância do compromisso assumido pelos Estados-Membros no seguimento da missão que enviámos à Jordânia e à Síria sobre a reinstalação dos refugiados iraquianos nos Estados-Membros da União Europeia.

Estamos a trabalhar - e eu estou a trabalhar - em todas as frentes: reforço da qualidade da legislação, cooperação prática, solidariedade entre os Estados-Membros e entre a União e os países terceiros.

Gostaria realmente de agradecer ao Parlamento todo o seu apoio. Temos de fazer da União Europeia um verdadeiro espaço comum e solidário de protecção. E tenho a intenção de reformular toda esta questão de uma forma verdadeiramente solene no programa de Estocolmo.

Obrigado, Senhoras e Senhores Deputados, obrigado, Senhor Deputado Catania, obrigado, Senhora Deputada Roure, por todo o trabalho desenvolvido e que nos é muito útil.

PRESIDÊNCIA: ROTHE

Vice-presidente

Danutė Budreikaitė, *relatora de parecer da Comissão do Desenvolvimento*. – (LT) Nos últimos anos, o número de refugiados à escala global alcançou os 16 milhões. Em 2007, a UE recebeu mais de 200 mil pedidos de asilo. Tanto os refugiados requerentes de asilo como alguns Estados-Membros enfrentam alguns problemas e têm de fazer frente a grandes encargos, que o Sistema Europeu Comum de Asilo permitiria mitigar. Na análise dos pedidos de asilo, as instituições governamentais devem fazer presidir condições concretas, claras e de igualdade. É importante que o estatuto de refugiado seja atribuído, não em função de uma avaliação geral, mas de cada caso concreto, baseado, designadamente, na nacionalidade. Gostaria também de recordar que o Plano de Acção em matéria de Asilo da Comissão Europeia não refere a agência Frontex, que desempenha

um papel muito importante no domínio da protecção de refugiados. É igualmente importante mencionar que o número de requerentes de asilo depende directamente da situação política, económica e social dos seus países de origem. Por conseguinte, o sistema comum europeu de asilo deve estar intimamente relacionado com a política europeia de cooperação para o desenvolvimento e com o trabalho humanitário, permitindo assim reduzir o número de pedidos de asilo, e de requerentes, que frequentemente são migrantes económicos.

Carlos Coelho, *em nome do Grupo PPE-DE*. – Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão Europeia, caras e caros Colegas, desde as conclusões de Tampere muito tem sido feito para harmonizar a legislação dos Estados-Membros na área do asilo. Essa harmonização foi feita, porém, na base do mínimo denominador comum, persistindo práticas e procedimentos muito diferentes. Continuam a não existir condições iguais de acesso à protecção em todo o território da União o que acaba por gerar problemas como é o caso de movimentos secundários e pedidos múltiplos.

Em 2008, como já foi recordado pelo relator, o número de refugiados aumentou para mais de 12 milhões de pessoas. É pois necessário e urgente dar início à segunda fase do sistema europeu comum de asilo. Só poderá existir um nível idêntico de protecção em todo o território da União se for instituído um procedimento único do pedido de asilo, por razões de eficiência, rapidez, qualidade e justiça nas decisões, bem como normas únicas relativas às condições a preencher para poder beneficiar do estatuto de refugiado ou de pessoa que necessita de protecção internacional. Só assim os requerentes de asilo poderão ser tratados da mesma forma, independentemente do Estado-Membro em que façam o seu pedido de asilo.

Congratulo-me pois com a apresentação deste plano de acção em matéria de asilo, que contou com a contribuição de vários actores públicos e que define o roteiro a seguir para os próximos anos com vista à concretização do sistema europeu comum de asilo. Considero positivas as alterações que se pretendem introduzir na directiva relativa às condições de acolhimento, na directiva relativa aos procedimentos de asilo, bem como na directiva de qualificação de forma a clarificar quais são os critérios que permitem qualificar para efeitos de protecção internacional. Fico contente com o facto de o Comissário Barrot ter sublinhado a necessidade de garantir a coerência com outras políticas que tenham impacto na protecção internacional e espero que a mesma visão coerente seja estendida a outras áreas comuns.

Finalmente, queria felicitar o relator Giusto Catania pelo trabalho que fez e que vai merecer a aprovação por parte do Grupo PPE-DE.

Martine Roure, *em nome do grupo PSE*. - (FR) Senhora Presidente, antes de mais, queria, evidentemente, felicitar o nosso relator pelo seu excelente relatório, que salienta, com razão, os desequilíbrios que marcam actualmente o direito de asilo na Europa e formula, como é óbvio, um certo número de propostas que permitem avançar, de facto, na boa direcção.

Temos de pôr fim às inaceitáveis disparidades existentes entre os Estados-Membros. Com efeito, conforme o país onde se apresenta o pedido de asilo, a resposta é diferente.

E claro que pedimos também uma melhoria substancial das condições de acolhimento dos requerentes de asilo, o que passa, nomeadamente, pela afirmação do princípio segundo o qual os requerentes de asilo não devem ser detidos, sobretudo as pessoas vulneráveis, as mulheres, as crianças, as pessoas vítimas de torturas. E passa também por um acesso garantido a um mínimo de direitos: habitação, emprego, saúde, educação, ou seja, outros tantos direitos fundamentais com vista a garantir o respeito da dignidade.

Por fim, é para nós fundamental reformar o sistema de Dublin II, relativamente ao qual pudemos constatar, nomeadamente através das nossas visitas aos centros de detenção - como o senhor já afirmou, Senhor Vice-Presidente -, os danos colaterais provocados por um funcionamento desadequado, na medida em que faz pesar um fardo inaceitável sobre os países mais directamente visados pelos fluxos migratórios às portas da Europa.

O caminho que falta percorrer para a prossecução de uma política comum em matéria de asilo ainda é longo. Não podemos ter ilusões, mas as novas propostas da Comissão, às quais espero que possamos dar a nossa contribuição eficaz, permitirão, penso eu, colocar as primeiras pedras de um edifício ainda muito frágil mas que esperamos sólido no futuro.

Agradeço encarecidamente ao Senhor Comissário Jacques Barrot pela vontade tenaz de que deu provas nesta matéria, pois a vontade é indispensável, muita vontade. Espero, Senhor Comissário, que tenha tempo para pôr em prática este trabalho, como é nosso dever e um imperativo moral em nome dos valores que defendemos aqui, na União Europeia.

Sarah Ludford, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, apoio o relatório apresentado pelo relator e o trabalho realizado pela Comissão. Não há nada que justifique a gestão deficiente dos refugiados na UE, dado o número reduzido de pedidos de asilo segundo os padrões históricos. A inexistência de uma prática comum, as diferentes fontes de informação do país de origem e o fracasso na implementação adequada da legislação da UE implicam a existência de condições desiguais. Tal facto faz com que os requerentes andem por aí a fazer comparações e leva a que os Estados joguem ao lenço.

Outro elemento gerador de desigualdade no acesso à protecção é o facto de alguns Estados-Membros se limitarem a deportar as pessoas antes de estas poderem ser avaliadas e estarem até, na verdade, a subornar países terceiros para que os impeçam de vir.

Muitas das pessoas que chegam em fluxos mistos podem até ser imigrantes económicos mas isso não faz deles criminosos. No entanto, mesmo que apenas alguns sejam refugiados, eles têm de ser identificados. Como diz o senhor deputado Catania, as preocupações relacionadas com a protecção dos direitos humanos devem ser integradas na gestão das fronteiras, particularmente no âmbito do mandato da Frontex. Não se devem deter pessoas só pelo facto de pedirem asilo.

Para além do processo comum único e do conteúdo da protecção, tem de haver na prática cooperação, apoio e solidariedade, inclusive através do importante Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, providenciando fontes comuns de informação sobre os países. Primeiras decisões de melhor qualidade e mais precisas poupariam dinheiro ao reduzir o número de recursos que são dispendiosos.

É muito importante obrigar os Estados da UE a permitir que os requerentes de asilo trabalhem ao fim de seis meses, caso o seu requerimento não tenha sido decidido dentro desse prazo: além de conservarem a sua dignidade, essas pessoas também pagariam impostos. Estou muito desapontada com a decisão do Reino Unido de se auto-excluir da aplicação da directiva relativa às condições de acolhimento, que iria proibir a detenção automática com base exclusivamente na apresentação de um pedido de asilo, nivelar o processo de detenção acelerado do Reino Unido e impor o direito ao trabalho ao fim de seis meses. Acho verdadeiramente lamentável que o meu próprio país considere estas condições demasiado onerosas.

Jan Tadeusz Masiel, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhora Presidente, devíamos mais uma vez agradecer sem reservas à Presidência francesa, que fez grandes progressos na questão do asilo quando conseguiu que o Conselho aprovasse o Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo em Outubro do ano passado. É verdade que a União Europeia necessita de uma política de asilo comum e de desenvolver uma atitude de solidariedade em relação à admissão de refugiados. Os Estados-Membros da UE especialmente expostos a um afluxo de requerentes de asilo devem beneficiar de assistência. A questão do asilo é muito delicada e é difícil aquilatar quem realmente necessita de protecção e quem está a tentar escapar à pobreza do seu país, pois embora esta última também mereça ser ajudada, não podemos aceitar toda a gente. Sintetizando, os nossos procedimentos na UE deviam ser uniformes, transparentes e expeditos.

Hélène Goudin, em nome do Grupo IND/DEM. – (SV) Senhora Presidente, a criação da "Fortaleza Europa" está a avançar cada vez mais rapidamente a cada ano que passa, o que é muito lamentável, quanto mais não seja porque uma política comum de asilo implicará, com toda a probabilidade, uma política mais dura e mais restritiva em que as pessoas que mais precisam de protecção serão aquelas que mais terão a perder. Esta evolução é, no mínimo, preocupante.

O relatório pretende introduzir normas comuns para determinar quando é que uma pessoa deve ser considerada um refugiado. "Porquê?", pergunto-me eu. Já temos convenções internacionais que especificam isso. Não devíamos tentar criar novas normas comunitárias, que, com toda a probabilidade, serão mais restritivas do que a Convenção de Genebra, por exemplo.

Quase todas as semanas, ouvimos relatos horríveis de campos de refugiados no sul da Europa. Aqueles que foram lá parar vivem em condições terríveis, em relação às quais as autoridades optam por fechar os olhos. O problema não é, manifestamente, as pessoas estarem detidas nos campos, mas sim o facto de os direitos humanos não estarem a ser respeitados, apesar de todos os Estados-Membros, pelo menos em teoria, satisfazerem os critérios de Copenhaga. Esta é que é a questão que deveríamos estar a debater aqui, no Parlamento. O acesso ao território de um país deve ser uma questão para cada país decidir, mas as convenções e os acordos internacionais têm, evidentemente, de ser respeitados.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE). – (RO) O Sistema Europeu Comum de Asilo é actualmente afectado por uma falta de coerência com os instrumentos jurídicos para a protecção internacional.

Como resultado das enormes discrepâncias nos processos deliberativos usados pelos 27 Estados-Membros para tratar os pedidos de asilo, a taxa de reconhecimento do estatuto de refugiado aos requerentes varia entre 0% e aproximadamente 90%. Além disso, os critérios do sistema de Dublin colocam um ónus desproporcionadamente elevado nos Estados-Membros localizados nas fronteiras externas da União Europeia, uma vez que estes são responsáveis pelo tratamento dos pedidos de asilo como primeiros países de admissão.

Ainda subsistem fenómenos como movimentos secundários de um Estado-Membro para outro e pedidos múltiplos. Um dos requisitos mais urgentes na política de asilo da UE é o intercâmbio de análises, experiências e informação entre os Estados-Membros. Devem também ser encontradas soluções praticáveis para desenvolver a cooperação entre as autoridades administrativas responsáveis pela análise dos pedidos de asilo.

Porém, o problema mais difícil de resolver continua a ser o da comunicação entre Estados-Membros quanto às diferenças no tratamento dado aos candidatos a protecção internacional de acordo com os seus países de origem. Espero que o regulamento para criar um Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, proposto pela Comissão há três semanas, ajude a resolver parcialmente os actuais problemas.

Exorto desde já os futuros gestores deste gabinete europeu a não ignorarem a cooperação com a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas, com a Rede Europeia das Migrações e com os organismos competentes nos Estados-Membros e países terceiros envolvidos nas actividades relacionadas com as migrações e o asilo. Além de evitar uma duplicação de esforços, esta cooperação irá facilitar a coordenação das acções dos Estados-Membros e a utilização da sua experiência nas questões relacionadas com o asilo.

Inger Segelström (PSE). - (SV) Senhora Presidente, Senhor Comissário Barrot, gostaria de começar por agradecer ao senhor deputado Catania pelo seu relatório. Partilho inteiramente a opinião de que é lamentável que a entrada em vigor tenha sido adiada para 2012. Há três questões que gostaria de colocar, a saber, os direitos das crianças, o apoio e as oportunidades criadas para as mulheres apanhadas no tráfico de seres humanos e, finalmente, como poderemos estar mais bem preparados no caso de uma crise súbita a nível mundial.

Julgo que é positivo que o Parlamento chame a atenção para o facto de que as crianças e os menores devem receber um apoio especial. No entanto, aquilo que ainda me preocupa é o facto de as crianças poderem ser detidas. Eu considero isso inaceitável.

Ontem, foi o Dia Internacional da Mulher. A questão em que tenho estado envolvida no decorrer da presente legislatura é a forma como os diferentes países tratam as mulheres e as crianças apanhadas no tráfico de seres humanos, isto é, se estas pessoas têm o direito de permanecer na UE ou de receber ajuda para regressarem a casa. Quando os sociais-democratas estavam no governo sueco, partia-se do princípio que as mulheres que tinham sido violadas na Suécia - independentemente do facto de isso resultar de tráfico de seres humanos, de violência conjugal ou de violência em geral -, tinham o direito de permanecer no país. Agora, uma mulher poderá eventualmente ser autorizada a permanecer, mas só se cooperar com a polícia e os promotores de justiça. Para que outros crimes, além do tráfico de seres humanos, a cooperação é um requisito para asilo? Parece-me que esta é uma discriminação contra as mulheres e as crianças e gostaria de abordar esta questão aqui hoje, após o Dia da Mulher.

A terceira questão é a forma como diferentes países recebem requerentes de asilo e que países são escolhidos. O meu país, a Suécia, é um dos países que aceitou o maior número de refugiados do Iraque. Em comparação tanto com os EUA como com o Canadá, trata-se de um número enorme, e o mesmo se passa em comparação com a maioria dos países da UE. Espero que o novo sistema comunitário de asilo esteja mais bem preparado para aceitar a responsabilidade comum, quando acontece alguma coisa no mundo ou quando, como no caso do Iraque, os países são invadidos. Um sistema comunitário baseado na solidariedade não deveria funcionar apenas quando as coisas estão calmas - tem de funcionar também em tempos de crise e de conflito.

Gerard Batten (IND/DEM). - (EN) Senhora Presidente, o número de pessoas que procuram obter o estatuto de refugiado e asilo está a aumentar de forma alarmante. Como se refere no relatório, existem actualmente em todo o mundo cerca de 12 milhões de refugiados e aproximadamente 26 milhões de pessoas internamente deslocadas. Isto não é de admirar, dado que alguns países em continentes como a África e a Ásia estão a afundar-se no caos político e o mundo está a mergulhar numa crise financeira e económica cuja profundidade é ainda desconhecida.

Podemos é estar certos de que, nos próximos meses e anos, vamos ter ainda mais refugiados e requerentes de asilo. Ninguém se espantará com o facto de a solução do Parlamento Europeu ser a harmonização dos

sistemas de asilo nacionais. O relatório propõe um sistema europeu comum de asilo e um gabinete comum de apoio ao asilo com normas comuns para a concessão do estatuto de refugiado e de asilo. Propõe que os governos nacionais não possam manter uma pessoa detida exclusivamente pelo facto de ser requerente de asilo, e que os refugiados devem ser autorizados a circular entre os países europeus. Propõe ainda que um requerente que seja mantido em regime de detenção tenha direito a apresentar recurso junto de um tribunal nacional.

Tudo isto é uma receita para o caos e a obstrução nos sistemas de asilo nacionais. Muitas dessas pessoas, se não a maioria, que procuram obter estatuto de refugiado e asilo em países europeus distantes dos seus países, são, obviamente, migrantes económicos em busca de uma vida melhor. E quem é que os pode condenar? No entanto, quanto mais facilitarmos a sua vinda para a Europa, mais virão.

Os sistemas comuns propostos irão dificultar ainda mais aos Estados-nação a protecção das suas próprias fronteiras e permitir que um número incalculável de migrantes económicos possa transpor mais facilmente essas fronteiras. A Grã-Bretanha precisa de controlos ainda mais rigorosos e não dos controlos mais frouxos impostos pela União Europeia.

Simon Busuttil (PPE-DE). - (MT) O relator referiu, e muito correctamente, que a política comum de asilo deve basear-se no princípio da solidariedade. É precisamente esta solidariedade que falta à nossa política de asilo, como o Senhor Comissário Barrot poderá constatar pessoalmente durante a sua visita ao meu país, Malta, e à ilha de Lampedusa, no final desta semana. Senhor Comissário, irá constatar que a solidariedade que procura está ausente. A solidariedade foi introduzida pela primeira vez no Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo em Outubro passado, na forma de uma cláusula relativa à partilha de encargos, que incide sobre a distribuição dos encargos entre os países. Foi a primeira vez que foi introduzida e constituiu um passo positivo. Esta cláusula não é vinculativa, tem base voluntária, e oferece aos imigrantes que chegam a um país à procura de asilo a possibilidade de transferência para outro país da União Europeia. Este Parlamento afectou, inclusivamente, 5 milhões de euros inscritos no orçamento da União Europeia deste ano para facilitar a aplicação desta cláusula. Até agora, ainda não assistimos à aplicação desta cláusula na prática, à excepção do caso francês; a França disponibilizou-se para acolher 80 requerentes de asilo procedentes de Malta. Trata-se de um gesto significativo, mas que, lamentavelmente, não foi seguido por outros Estados-Membros da União Europeia. Por conseguinte, a pergunta que dirijo ao Senhor Comissário é a seguinte: que medidas está a Comissão a tomar por forma a garantir a implementação deste mecanismo de partilha de encargos? Que acções está a Comissão a levar a cabo com vista a assegurar que outros países se mostrem solidários e acolham imigrantes de um país que suporta encargos desproporcionados? Pretende a Comissão elaborar um programa europeu de transferência entre Estados-Membros, e como planeia desenvolver e aplicar esta medida?

Daciana Octavia Sârbu (PSE). - (RO) Perante a situação actual, em que o número de refugiados aumentou a nível mundial e a União Europeia está a receber mais de metade dos requerentes de asilo, o estabelecimento de um Sistema Europeu Comum de Asilo deve constituir uma prioridade urgente.

A este respeito congratulo-me com a proposta de criação de um Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo para coordenar as políticas nacionais dos vários países, de modo a evitar que se imponha uma sobrecarga desproporcionada a determinados Estados-Membros. Penso que este gabinete deve ser organizado de forma a poder desempenhar um importante papel em caso de crise e na correcta avaliação dos pedidos de asilo.

Considero que os novos Estados-Membros da União Europeia, designadamente a Roménia e a Bulgária, necessitam de um apoio da União Europeia com mecanismos eficazes de solidariedade para garantir condições adequadas de recepção dos requerentes de asilo. Contudo, não nos podemos esquecer de sermos pró-activos, e não reactivos, a nível europeu, dando uma maior atenção à cooperação com países terceiros para evitarmos crises.

Alin Lucian Antochi (PSE). - (RO) Todos os anos existem Estados-Membros da União Europeia que acolhem milhões de pessoas que procuram refugiar-se de perseguições e conflitos nos seus países de origem. Contudo, a taxa de reconhecimento do estatuto de refugiado a nível nacional nesses Estados varia entre 0% e 90%. Além disso, o sistema de Dublin, que envolve o processo de readmissão de refugiados pelo primeiro país de trânsito, cria uma discrepância entre estes países e os que têm uma localização mais central no que se refere à coordenação das políticas de asilo e às medidas tomadas em prol dos refugiados.

Tal como outros oradores antes de mim já referiram, o Sistema Europeu Comum de Asilo deve permitir que os Estados-Membros dêem um nível reforçado de protecção aos refugiados, desde o momento em que são recebidos até estarem plenamente integrados nas comunidades locais, criando um processo comum de asilo

que estabeleça condições claras, razoáveis e uniformes que as autoridades possam usar para gerir os pedidos de asilo.

Deve ser dada uma atenção especial à solidariedade entre Estados-Membros com o intuito de coordenar os grandes afluxos de requerentes de asilo em alguns países, tanto através da prestação de assistência financeira como da adopção de mecanismos de fixação interna e redistribuição que permitam dispersar uniformemente os refugiados por toda a União Europeia.

Katrin Saks (PSE). - (ET) Desejo agradecer ao relator e salientar a importância deste tema, apesar de representar o Estado-Membro da Estónia, país que acolhe um número reduzido de refugiados.

Até agora, o estatuto de refugiado tem sido concedido apenas a um número reduzido de pessoas anualmente, mas a Estónia é também um país pequeno e, muito embora atraia turistas, a vida no país não é isenta de dificuldades. Reconhecemos a necessidade da solidariedade, mas considero que aqueles que já sofreram tanto na vida não devem ser novamente punidos com um clima difícil, a menos que essa seja a sua escolha.

Seria, por conseguinte, pertinente falar na partilha de responsabilidades e não de pessoas, com o objectivo de melhorar a situação de países que acolhem um grande número de requerentes de asilo. A harmonização das normas merece, obviamente, o nosso apoio. Dado que temos uma fronteira comum, é lógico que os requerentes de asilo recebam o mesmo tratamento em todo o espaço da União Europeia.

Zuzana Roithová (PPE-DE). - (CS) Senhora Presidente, discordo profundamente com a campanha eurocética contra a política comum de migração e asilo consagrada no Tratado de Lisboa. Precisamos de agir em conjunto e de forma mais firme para combater a migração económica ilegal, proporcionando, simultaneamente, condições mais dignas aos requerentes de asilo. Preocupa-me que, actualmente, os filhos de refugiados nos campos europeus não tenham acesso à educação e aos cuidados de saúde necessários durante meses. É igualmente inaceitável que, dentro do Espaço Schengen, alguns países reconheçam o estatuto de refugiado e outros não. É lamentável que a agência Frontex não monitorize os números e países de origem dos requerentes de protecção internacional. Sim, precisamos de um procedimento de asilo comum, bem como de ajudar os chamados "Estados-tampão", com base na solidariedade. Mas também temos de ligar a política de asilo à política de desenvolvimento, para evitar a migração.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, vou ser muito rápido, mas ouvi com atenção todas as intervenções e agradeço muito ao Parlamento Europeu que apoia, sem qualquer dúvida, este esforço no sentido de conferir à política de asilo todo o alcance que deve ter para a totalidade dos perseguidos no mundo. É nosso dever, um imperativo moral, como dizia Martine Roure.

Gostaria de esclarecer alguns pontos. Em primeiro lugar, alguns de vós referiram a Frontex, nomeadamente o senhor deputado Catania. Devo esclarecer que a Frontex possui, a partir de agora, um oficial de ligação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Trata-se de facto de um esforço da Frontex no sentido de compreender os problemas que afectam os requerentes de asilo, e a Comissão propôs regras destinadas a definir melhor as responsabilidades da Frontex nas acções marítimas. Estamos neste momento em discussões com os Estados-Membros. De facto, trata-se de um elemento importante.

Gostaria de voltar ao pedido de solidariedade manifestado por muitos de vós, e estou, sobretudo, a pensar no senhor deputado Simon Busuttil, que referiu a difícil situação de Malta nesta matéria. É um facto que, no Plano de Acção em matéria de asilo, a Comissão propôs analisar as possibilidades eventualmente oferecidas pela distribuição dos requerentes de asilo entre os Estados-Membros numa base voluntária.

O debate com os Estados-Membros teve início no Outono, com um documento informal que propunha diversas alternativas destinadas a pôr em prática o princípio da solidariedade no domínio do asilo. Devo dizer que não é fácil obter um acordo da maioria dos Estados-Membros sobre um mecanismo de repartição dos refugiados. Todavia, vamos lançar um estudo dos impactos e das possibilidades desse tipo de repartição a nível da União.

Devo também dizer que estamos dispostos a financiar projectos ligados a essa repartição, a essa reinstalação no quadro do Fundo Europeu para os Refugiados. Terei ocasião de voltar a afirmá-lo, aliás, nos Estados-Membros que visitarei e que são normalmente muito solicitados pelos requerentes de asilo.

Em resumo, penso que estamos no início de um longo processo, essencial se queremos verdadeiramente que esta Europa mantenha nos seus valores uma identidade forte, uma identidade de região de acolhimento para todos aqueles que, por esse mundo fora, sofrem e esperam a nossa ajuda.

Muito obrigado ao Parlamento Europeu, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por todas as vossas intervenções, particularmente preciosas para este vosso Comissário.

Giusto Catania, relator. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria agradecer aos meus colegas que intervieram em apoio deste relatório, bem como ao Comissário Barrot pelo seu apoio e pelo trabalho que a Comissão está a realizar para alterar algumas directivas, nomeadamente a Directiva "Procedimentos", dando provas da sua vontade de melhorar o sistema comum de asilo. O Parlamento é co-legislador nesta matéria, e creio que devemos exercer o nosso papel a fim de harmonizar os procedimentos de asilo a um nível mais elevado, promovendo um sistema de harmonização que permita o acolhimento de um grande número de requerentes de asilo e melhore as normas de acolhimento nos Estados-Membros de modo a que o sistema se torne cada vez mais solidário.

Creio que este Parlamento cumpriu um papel importante, visitando centros de detenção administrativa na Europa. Visitámos um grande número – a senhora deputada Roure foi a relatora do relatório final – e pudemos constatar que muitas vezes o direito de asilo fora violado nos Estados-Membros, que muitas vezes não haviam sido garantidas as normais condições de acolhimento, como o direito à saúde e à assistência jurídica, nem haviam sido prestadas informações sobre os potenciais requerentes de asilo. E isto sucedeu devido ao facto de os fluxos mistos terem sido geridos de um modo que fez prevalecer a luta contra a imigração ilegal e a defesa das fronteiras externas sobre a necessidade de acolhimento e, em especial, de acolhimento dos requerentes de asilo.

Concordo com as observações feitas por alguns colegas, nomeadamente sobre a necessidade de rever o Regulamento de Dublin e de garantir um mecanismo de solidariedade entre os Estados-Membros que permita uma repartição dos encargos, mas também um mecanismo de solidariedade relativo aos requerentes de asilo, pois é necessário reconhecer o seu direito à possibilidade de serem transferidos para outro local de modo a que o seu caso possa ser analisado.

Finalmente, e para concluir, alguns colegas levantaram a questão do controlo das fronteiras. Creio que há um erro de fundo neste raciocínio: a protecção das fronteiras e o asilo são duas questões completamente separadas. Devemos garantir o direito de asilo enquanto direito fundamental que deve ser respeitado na União Europeia.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Bogusław Rogalski (UEN), por escrito. – (PL) Senhora Presidente, no ano passado o número de refugiados a nível mundial aumentou para mais de 12 milhões, ao passo que 26 milhões de pessoas estavam deslocadas internamente, o que mostra a gravidade do problema. Infelizmente, os padrões não estão em absoluto harmonizados porque a percentagem de requerentes de determinados países terceiros a quem é concedido o estatuto de refugiados varia entre aproximadamente 0% e 90% em diferentes Estados-Membros.

Devia estabelecer-se um procedimento uniforme para a concessão de asilo, bem como padrões unificados que permitam decidir quem deve ser reconhecido como refugiado ou se uma pessoa carece de protecção internacional. Todas as pessoas que tomam decisões neste domínio deviam ter igual acesso a informação profissional sobre o país de origem do requerente e os organismos autorizados a receberem recursos, assim como os requerentes de asilo.

Durante o período de espera é extremamente importante que as autoridades tomem em devida consideração as diversas necessidades dos requerentes de asilo em circunstâncias mais difíceis, como as crianças, as pessoas portadoras de deficiência e as mulheres. É essencial criar uma base de dados comum que publique e recolha informação sobre os países de origem.

Vale a pena enfatizar que a obrigação de prestar assistência é garantida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) e é juridicamente vinculativa para todos os Estados-Membros da UE e para a agência Frontex da UE.

20. Situação social dos Roma e o seu acesso melhorado ao mercado de trabalho na UE (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação do relatório (A6-0038/2009) da deputada Magda Kósáné Kovács, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre a situação social dos Roma e o seu acesso melhorado ao mercado de trabalho na UE (2008/21 37(INI)).

Magda Kósáné Kovács, relatora. – (HU) Muito obrigada, Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados. Após vários meses de trabalho, vou apresentar ao Parlamento Europeu o relatório sobre a situação social dos Roma e a melhoria do respectivo acesso ao mercado de trabalho, um relatório que exprime a nossa responsabilidade profundamente sentida relativamente ao futuro europeu dos Roma, uma minoria étnica cuja população equivale à de um Estado-Membro.

Nos últimos meses, a necessidade de tomar medidas não se desvaneceu, tendo-se antes tornado ainda mais premente. A crise financeira à escala global tem varrido a Europa, e as mudanças económicas que a acompanham, mais uma vez, afectam com maior gravidade os grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente os Roma. A crescente e justificada ansiedade existencial vivida pela maior parte da sociedade constitui um solo fértil para o ódio às minorias, para atitudes de discriminação, exclusão e criação de bodes expiatórios. Constitui um bom auspício e possui significado simbólico o facto de a aprovação do relatório sobre os Roma poder ter lugar na própria semana em que o Parlamento está a preparar a próxima reunião do Conselho, procurando-se não apenas os instrumentos para nos ajudar a sair da crise, mas também a oportunidade para reduzir os traumas humanos e os riscos para a subsistência, tomando como base o princípio da solidariedade que une a Europa.

Nas últimas décadas, nós aprendemos que não existe uma dinâmica de desenvolvimento económico que possa automaticamente oferecer mobilidade, utilizando os sistemas existentes de redistribuição, àqueles que se situam no mais baixo estrato social. Antes pelo contrário, temos visto que, se não houver uma política de apoio ao princípio da igualdade de oportunidades, as diferenças que existem nas franjas da sociedade podem crescer ainda mais durante os períodos de desenvolvimento. Neste momento, a nossa tarefa é mobilizar os recursos para enfrentar a crise e fazer crescer a economia, de tal forma que dez milhões de Roma não sejam vitimados pela crise, mas se tornem antes participantes na recuperação. A posição da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, aprovada por larga maioria, considera inaceitável que uma parte significativa da população Roma viva em condições idênticas às dos países em desenvolvimento. Dezenas de milhares de crianças Roma continuam a crescer frequentando escolas segregadas, onde não conseguem adquirir formação competitiva, carregando durante toda a sua vida os estigmas da exclusão e da discriminação. Milhões vivem em guetos, sem água corrente ou esgotos e, muitas vezes, sem electricidade, sendo a sua esperança de vida dez a vinte anos menor que a da maioria. Têm falta de formação profissional, vivem de trabalhos eventuais, sendo o seu estilo de vida objecto de discriminações diárias visíveis. E o que é mais dramático: esta situação reforça a sua exclusão verbal, o chamado *hate speech* ou discurso de ódio e a resolução de conflitos determinada numa base étnica. Quem não ouviu ainda dizer que "sendo cigano, não está interessado em mudar a situação que tem, pois prefere roubar em vez de trabalhar"?

A principal causa é o facto de a sua qualidade de vida continuar a ser idêntica à de um país em desenvolvimento, o que, por sua vez, intensifica a tendência para a exclusão, sendo que os frutos da árvore do ódio são os actos assassinos. Esta só pode ser eliminada atacando as suas raízes. Esta questão diz respeito não só aos países da Europa Central e Oriental, que estão ansiosos por ter paz, mas também a todos os cidadãos europeus. Também não devemos esquecer que é do interesse fundamental da Europa envelhecida assegurar-se de que não é povoada por pessoas desafortunadas que dependem da assistência social, mas sim por cidadãos com uma boa educação, que trabalham, capazes de pagarem os seus impostos, contribuições sociais e seguros. Este é o tema do relatório que temos hoje perante nós.

Para fazer o que é necessário, é indispensável que as diversas instituições da União Europeia trabalhem na elaboração e aplicação planificada de uma política abrangente para os Roma. É necessária uma determinação europeia, comum a todos, para fazer com que mudem de rumo os esforços bem intencionados, e muitas vezes dispendiosos dos Estados-Membros, que perdem muitas vezes eficácia devido à falta de vontade colectiva. Gostaria de agradecer sinceramente a todos os meus colegas que contribuíram com importantes iniciativas para tornar este relatório mais abrangente. A disponibilidade para cooperar pode fazer avançar o entendimento de que, para a União Europeia, não se trata de uma questão de escolha, mas de necessidade, integrar imediatamente esta potencial força de trabalho com uma importante dimensão e que tem séculos de experiência na adaptação ao seu meio. Obrigada pela vossa paciência.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. - (FR) Senhora Presidente, Senhora Deputada Magda Kósáné Kovács, Senhoras e Senhores Deputados, quero, antes de mais, agradecer à senhora deputada Magda Kósáné Kovács pelo seu relatório, que contribui para os esforços conjuntos desenvolvidos com vista a promover a inclusão social dos Roma.

A Comissão está de acordo consigo, Senhora Deputada, sobre as principais razões que estão na origem dessa exclusão: a segregação social de que são vítimas, os obstáculos ao acesso à educação com que se defrontam, a discriminação que os impede de participar plenamente no mundo do trabalho, de ter acesso aos bens, aos serviços, e, sobretudo - como já frisou muito bem -, os preconceitos e os estereótipos de que estão rodeados.

A Comissão apoia também as propostas do Parlamento Europeu com vista a encontrar soluções duradouras, nomeadamente a tónica colocada sobre o desenvolvimento das crianças desde a fase pré-escolar, o desenvolvimento do microcrédito destinado a reforçar o espírito empresarial, o trabalho independente, a implementação focalizada dos Fundos Estruturais. Para a Comissão, a aplicação de soluções duradouras e eficazes passa por uma mobilização de todos os actores-chave, a participação dos próprios Roma para o desenvolvimento, e a implementação e o acompanhamento das políticas que lhes dizem respeito, são também essenciais.

Além disso, a Comissão considera que há que utilizar melhor os instrumentos e as políticas comunitárias ao serviço da inclusão dos Roma, que há que trocar boas práticas, como, por exemplo, o programa ACCEDER em Espanha ou os esforços de des-segregação na Hungria, que, para serem eficazes, as políticas devem ser focalizadas e respeitar as especificidades das comunidades Roma com vista a integrá-las nas sociedades.

No espírito do seu relatório, Senhora Deputada, a Comissão continuará a apoiar a inclusão social dos Roma reforçando a protecção dos direitos individuais de todos eles, nomeadamente das mulheres e das crianças, tendo em conta os seus problemas no âmbito da coordenação das políticas a nível europeu, nomeadamente em matéria de emprego e de inclusão social, através de uma aplicação mais activa dos Fundos Estruturais e do Fundo Social Europeu, e, por fim, reforçando as capacidades institucionais da sociedade civil dos Roma.

Senhora Deputada, quero agradecer-lhe o seu relatório. Quero dizer-lhe que, juntamente com o meu colega, o Comissário Špidla, estamos muito preocupados com esses problemas. Acrescentaria que a nossa Agência dos Direitos Fundamentais irá apresentar-nos dois relatórios sobre esta situação dos Roma que, espero, nos permitirão também propor e promover aquilo que a senhora, há pouco, explicou muito bem perante nós.

Obrigado, Senhora Deputada, e obrigado ao Parlamento pelo seu apoio.

Presidente. - Está encerrado o debate. A votação terá lugar na quarta-feira.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Corina Crețu (PSE), *por escrito*. - (RO) Encontrarmos uma solução europeia para os problemas com que os Roma se defrontam requer que levemos em conta que eles são tão cidadãos como nós, ainda que estejam sujeitos à exclusão. As organizações representativas e as comunidades Roma devem desempenhar um papel activo na elaboração de políticas de inclusão.

São necessários esforços acrescidos para melhorar as suas condições de vida e o acesso à educação e aos serviços de saúde. São estas as condições mínimas necessárias para que eles sejam capazes de arranjar e manter um trabalho nos países onde vivem. As oportunidades de mobilidade tiveram um efeito totalmente oposto nesta comunidade e agravaram a discriminação. As mulheres estão ainda numa posição mais vulnerável porque são sujeitas a numerosas formas de discriminação em virtude do género, da etnia e da perspectiva social.

Existem programas nacionais para a inserção e combate à pobreza, que produziram resultados modestos. A crise económica não deve ser usada de modo a poder servir de desculpa para não se aplicarem programas de inserção social. Quando muito, é uma razão para agirmos concertadamente.

Os roma, tal como outros grupos desfavorecidos, podem pagar de forma muito cara o impacto da crise e as reacções involuntárias a que assistimos em Itália são um aviso. Podemos pensar em soluções para os problemas ou encontrar os culpados. O direito preferiu sempre culpar outros, e sobretudo quem é vulnerável. Como representante da esquerda gostaria antes que encontrássemos soluções.

Livia Járóka (PPE-DE), *por escrito*. - (HU) Gostaria de felicitar a senhora deputada Kósáné Kovács, pelo seu relatório, que apresenta uma análise abrangente do estatuto socio-económico das comunidades Roma. O

seu relatório formula diversas recomendações inovadoras como, por exemplo, a exortação à Comissão no sentido de tomar em consideração, nas suas políticas técnicas, o impacto das políticas relativamente aos Roma, e recomendando a introdução de um sistema unificado de requisitos nos programas de desenvolvimento. Os planos infundados e os projectos dispersos dos Estados-Membros, a maioria dos quais financiados pela União Europeia, não produzem resultados fiáveis. Precisamos de um plano de acção comum, assente em sólidas bases jurídicas e capaz, por meio de sanções, de assegurar a execução dos empreendimentos dos Estados-Membros. As comunidades Roma têm de ser envolvidas no processo de planeamento, execução e acompanhamento, desde o nível mais baixo até aos órgãos consultivos internacionais; devendo ser definidos padrões uniformes de referência, bem como prazos, de modo a poder-se verificar até que ponto os recursos financeiros investidos estão a ser utilizados eficazmente.

A pobreza e a exclusão social estão geograficamente concentradas, e a investigação elaborou claramente o mapa da pobreza na Europa. A maioria dos ciganos vive em pequenas regiões "condenadas à morte", e, mesmo a simples manutenção da sua actual qualidade de vida, custa um valor astronómico. A longo prazo, estes custos poderiam paralisar orçamentos e fazer entrar em colapso a coesão social mais alargada. Nesta perspectiva, a estratégia comunitária deve tornar possível uma intervenção imediata de emergência nestas áreas, por meio de diferentes programas, financiados por fundos de desenvolvimento previstos ao nível da UE, numa perspectiva de enfrentar os problemas, em toda a sua complexidade, bem como de assegurar a permeabilidade entre fundos e, se necessário, através da introdução de formas específicas de apoio para cada região.

Rumiana Jeleva (PPE-DE), por escrito. – (BG) Enquanto representante da direita, acredito na contribuição de cada cidadão para o bem-estar geral e a prosperidade da sociedade. Penso que a integração de todos os grupos sociais na sociedade e a coesão social devem constituir uma meta a abordar sem qualquer manifestação de populismo ou alarde. A integração sustentável e efectiva dos Roma deve assentar na sua contribuição económica e no envolvimento de cada um deles no mercado de trabalho.

No meu país, que não é nenhuma excepção, os Roma são socialmente marginalizados e vivem na pobreza. Em termos práticos, a sua educação termina numa fase muito precoce. De facto, uma investigação levada a cabo pela Academia de Ciências búlgara em 2007 indica que a percentagem de diplomados é quase zero: mal chega a 0,2%. Esta falta de instrução coloca os Roma no patamar mais baixo do mercado de trabalho e é a causa do seu elevado nível de desemprego. Para que eles sejam integrados efectivamente, para além da questão da educação, também é necessário melhorar as suas condições de vida e inseri-los activamente no mercado de trabalho. No entanto, nada disto pode resultar sem o envolvimento dos próprios Roma, sem o seu desejo consciente e activo de que as coisas mudem. Este é, a meu ver, o maior desafio que todos enfrentamos.

Katalin Lévai (PSE), por escrito. – (HU) Os acontecimentos dos últimos anos têm demonstrado que é mais do que tempo de abordar seriamente da situação ao nível do desenvolvimento económico, da cultura e da saúde dos Roma que vivem na União Europeia. O grau de desfavorecimento social, em certas regiões, atinge proporções quase trágicas, e, na actual crise económica, ameaça-nos com uma explosão social. Nesta perspectiva, congratulo-me particularmente com o relatório de Magda Kósáné Kovács, que procura dar uma resposta a este grave problema social. Também fico satisfeita com os objectivos definidos no relatório, não esquecendo que uma avaliação da situação, campanhas de informação e o reforço da sociedade civil não bastam por si só. Precisamos de medidas concretas e decisivas nos domínios da educação e da criação de emprego.

Se não forem disponibilizados suficientes recursos financeiros para estes objectivos, nesse caso a iniciativa continuará a ser letra morta. Também precisamos de uma estratégia da UE para os Roma, de modo que estes objectivos propostos tenham impacto nas políticas económicas, educacionais e de saúde dos Estados-Membros, pois apenas desta forma será possível garantir uma vida com dignidade humana aos 10 milhões de elementos da comunidade Roma e acelerar a sua integração.

A estratégia para melhorar a situação dos Roma europeus exige um plano de acção e, por isso, espero que haja pessoas dispostas a continuar o trabalho iniciado no presente relatório, tarefa que, muito provavelmente, será repartida por várias legislaturas.

Pier Antonio Panzeri (PSE), por escrito. – (IT) Enquanto, em Itália, a abordagem do governo relativamente à questão dos romanichéis não tem sido inteiramente coerente, sendo por vezes muito questionável no plano dos princípios humanitários, na Europa sempre foi feito um esforço para manter o difícil equilíbrio entre

integração e segurança. A resolução do Parlamento Europeu sobre a situação social dos Roma e a melhoria do respectivo acesso ao mercado de trabalho na União Europeia inscreve-se neste quadro.

O recurso reiterado a medidas legislativas de emergência para fazer face a problemas relacionados com os romanichéis indica claramente uma incapacidade de enfrentar um fenómeno que não é novo. O que é necessário, pelo contrário, é adoptar uma abordagem sistemática e soluções coordenadas e a longo prazo nos domínios da educação, da saúde e, sobretudo, políticas de mercado de trabalho, uma vez que o emprego e a educação facilitam a aceitação social e a integração.

A Europa pede que se ponha termo à prática discriminatória de expulsão de ocupantes dos bairros degradados em que vivem os Roma, desenvolvendo, antes, projectos concretos de habitação que possam solucionar o problema de habitação destas comunidades.

Em suma, necessitamos de escolhas políticas coerentes que combinem solidariedade e responsabilidade, permitindo-nos oferecer uma resposta equilibrada a uma emergência, que, de outro modo, corre o perigo de ficar fora de controlo. Estamos bem conscientes de que este é um caminho difícil de percorrer, mas não há outra forma de chegar ao nosso destino.

Rovana Plumb (PSE), por escrito. – (RO) Gostaria de exortar a Comissão a adoptar medidas concretas de apoio à integração dos roma no mercado de trabalho através da disponibilização de financiamentos para formação e reciclagem, bem como adoptando medidas visando a estrita aplicação da legislação relativa à luta contra a discriminação no emprego.

Quero reiterar a necessidade de se criar na UE um departamento especializado em apoiar a interacção entre a Comissão e os governos nacionais, visando pôr em prática projectos que tenham como alvo a minoria roma e a sua integração social, económica e cultural.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), por escrito. – (RO) Todos estamos cientes de que o problema colocado pela situação dos Roma não só é um problema nacional de cada Estado-Membro em separado mas é também um problema europeu que deve ser resolvido a este nível.

Gostaria de salientar que os novos Estados-Membros, em especial, carecem do devido apoio da UE para a integração dos Roma, tanto numa perspectiva social como em termos de mercado de trabalho.

É bem sabido que o número de Roma que não têm acesso ao mercado de trabalho da União Europeia é preocupante. Devemos, por isso, deixar de adiar a criação de programas europeus eficazes destinados a impulsionar principalmente o acesso dos Roma à educação, de modo a que o desemprego deixe de ser uma parte da vida que é constantemente transmitida de uma geração à seguinte.

A liberdade de circulação de que os Roma dos novos Estados-Membros actualmente usufruem não implicou um acesso igualmente fácil ao mercado de trabalho da UE. Tudo o que podemos dizer é que a única coisa que os migrantes Roma em outros Estados-Membros fizeram foi exportar a sua própria pobreza.

Perante o pano de fundo da actual crise económica é ainda mais difícil aos cidadãos Roma acederem ao mercado de trabalho, o que significa que um grande número deles está a viver abaixo do limiar de pobreza.

Estamos, por isso, a enfrentar um grande desafio durante um período de crise económica em termos de encorajamento dos empresários a oferecerem empregos à maior minoria da Europa.

Dushana Zdravkova (PPE-DE), por escrito. – (BG) Minhas Senhoras e meus Senhores.

O relatório da senhora deputada Kósáné Kovács sobre a situação social dos Roma e o seu acesso melhorado ao mercado de trabalho na UE reflecte o elevado nível de responsabilidade política do Parlamento Europeu para com os cidadãos da Europa no auge da crise económica global. O relatório destaca em pormenor todos os grandes desafios que se colocam no que toca à melhoria da situação económica e à inclusão social da maior minoria étnica existente na Europa. Durante estes tempos de crise, é importante defendermos os valores em que assenta a nossa união e protejamos os membros vulneráveis da nossa sociedade.

A disponibilização de educação aos Roma, a implementação de políticas de emprego específicas, a garantia de acesso aos serviços de saúde e, por último mas não menos importante, a promoção da luta pela igualdade das mulheres Roma devem ser os meios utilizados para resolver a longo prazo os problemas que afectam esta camada da sociedade europeia.

O relatório propõe com toda a clareza o princípio do envolvimento das organizações não governamentais e dos Roma na elaboração e implementação de políticas em prol da inclusão social. Penso que, com a entrada no quarto ano da Década de Inclusão dos Roma, os Estados-Membros têm de acompanhar com maior seriedade as recomendações específicas formuladas pela Comissão sobre a implementação deste projecto de âmbito europeu.

Obrigada pela vossa atenção.

21. Plano de acção da Comissão para um quadro integrado de controlo interno (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma curta apresentação do relatório (A6-0022/2009) da deputada Gabriele Stauner, em nome da Comissão do Controlo Orçamental, sobre um Plano de acção da Comissão para um quadro integrado de controlo interno (2008/2150(INI)).

Gabriele Stauner, relatora. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o princípio do controlo interno eficaz é um dos mais importantes princípios orçamentais a observar imperativamente pela Comissão ao executar o orçamento e ao utilizar os fundos. Há anos que o Tribunal de Contas Europeu (TCE) e o Parlamento Europeu têm vindo a solicitar um controlo eficaz e eficiente dos recursos orçamentais, tendo em particular o TCE avançado com diversas tentativas e sugestões no sentido de assegurar que a Comissão utiliza os recursos de forma adequada e económica. No entanto, há anos que a Comissão não obtém do TCE uma declaração de fiabilidade positiva. Basta lembrar a esta Câmara as ocorrências relativamente a irregularidades na execução do programa Leonardo, há alguns anos, e outras áreas de apoio que têm sido sempre muito propensas a irregularidades e talvez mesmo a situações de fraude.

Em Janeiro de 2006, a Comissão adoptou um plano de acção para um quadro integrado de controlo interno, mais uma vez com o objectivo de obter uma declaração de fiabilidade positiva do TCE. Como se afirma no nosso relatório, não há dúvidas de que a Comissão tem realizado alguns esforços sérios para desenvolver o plano de acção. No entanto, está bastante claro para o Parlamento que a execução das medidas está muitíssimo atrasada. Por conseguinte, a Comissão terá de acelerar consideravelmente a execução das medidas previstas, de modo que os efeitos positivos, num futuro previsível, possam ser vistos no Relatório Anual do TCE, e também de modo que os deputados do Parlamento Europeu possam conceder uma quitação com a consciência tranquila.

Não quero entrar em pormenores sobre a execução ainda insatisfatório das medidas, mas gostaria de salientar que, agora, a eficácia das actividades de controlo é ainda mais necessária, tendo em conta que, em relação ao pacote de recuperação económica, quase todos os critérios para a aplicação de medidas de apoio foram significativamente flexibilizados, inclusive no interesse de uma rápida prestação de assistência. Basta recordar a planeada flexibilização dos Fundos Estruturais e as mudanças significativas nos princípios da elegibilidade no que respeita ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Sabemos, obviamente, que todas as medidas de apoio, nomeadamente no domínio dos fundos estruturais, são executadas em estreita cooperação com os Estados-Membros, o que é absolutamente essencial para garantir a validade da despesa, mas também gera problemas substanciais quando se trata do controlo por parte da Comissão.

Temos conhecimento, há anos, de que a Comissão, nesses controlos nos Estados-Membros, nem sempre pode ter a abordagem que consideraria ideal e coerente com os princípios orçamentais e as ideias do TCE. O Parlamento tem grande dificuldade em obter uma visão final, especialmente no caso dos resumos anuais e das declarações de gestão a nível nacional, que a Comissão nos apresentou pela primeira vez em 15 de Fevereiro de 2008, dado que os documentos não obedecem a critérios uniformes.

Nesta perspectiva, o nosso relatório – que foi também aprovado por unanimidade pela Comissão do Controlo Orçamental – solicita que seja exercida pressão contínua sobre os Estados-Membros no sentido de estes fornecerem dados que sejam simultaneamente completos e compreensíveis. Tenho grande esperança de que a Comissão continue a levar a sério no futuro a sua tarefa de introduzir o quadro de controlo interno. Muito obrigada.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, agradeço à senhora deputada Gabriele Stauner pelo seu relatório e ao Parlamento Europeu pelo diálogo construtivo que desenvolvemos desde o

momento em que a Comissão começou a trabalhar sobre o Plano de Acção para um quadro integrado de controlo interno positivo.

Neste contexto, a Comissão estima que a declaração de fiabilidade emitida pelo Tribunal de Contas para 2007 é a melhor jamais conseguida. O Plano de Acção contribuiu para essa melhoria. Tenho o prazer de os informar que a Comissão procedeu, no passado dia 3 de Fevereiro, à adopção do seu último relatório sobre os progressos realizados. Como pediu a senhora deputada Stauner no seu relatório, poderão assim tê-lo em conta na resolução de quitação.

A nossa Comunicação de 3 de Fevereiro apresenta uma primeira avaliação do impacto do Plano de Acção até 31 de Dezembro de 2008. Conclui que foram desenvolvidos progressos consideráveis durante o mandato da actual Comissão. Passo a citar alguns dos seus pontos.

Relativamente à simplificação, a proporção do orçamento executada segundo regras de elegibilidade mais claras e mais fáceis de aplicar está a aumentar para 25% do orçamento. No âmbito do plano de relançamento económico, propomos outras medidas de simplificação, nomeadamente no que respeita aos Fundos Estruturais.

O Tribunal de Contas constatou uma melhoria na clareza e na fiabilidade dos relatórios anuais de actividade dos serviços da Comissão conseguidos na acção n.º 3.

A Comissão reforçou as correcções financeiras - acção n.º 11 nos Fundos Estruturais -: em 2008, foi recuperado um montante de 1 500 milhões de euros. Em comparação, o montante recuperado em 2007 foi de 288 milhões.

Os serviços da Comissão aplicam cada vez mais normas comuns no que respeita aos métodos de controlo que garantem uma melhor coordenação e partilham os resultados, o que contribui para reduzir a carga administrativa e explorar melhor os resultados dos controlos.

Continuamos a reforçar a responsabilidade dos Estados-Membros na gestão partilhada - acção n.º 5 - e acabamos de receber, pela segunda vez, os resumos anuais de auditoria. A Comissão vai prosseguir essas acções, bem como outras iniciativas visando melhorar o quadro de controlo.

O relatório da senhora deputada Stauner frisa o papel-chave do conceito de risco tolerável na procura de futuras melhorias. Este conceito visa definir, a nível político, o equilíbrio aceitável entre os resultados e os custos dos controlos. É evidente que não é possível uma taxa de erro nula, e parece lógico que, conforme o domínio, a taxa de erro possa variar.

O debate interinstitucional sobre esse conceito está a desenvolver-se com base na recente comunicação da Comissão; o Vice-Presidente Kallas teve oportunidade de falar nisto ao Parlamento no mês de Janeiro. Gostaria de salientar a importância dessa iniciativa, que permitirá à autoridade de quitação apreciar melhor a qualidade da gestão do risco posta em prática pela Comissão.

O nosso último relatório mostra que a Comissão completou as diferentes acções. O Tribunal de Contas fará a sua própria apreciação do impacto das diferentes acções no seu relatório anual de 2008.

Agradeço à senhora deputada Stauner o seu relatório, que constitui um incentivo para melhorarmos ainda mais o nosso quadro contabilístico.

Presidente. - Está encerrado o debate. A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (artigo 142.º)

Louis Grech (PSE), por escrito. – (EN) Este relatório que visa dotar de mais transparência, eficiência e responsabilidade as despesas europeias, é mais relevante do que nunca para implementar o orçamento da UE de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Precisamos de um compromisso genuíno para com a transparência e controlos internos efectivos por forma a retirar o máximo de proveito das nossas políticas e prioridades. Além do mais, apoio plenamente a opinião de que uma acção que não pode ser implementada de forma satisfatória em termos de custos e riscos deve ser reanalisada. Na actual crise económica, não podemos permitir qualquer despesa desnecessária nem a utilização indevida dos fundos europeus. Ao mesmo tempo, é preciso que a instituição tenha requisitos jurídicos menos complexos. É necessário simplificar a carga administrativa e financeira que recai sobre os requerentes e beneficiários da UE, especialmente porque a burocracia desnecessária tem impedido em muitos casos uma implementação eficaz das políticas. A tarefa desafiadora consiste em encontrar o equilíbrio certo.

22. Integridade dos jogos de apostas em linha (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma curta apresentação do relatório (A6-0064/2009) da deputada Christel Schaldemose, em nome da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, sobre a integridade dos jogos de apostas em linha (2008/2215(INI)).

Christel Schaldemose, relatora. – (DA) Senhora Presidente, sinto-me simultaneamente orgulhosa e satisfeita por poder apresentar-lhes esta noite o relatório de iniciativa sobre a integridade dos jogos de apostas em linha. Como sabem, a questão dos jogos de apostas sempre gerou grandes controvérsias no Parlamento Europeu. Os jogos de apostas foram retirados do âmbito de aplicação da directiva relativa aos serviços, bem como do da directiva relativa ao comércio electrónico e foram também eliminados da directiva relativa à televisão sem fronteiras. Por que razão? Bem, penso que a maioria de nós concordará que os jogos de apostas são de facto um serviço financeiro – o Tribunal de Justiça Europeu assim os considerou – mas um serviço financeiro totalmente distinto. Não sendo os jogos de apostas na Internet comparáveis à compra de uma chaleira eléctrica ou à contratação de um carpinteiro para colocar um soalho, deveriam ser alvo de um tratamento diferenciado. Foi assim que fizeram os Estados-Membros até este momento. Estabeleceram regulamentos rigorosos para proteger os consumidores contra o vício do jogo e contra a fraude ou o falseamento de resultados, mas também para impedir o branqueamento de dinheiro. Além disso, têm tido também como objectivo a manutenção da ordem pública. Os jogos de apostas não são, contudo, todos iguais. Na realidade, os jogos de apostas na Internet colocam uma série de desafios específicos que os jogos de apostas terrestres não colocam, em parte devido à sua natureza transfronteiriça e também por causa da sua acessibilidade tão imediata.

As negociações em torno do relatório foram, em certas ocasiões, mais acesas do que eu gostaria. Estivemos muito divididos relativamente à questão de saber se os jogos de apostas na Internet representam maior risco de uma pessoa se tornar dependente do jogo, por exemplo. Tal facto não me surpreende muito, pois os números falam por si. Um estudo realizado na Suécia e noutros países revela que o risco de uma pessoa se tornar dependente do jogo de apostas é cinco a sete vezes superior de a pessoa jogar póquer na Internet do que se sair de casa para ir jogar póquer no mundo real. Todavia, eu seria a primeira a admitir que não conhecemos todas as consequências que o jogo na Internet pode ter para os consumidores. Se há uma questão em que efectivamente conseguimos chegar a algum consenso, é a da necessidade de dispormos de mais informação sobre o modo como podemos proteger melhor os consumidores.

Há, contudo, seis pontos específicos do relatório que gostaria de destacar aqui esta noite:

1. Uma maioria considerável na Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores entende que os operadores dos jogos de apostas em linha devem cumprir não só a legislação sobre jogos de apostas do Estado-Membro no qual prestam os seus serviços, mas também a legislação em vigor no país onde vive o consumidor;
2. Deve ser feita uma clarificação a nível político antes de uma clarificação pelos tribunais sobre o modo como devemos dar resposta aos desafios e aos problemas suscitados pelo mercado europeu dos jogos de apostas em linha;
3. A cooperação entre Estados-Membros deve ser consideravelmente reforçada;
4. Precisamos de desenvolver normas para proteger os consumidores contra a fraude, a dependência do jogo e outros perigos envolvidos;
5. Precisamos de mais investigação neste domínio; e por último,
6. O Parlamento Europeu dá todo o seu apoio às iniciativas e ao processo iniciado pelo Conselho e exorta a Comissão a dar-lhes também o seu apoio.

De um modo geral, considero que o relatório vai ajudar a repor o sector dos jogos de apostas na área política à qual pertence. Trata-se de um relatório equilibrado que na realidade também obteve um apoio considerável em sede de comissão, apesar da natureza sensível do tema. Foi aprovado com 32 votos a favor e 10 contra. Foi apresentada uma resolução alternativa por uma minoria dos membros da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores. Procurei incorporar ao máximo os seus pontos de vista no relatório, mas as divergências políticas são tão substanciais que não foi possível incluí-los na íntegra. Gostaria de agradecer a muitos colegas o apoio que me deram e espero que amanhã o meu relatório obtenha também o apoio de uma ampla maioria.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. - (FR) Senhora Presidente, Senhora Deputada Christel Schaldemose, a Comissão saúda este relatório de iniciativa do Parlamento Europeu. Presta homenagem ao trabalho desenvolvido pela Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores e por si, Senhora Deputada, que é a sua relatora, e saúda, nomeadamente, o estudo realizado sobre as questões de integridade.

Como o meu colega McCreevy já salientou nas suas anteriores intervenções, as abordagens actualmente adoptadas nos Estados-Membros são demasiado diferentes entre si para permitir uma iniciativa legislativa. As últimas discussões no seio do Conselho "Competitividade" mostraram claramente que os Estados-Membros não chegariam a acordo sobre uma iniciativa deste tipo.

Além disso, o Tratado fornece um certo número de princípios directores. A jurisprudência do Tribunal confirmou recentemente, com o acórdão Placanica, emitido em Março de 2007, que as actividades de apostas desportivas constituem, de facto, serviços no sentido do artigo 49.º do Tratado. Os Estados-Membros têm o direito de legislar no domínio dos jogos a dinheiro a nível nacional. Se pretendem restringir as actividades de jogos a dinheiro, cabe-lhes realizar os estudos necessários para justificar essas restrições, por exemplo em matéria de vício ou de fraude.

Quando se demonstra que essas medidas são necessárias, o Tratado impõe que elas sejam tomadas de forma não discriminatória relativamente aos operadores nacionais e a quaisquer operadores estabelecidos nos outros Estados-Membros.

A Comissão tenciona cumprir o seu dever investigando qualquer queixa que lhe seja apresentada, e aplicar processos por incumprimento sempre que se verificarem infracções ao Tratado.

É encorajador constatar que, no seguimento dos processos por infracção interpostos, um certo número de Estados-Membros - como, por exemplo, a França, a Hungria e a Itália - concordaram com a Comissão e decidiram alterar a sua legislação. A Comissão está, evidentemente, a tentar ajudar os Estados-Membros a encontrarem soluções que dêem resposta aos processos por infracção.

A Comissão publicou um estudo relativo aos aspectos jurídicos e económicos do mercado dos jogos a dinheiro em 2006. Nestas condições, a Comissão não considera necessário, actualmente, desempenhar um papel acrescido na realização de estudos relativos às legislações nacionais ou ao problema mais vasto dos vícios, das fraudes ou de outras actividades repreensíveis. Todavia, este relatório introduz alguns esclarecimentos particularmente úteis.

Presidente. - Está encerrado o debate. A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Lasse Lehtinen (PSE), *por escrito*. - (FI) Amanhã verificaremos que muitas regiões da Europa continuam a ter vontade política para manter o seu extremamente importante monopólio do jogo, e isso acontece também na Finlândia. O apoio do Parlamento Europeu à Lotaria Nacional finlandesa, à Associação Finlandesa de *Slot Machines* e ao operador de jogos finlandês, Fintoto, é importante, porque o processo por incumprimento iniciado pela Comissão continua a ser um problema. É importante para o movimento desportivo europeu e para as actividades desportivas a nível das bases que os Estados-Membros possam preservar os seus sistemas nacionais de jogo.

Estes sistemas são também um elemento fundamental naquilo que é uma característica particular da vida desportiva na Finlândia, em que o trabalho voluntário apoiado pela sociedade constitui igualmente uma base de apoio para o desporto de alto nível. É também mais fácil combater os efeitos colaterais do jogo em países onde o Estado detém o monopólio. Os jogos *on-line* representam apenas cerca de 5% de todas as receitas do jogo, mas o sector está a crescer a uma enorme velocidade. Por isso, é importante que os direitos dos Estados-Membros permaneçam inalterados, mesmo na era da Internet. Não devemos esquecer que, após a adopção do Tratado de Lisboa, a UE terá competência em certas áreas do desporto, o que irá ajudar a combater os efeitos colaterais do desporto profissional, como o racismo, o *doping* e o vandalismo.

Zita Pleštinšká (PPE-DE), *por escrito*. - (SK) As receitas brutas dos jogos de apostas em linha via Internet ascenderam a 2-3 mil milhões de euros em 2004. Segundo o estudo do SICL supracitado, estes jogos representam cerca de 5% do mercado total do jogo a dinheiro na UE. Um crescimento rápido destes serviços no futuro é inevitável e, por isso, necessitamos de regras claras e transparentes.

O relatório da senhora deputada Schaldemose considera uma abordagem diferente à indústria dos jogos de apostas na Europa, portanto, não posso apoiá-lo. Não faz distinção entre os operadores de jogos de apostas

que possuem uma licença e exercem a sua actividade nos termos da lei e aqueles que exercem, frequentemente, a actividade sem licença e de forma ilegal.

É necessário partir do facto de que a maioria dos Estados europeus possui uma indústria de jogos de apostas. Concordo que cada Estado-Membro deveria continuar a determinar as regras para jogos de apostas em linha via Internet. Enquanto não existir prova adequada de ameaça para os jogadores, lavagem de dinheiro ou corrupção desportiva, não devemos considerar todas as companhias como criminosas. Também existem empresas sérias que utilizam a melhor tecnologia e funcionam nos termos da lei.

Sou mais opositora do que defensora dos jogos de apostas em linha via Internet. No entanto, na minha opinião, uma proibição geral levaria ao aumento e à ilegalidade destas actividades e uma total ausência de regras. Penso que a posição que elaborei juntamente com os meus colegas representa uma alternativa mais justa e mais clara ao relatório elaborado pela relatora.

23. Garantia da qualidade dos géneros alimentícios - Harmonização ou reconhecimento mútuo de um conjunto de normas (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma curta apresentação do relatório (A6-0088/2009) da deputada Maria Petre, em nome da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, sobre a garantia da qualidade dos géneros alimentícios: harmonização ou reconhecimento mútuo de um conjunto de normas (2008/2220(INI)).

Maria Petre, relatora. – (RO) Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Comissão Europeia por esta bem-vinda iniciativa do Livro Verde sobre a qualidade dos produtos agrícolas e as consultas lançadas sobre este tópico.

O Livro Verde dá uma resposta a uma necessidade real dos Estados-Membros de promoverem a imagem dos seus produtos agrícolas, e especialmente os benefícios em termos de qualidade, tanto entre os consumidores europeus como entre os consumidores de outros países. Estes elevados padrões são exigidos pelos consumidores e uma forma de se atingir um valor acrescentado máximo. Embora o processo de co-decisão se não aplique, espero que o parecer do Parlamento Europeu seja definitivamente tomado em consideração durante as fases que se seguirem.

Gostaria também de agradecer aos meus colegas da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, e sobretudo aos peritos, pelo apoio que deram à promoção do presente relatório.

A simplificação dos padrões de comercialização, mantendo os consumidores melhor informados, sobretudo sobre a origem dos produtos alimentares, e uma melhor protecção dos produtos de qualidade europeus a nível mundial são algumas das mais importantes propostas deste relatório.

A política de qualidade não pode ser abordada separadamente da questão do futuro da PAC ou de desafios como as alterações climáticas, a necessidade de preservar a biodiversidade, o aprovisionamento de energia e a gestão dos recursos hídricos. Ao mesmo tempo os consumidores, como todos nós sabemos, demonstram um interesse cada vez maior não apenas pela segurança alimentar mas também pela origem e métodos de produção dos produtos alimentares.

Os sistemas de certificação estão associados, nas mentes dos consumidores, a uma garantia de maior qualidade. O intuito das normas deve ser ajudar os agricultores a produzir produtos de qualidade que correspondam às expectativas dos consumidores, evitar o seu desapontamento e facilitar a comparação de preços num leque de níveis de qualidade dos produtos.

Como relatora, gostaria de ver uma redução no nível de complexidade do sistema europeu de normas de base e nas numerosas disposições que os agricultores europeus têm de respeitar. Sou favorável a uma simplificação e à adopção de regras que garantam de forma suficiente a segurança alimentar na UE.

Proponho também formas de simplificação do processo para a elaboração de normas mediante o encurtamento dos procedimentos na Comissão, transferindo esta sobrecarga para outros organismos ou remetendo para normas internacionais. Acredito também que qualquer simplificação deve tomar em conta as tarefas administrativas que caberão às autoridades ou partes interessadas. A medida que as tendências de mercado se alterarem e a tecnologia avançar, as normas de comercialização podem tornar-se parcialmente obsoletas e ter de ser adaptadas e actualizadas.

A União Europeia deve insistir em que todos os produtos alimentares respeitem as respectivas normas de produção, especialmente no que se refere à saúde e segurança. Além disso, a União Europeia deve garantir condições iguais aos produtos locais e produtos de países terceiros. Sou favorável à introdução obrigatória da rotulagem com o local de produção de produtos primários e a menção "produzido na União Europeia" ou fora dela.

Gostaria também que este sistema fosse alargado aos produtos alimentares transformados para tomar em conta a origem dos principais ingredientes e matérias-primas e estabelecer uma ligação entre estas componentes e o local onde o produto foi transformado em último lugar. Penso que devem ser adoptadas normas sobre o uso dos termos "montanha" e "ilha", dado o significativo valor acrescentado daí resultante para os produtos agrícolas e alimentares dessas regiões menos favorecidas.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à relatora, a senhora deputada Maria Petre, pelo seu relatório. A política europeia de qualidade dos produtos agrícolas representa um desafio enorme para os agricultores, os actores da cadeia alimentar em geral e, evidentemente, os consumidores. Eis a razão por que a Comissão adoptou o Livro Verde sobre a qualidade dos produtos agrícolas e consultou as partes envolvidas antes de formular propostas legislativas.

A Comissão, Senhora Deputada Petre, acolhe favoravelmente o seu relatório e os debates que tiverem lugar nas diversas comissões do Parlamento Europeu. Esses debates juntaram-se às 560 contribuições recebidas durante o período de consulta e destinadas a ajudar a Comissão a definir orientações estratégicas, as quais serão expostas numa comunicação prevista para o final de Maio deste ano.

A Comissão tenciona ajudar os agricultores europeus a comunicarem as exigentes condições de produção que respeitam. Notei que a proposta de indicar o local de produção recebeu muito pouco apoio, e a ideia de um logótipo europeu indicando o respeito das normas europeias, ainda menos. Inversamente, existe um pedido de rotulagem "país de origem".

A Comissão congratula-se com o apoio dado à sua abordagem da simplificação das normas de comercialização. A Comissão sempre defendeu uma simplificação da legislação sempre que necessário; assim, Senhora Deputada Petre, a senhora incita-nos e encoraja-nos a continuarmos o nosso trabalho.

A Comissão tomou boa nota do pedido de definição das menções facultativas reservadas, como, por exemplo, "quinta" ou "montanha". Posso dizer-lhes que este é também o ponto de vista de uma maioria daqueles que responderam ao Livro Verde.

Quanto às indicações de origem geográfica, a Comissão está de acordo com o vosso ponto de vista. Os procedimentos deveriam ser simplificados ou, pelo menos, acelerados. Neste momento, estamos a tentar descobrir o que fazer com base em todas as respostas fornecidas ao Livro Verde.

A questão de uma agência mantém-se em aberto. Contudo, as vantagens e os inconvenientes de tal organismo terão de ser estudados atentamente.

No que respeita às negociações na OMC, posso garantir-lhes que o reconhecimento dos sistemas europeus de qualidade se mantém firmemente na ordem de trabalhos da Comissão. Parece estar a emergir um consenso sobre a necessidade de harmonizar, de enquadrar os sistemas de certificação, assim como de chegar a um reconhecimento mútuo desses sistemas. O estabelecimento de linhas de orientação poderia ser suficiente e permitir-nos evitar demasiadas condicionantes administrativas.

Trata-se de um primeiro passo em direcção a uma verdadeira política de qualidade dos produtos agrícolas. A Comissão espera agora com impaciência as próximas etapas e as frutuosas discussões que nos esperam, e a Senhora Comissária Fischer Boel, minha colega, garante-lhes, por meu intermédio, que a Comissão contará com a participação do Parlamento em todas as próximas acções que desenvolver neste domínio, de que a senhora salientou, e com razão, Senhora Deputada Petre, a importância, não só para os produtores, mas também para todos os consumidores que somos.

Presidente. - Está encerrado o debate. A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Magor Imre Csibi (ALDE), por escrito. - (EN) Num mundo altamente globalizado, os agricultores vêem-se cada vez mais pressionados. Para serem competitivos, podem reduzir os custos ou especializar-se na produção de produtos de alta qualidade para um nicho de mercado. Assim, esquemas de qualidade dos alimentos não

só proporcionam aos consumidores produtos autênticos como ainda podem apoiar o desenvolvimento rural. Para oferecer aos agricultores uma alternativa para o desenvolvimento rural, precisamos de simplificar as normas de comercialização e reforçar os incentivos à participação dos produtores em pequena escala. Porém, a simplificação das normas não significa diminuição da qualidade ou da autenticidade. As normas da UE para a comercialização de produtos alimentares já são das mais exigentes do mundo. Para preservar a confiança em esquemas de qualidade, é necessário implementá-los com controlos reforçados e sistemas de rastreabilidade. Além disso, no caso das "indicações geográficas protegidas" ou da "denominação de origem protegida", seria desejável rotular o(s) principal(is) ingrediente(s) com o lugar de origem ou mesmo dessa área específica. Os consumidores identificam nesses produtos específicas qualidades resultantes de uma certa origem ou método de cultivo. Há, no entanto, casos em que o ingrediente indicado no rótulo não é exactamente o mesmo que o que é efectivamente utilizado no produto alimentar, como acontece, por exemplo, com o "presunto de Parma" que na realidade não provém de Parma.

Véronique Mathieu (PPE-DE), por escrito. - (FR) Os consumidores são cada vez mais exigentes quanto à qualidade, à origem e à segurança dos produtos agrícolas. A UE conseguiu criar um sistema de rotulagem de qualidade que garante a autenticidade dos produtos característicos de um território ou de um fabrico tradicional. Os Estados-Membros e a União Europeia têm então o dever de promover esses produtos de qualidade e de protegê-los melhor a nível internacional. O que pressupõe que se garanta uma concorrência leal entre os produtos europeus e os produtos dos países terceiros, protegendo, nomeadamente, os agricultores europeus contra todos os produtos que usurpem uma denominação. Os produtos expostos a um risco de usurpação deveriam então beneficiar de uma protecção internacional da OMC, e qualquer pedido de registo de indicação protegida proveniente dos países terceiros deveria ser mais bem controlada. Para melhor informar o consumidor, é importante que o rótulo especifique o país de origem dos produtos primários e, no caso dos produtos transformados, a origem dos principais ingredientes e do local da última transformação.

Paralelamente, a UE deve fazer respeitar o princípio do "acesso condicionado ao mercado" recomendando a adopção, no seio da OMC, de normas de protecção mais rígidas para os produtos de qualidade, de forma a que os produtos importados sejam submetidos às mesmas exigências de segurança e qualidade que os produtos europeus.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE), por escrito. - (PL) Senhora Presidente, a qualidade é uma palavra-chave ao longo de toda a cadeia de produção alimentar, e designadamente desde à terra até à mesa do consumidor. É extremamente importante sensibilizar os consumidores da UE para os elevados requisitos e normas postos em prática na área dos produtos alimentares e que os agricultores e produtores de produtos agrícolas e alimentares têm de cumprir, assim como para os respectivos custos associados. Os alimentos da UE distinguem-se pela sua elevada qualidade e pelos correspondentes padrões elevados. Ora o mesmo nem sempre se pode dizer de produtos importados.

Não acho que devamos criar novos sistemas de certificação a nível comunitário, ou mais símbolos que distingam produtos alimentares na UE, pois tal induziria em erro o consumidor. Em vez disso, devemos concentrarmo-nos em medidas promocionais para informar os consumidores sobre os símbolos da UE já a serem usados e que os consumidores devem ver como uma garantia de qualidade.

Outro desafio é melhorar o processo de avaliação das candidaturas relativas a produtos regionais e acelerar o processo de registo. Infelizmente o tratamento destas candidaturas pela Comissão Europeia arrasta-se ao longo de anos. As regiões polacas de Lesser e Kielce aguardam ainda o registo de produtos como o *fasola korczyńska* (feijão de Korczyn), a *kielbasa lisiecka* (salsicha de Lisiecka), a *wiśnia nadwiślanka* (cereja do Vístula), a *śliwka szydlowska* (ameixa de Szydłów), a *jabłka łuckie* (maçã de Łącko), o *obwarzanek krakowski* (bolo de Cracóvia) e o *fasola z Doliny Dunajca* (feijão do vale do Danúbio).

24. Cooperação entre os tribunais dos Estados-Membros no domínio da obtenção de provas em matéria civil ou comercial (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma curta apresentação do relatório (A6-0058/2009) do deputado Manuel Medina Ortega, em nome da Comissão dos Assuntos Jurídicos, sobre a cooperação entre os tribunais dos Estados-Membros no domínio da obtenção de provas em matéria civil ou comercial (2008/2180(INI)).

Manuel Medina Ortega, relator. - (ES) Senhora Presidente, a esta hora tardia de segunda-feira, a Comissão terá provavelmente outras coisas que a preocupam mais do que este relatório. De forma sucinta, o que estamos a fazer é, simplesmente, responder a um relatório da Comissão, concretamente, um relatório sobre

a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1206/2001 do Conselho, de 28 de Maio de 2001, relativo à cooperação entre os tribunais dos Estados-Membros no domínio da obtenção de provas em matéria civil ou comercial.

Estamos perante um domínio que, na realidade, não é comunitário, mas intergovernamental, em que o Conselho – através do regulamento – procurou incentivar a cooperação entre os tribunais. Ceio, no entanto, que tem havido uma certa falta de rigor por parte da União Europeia nas suas tentativas de alcançar este objectivo. Ou seja, foram tomadas algumas medidas, como a formulação de ideias práticas, a utilização de meios electrónicos, etc., mas reconheço que é muito difícil uma acção por parte da Comissão.

Não sei o que a Comissão alcançou ou espera alcançar, mas parece-me bastante difícil conseguir alguma coisa devido às enormes dificuldades que esta forma de cooperação intergovernamental envolve. Ou seja, estamos a pedir às autoridades judiciais que colaborem entre si, mas estamos a falar de 27 países, de autoridades judiciárias que utilizam 22 línguas diferentes, com sistemas jurídicos muito distintos entre si, e estamos a tentar obter resultados.

A Comissão concluiu que os resultados não são bons, que existe um enorme atraso na implementação destes mecanismos de cooperação e, portanto, que não dispomos dos meios necessários para alcançar este objectivo. O ideal seria dispor de meios físicos. Por exemplo, o que poderia a Comissão fazer para equipar os tribunais, sobretudo os de um nível inferior, com meios tecnológicos como os sistemas de videoconferência? A videoconferência poderá ser uma ideia que aparenta estar fora do alcance de muitos pequenos tribunais na União Europeia, mas parece ser a única forma de o conseguir.

Creio que a União Europeia deveria fazer uso das instituições já existentes, concretamente a Rede Judiciária Europeia. Deveríamos reforçar esta instituição para que os próprios juízes, através dos seus sistemas de cooperação, possam desenvolver este tipo de comunicação.

Por outro lado, tudo o que esteja relacionado com a formação dos juízes é fundamental. Isto é algo que a Comissão também não pode fazer por si só. No entanto, a Comissão pode promover o desenvolvimento de cursos deste tipo, que facultem formação em direito comunitário e no conhecimento dos diferentes sistemas jurídicos.

Além disso, existe uma outra grande dificuldade, que é o problema das línguas: como pode um juiz espanhol, por exemplo, comunicar com um juiz finlandês, quando as duas línguas são tão diferentes? Não se pode pretender que os juízes, além de terem de ser peritos no seu domínio próprio, o direito, o que já é bastante complexo em si mesmo, sejam obrigados a possuir conhecimentos deste tipo.

Que podemos fazer, do ponto de vista prático, para ajudar os juízes a responderem às exigências em matéria de tradução e interpretação? Que poderíamos fazer para os ajudar nesse domínio? Ao expor este relatório, não pretendo exprimir qualquer tipo de rigor ou dureza em relação à Comissão. Creio que a tarefa é bastante difícil. O que gostaria de saber, aproveitando o facto de termos aqui um Comissário que se interessa por este tema, é o que crê a Comissão que pode ser feito para conferir maior rigor a este regulamento de 2001, que é um pouco impreciso e talvez demasiado voluntarista; não sei se, do ponto de vista prático, poderá produzir resultados ou se permitirá fazer progressos.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, antes de mais, quero agradecer ao senhor deputado Manuel Medina Ortega, que levanta toda uma série de questões absolutamente essenciais. É um facto que este regulamento tem de ser mais bem conhecido dos juízes e dos restantes profissionais de justiça de todos os países.

Saliente-se que a execução directa da forma de obtenção de provas visada no artigo 17.º do regulamento permitiu simplificar e acelerar a obtenção de provas sem levantar qualquer problema especial. Os organismos centrais previstos no referido regulamento possuem um papel importante a desempenhar no que respeita à fiscalização dos tribunais que devem tratar os pedidos apresentados nos termos do presente regulamento, bem como à resolução dos problemas por eles enfrentados.

A assistência prestada pelos organismos centrais pode ser essencial para as pequenas jurisdições, confrontadas pela primeira vez com um problema relativo à obtenção de provas num contexto transfronteiriço.

A informática e a videoconferência, articuladas com um sistema de mensagens electrónicas seguras, deveriam constituir, Senhor Deputado Medina Ortega, um meio normal para transmitir as provas. A Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial - como o senhor já referiu - tem por missão, em princípio, facilitar também essa cooperação judiciária na Europa. Desde a sua entrada em vigor, a execução do regulamento sobre a obtenção das provas esteve diversas vezes no centro dos trabalhos da Rede. Em 2006, foi elaborado

um guia prático sobre a aplicação do regulamento, o qual foi distribuído por todas as jurisdições europeias em 2007. A Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial pode, evidentemente, por intermédio dos seus pontos de contacto - tem toda a razão, Senhor Deputado Medina Ortega -, participar mais de perto na execução de pedidos de obtenção de provas mais respeitadora dos prazos previstos no regulamento. É um facto.

Estou a avançar e a analisar as diversas perspectivas. É um facto que o regulamento estabelece critérios precisos sobre a forma e o conteúdo do pedido. O pedido deve cumprir uma forma específica e conter determinadas informações: nome, morada das partes no processo, natureza e matéria do caso específico, descrição das provas a fornecer. O regulamento estabelece ainda que o pedido deve ser apresentado numa das línguas oficiais do Estado-Membro da jurisdição em causa, ou em qualquer outra língua que o Estado-Membro tenha referido que aceita, mas, como já salientou há pouco, esse problema linguístico não é o menor.

Um pedido de obtenção de provas deve - em princípio - ser executado com rapidez. Se não for possível executar o pedido nos 90 dias seguintes à sua recepção pelo tribunal envolvido, este deve informar o tribunal requerente, referindo as respectivas razões.

De facto, a possibilidade de recusar a execução do pedido de obtenção de provas é reduzida às situações excepcionais, a situações claramente limitadas.

Era esse o regulamento. Em Março de 2007, foi realizado um estudo sobre a sua aplicação, e foi com base nos resultados desse estudo que a Comissão adoptou um relatório em Dezembro de 2007. O relatório foi elaborado nos termos do artigo 23.º do regulamento. E o que diz este? Que a aplicação do regulamento melhorou claramente, foi simplificada e acelerou, apesar de tudo, a cooperação entre os tribunais sobre a obtenção das provas em matéria civil e comercial.

Assim, já atingiu dois objectivos principais: simplificar a cooperação entre Estados-Membros e acelerar a obtenção das provas.

A simplificação incluiu, nomeadamente, a introdução da transmissão directa entre tribunais - apesar de, por vezes, os pedidos subirem até aos organismos centrais - e a criação de formulários padronizados. No que respeita à aceleração do tratamento dos pedidos de obtenção de provas, também neste aspecto se notou um progresso. A maior parte é executada mais rapidamente do que antes da entrada em vigor do regulamento - felizmente -, nos 90 dias previstos pelo regulamento.

Senhor Deputado Medina Ortega, diria, portanto, que a alteração do regulamento não nos parece necessária. Pelo contrário, o seu funcionamento deve ser imperativamente melhorado. No seu Plano de Acção adoptado em Novembro de 2008, o Conselho confiou à Comissão a concretização do portal europeu de *e-Justice européenne*. A primeira versão da concretização do portal, incluindo a sua entrada em vigor já este ano, constitui, evidentemente, uma prioridade absoluta para todos nós, e para mim concretamente.

No que respeita à utilização da videoconferência, vamos também torná-la prioritária. A Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial está a preparar, para já, um guia prático sobre os aspectos legais da utilização da videoconferência em matéria de obtenção de provas. É claro que esse guia prático será enviado aos juízes europeus e estará acabado no final deste ano. Será inscrito no portal que, como já disse, verá a luz do dia antes do final deste ano.

Resta, evidentemente, equipar as salas de audiência com o material de videoconferência. Esperamos aproveitar as novas modalidades de financiamento por ocasião da revisão das Perspectivas Financeiras 2010-2013. O programa Justiça civil inclui já possibilidades de financiamento para os projectos transfronteiriços, em que a utilização da videoconferência é claramente afirmada como uma prioridade.

Diria, Senhor Deputado Medina Ortega, que concordo consigo sobre um ponto fundamental que, em minha opinião, deve constituir uma prioridade de Estocolmo: a formação dos juízes. No que respeita ao dossiê que abordaram esta noite, da obtenção de provas, temos, de facto, de possuir uma formação adaptada e adequada dos juízes. Em minha opinião, será uma das linhas directrizes do próximo programa de Estocolmo.

Seja como for, obrigado por este relatório, que nos ajuda e nos esclarece com grande utilidade.

Presidente. - Está encerrado o debate. A votação terá lugar amanhã.

25. Revisão legal das contas anuais e consolidadas (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma curta apresentação do relatório (A6-0014/2009) do deputado Bert Doorn, em nome da Comissão dos Assuntos Jurídicos, sobre a aplicação da Directiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas (2008/2247(INI)).

Bert Doorn, relator. – (NL) Senhora Presidente, o presente relatório diz respeito à aplicação da Oitava Directiva relativa à revisão legal das contas anuais. É bom que o Parlamento preste mais atenção à aplicação e à transposição da legislação que aqui aprovamos. Nós, neste Parlamento, podemos tomar decisões sobre as normas e regulamentos mais excelentes, mas se essas normas e regulamentos não forem implementados e cumpridos nos Estados-Membros, estaremos a perder o nosso tempo.

Também com a transposição da oitava directiva houve muitas coisas que correram mal. Algumas definições-chave são diferentemente interpretadas nos diferentes países e são numerosos os Estados-Membros onde não existe uma supervisão pública independente. O relatório exorta a Comissão a tomar medidas tendentes a corrigir estas deficiências.

Interrogamo-nos também sobre a metodologia de harmonização escolhida, nomeadamente a harmonização mínima, será realmente a via mais indicada para chegar a uma aplicação uniforme de definições-chave. Talvez tenhamos de voltar a reflectir sobre se este tipo de definições-chave são o caminho correcto, ou se será necessário utilizar uma metodologia de harmonização diferente, que não seja passível de múltiplas interpretações.

Por último, Senhora Presidente, o relatório examina a recomendação da Comissão sobre a limitação da responsabilidade civil dos revisores oficiais de contas. Se forem necessárias medidas complementares para atingir a convergência na Europa, apreciaremos com agrado as propostas da Comissão.

O objectivo que temos de perseguir e que continuaremos a perseguir é o de chegar a um controlo efectivo e independente dos revisores de contas. A crise económica ensinou-nos que um controlo e uma supervisão estritos são factores indispensáveis.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, gostaria de agradecer ao senhor deputado Bert Doorn pelo seu relatório sobre a aplicação da directiva relativa à revisão legal de contas. Gostaria de agradecer também à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e, mais concretamente, à senhora deputada Ieke van den Burg, que contribuiu para a elaboração deste relatório.

Neste contexto de crise financeira, é essencial que todos os Estados-Membros actualmente em atraso transponham rapidamente a directiva, a fim de atingir os objectivos fixados. A Comissão está a supervisionar o estado da transposição da directiva para os Estados-Membros. Um painel de avaliação é regularmente publicado no nosso sítio web.

Os resultados relativos ao desempenho dos Estados-Membros deverão melhorar significativamente na Primavera deste ano. Tal melhoria foi com certeza facilitada pelo relatório do senhor deputado Doorn. Como salienta o vosso relatório, a Comissão já adoptou a recomendação relativa à garantia de qualidade e a recomendação sobre o limite da responsabilidade civil dos revisores oficiais de contas. Obrigado ao Parlamento pelo seu apoio relativamente a estas duas iniciativas.

A recomendação sobre a limitação da responsabilidade civil dos revisores faz parte de uma estratégia que visa reduzir a concentração no mercado da auditoria. No passado mês de Novembro foi publicada uma consulta sobre as estruturas de controlo nos gabinetes de auditoria e sobre as suas consequências para o mercado da auditoria, a fim de explorar outras possibilidades nessa matéria.

O Parlamento Europeu solicita à Comissão que avalie as legislações nacionais que transpõem a directiva e que o informe dos impactos das medidas tomadas pelos Estados-Membros no seguimento da recomendação sobre a limitação da responsabilidade civil dos revisores de contas. Teremos todo o prazer em preparar, na altura certa, tais avaliações, tendo em conta todos os pontos levantados no relatório do senhor deputado Doorn. Trata-se de um compromisso assumido pelo Senhor Comissário McCreevy e que tenho o prazer de vos transmitir. Muito obrigado, Senhor Deputado Doorn; ousa esperar que tudo isto surta efeitos.

PRESIDÊNCIA: ONESTA*Vice-presidente*

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

26. Fazer frente aos desafios relacionados com o petróleo (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma curta apresentação do relatório (A6-0035/2009) do deputado Herbert Reul, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, sobre as soluções para fazer frente aos desafios relacionados com o petróleo (2008/2212(INI)).

Herbert Reul, relator. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no presente relatório sobre o aprovisionamento em petróleo, advoguei – o que também mereceu a concordância da comissão – uma chamada de atenção para a importância do petróleo no aprovisionamento energético da Europa, no futuro. O petróleo vai manter-se claramente como uma importante fonte de energia primária da UE, mesmo a médio e longo prazo.

Temos vindo a assistir a um forte aumento na procura, sendo este causado pelo crescimento económico e populacional, e também pelo desejo de mobilidade individual. Nos últimos meses e anos, temo-nos preocupado de diferentes maneiras – o relatório também se concentra neste aspecto, em grande medida – com a questão lógica que se coloca quanto à forma de reduzir o consumo, de reduzir a procura. Como podemos baixar o nosso consumo ou supri-lo com outras fontes de energia?

O presente relatório tenta olhar para o facto de que nós, políticos, devermos reflectir sobre se e como a oferta de recursos pode ser aumentada, e sobre o que pode ser feito a esse respeito. Neste contexto, foram enunciados três ou quatro pontos. Primeiro, é necessário um fortíssimo investimento para produzir e explorar os recursos disponíveis de petróleo: 350 mil milhões de dólares por ano, é o valor que é sempre citado a este respeito.

Em segundo lugar, deve salientar-se que temos de ser muito mais activos no domínio das inovações tecnológicas. Temos igualmente de pensar na forma de explorar todas as reservas disponíveis da forma mais eficiente possível. Este ponto faz incidir a nossa atenção, não só sobre as questões da tecnologia e do uso da terra, passando, é claro, rapidamente para as considerações em matéria de política externa. A este respeito também, numa série de pontos que não posso indicar exaustivamente aqui, o presente relatório tenta salientar que temos de redobrar os nossos esforços para tornar comercialmente viáveis os recursos não convencionais de petróleo: de modo a contribuir para a diversificação, a responder à questão de como também podem ser mudadas as rotas de comunicação, e para levantar a questão de saber qual o contributo que a política externa pode dar em termos do reforço das relações, da dependência mútua e da confiança entre a União Europeia e os países produtores de petróleo.

Este relatório não tenta responder a todas as questões relacionadas com o petróleo, antes pretende analisar uma série de questões que não têm sido fulcrais até agora. Não leva em conta as questões da eficiência e da poupança de energia, não porque estas não sejam importantes, mas porque são tratadas noutro contexto. Diversas novas questões devem ser levantadas a este respeito – é preciso considerar, por exemplo, se há suficiente sangue novo a entrar no domínio tecnológico: jovens dispostos a empenhar-se neste campo e a procurar novas soluções.

É este o resumo do conteúdo do presente relatório.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, em nome da Comissão, gostaria de agradecer ao senhor deputado Herbert Reul por ter elaborado o relatório sobre soluções para suplantiar os desafios suscitados pelo aprovisionamento em petróleo. Quero também agradecer, aos membros das diversas comissões que emitiram pareceres sobre o assunto, as preciosas contribuições para esta importante reflexão.

As condições económicas modificaram-se significativamente desde a comunicação da Comissão de Junho de 2008, cujo título era "Enfrentar o desafio da subida dos preços do petróleo". Na altura, o petróleo bruto tinha atingido 140 dólares por barril, com efeitos pesadíssimos sobre a economia global, assim como sobre os particulares, na União Europeia. Desde então, o preço do petróleo bruto caiu uma boa centena de dólares. Está agora abaixo dos 40 dólares por barril.

Todavia, a análise realizada na altura pela Comissão continua pertinente no que respeita às condições estruturais dos mercados petrolíferos, à procura energética mundial a médio e longo prazo, à importância das políticas da União Europeia relativas à energia e às alterações climáticas, podendo tudo isto alterar os nossos esquemas de produção e de consumo, assim como os nossos comportamentos.

Muitas destas questões foram abordadas em pormenor na segunda análise estratégica da política energética adoptada em Novembro de 2008, a qual já foi objecto de outros debates no Parlamento. Além disso, a adopção pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, em Dezembro de 2008, do pacote de propostas sobre energia e alterações climáticas marcou uma etapa importante em direcção a uma acção resoluta sobre as nossas necessidades energéticas futuras, nomeadamente com a fixação do objectivo de 20% de energias renováveis no consumo energético até 2020.

A Comissão acolhe favoravelmente a maior parte dos pontos levantados no relatório do senhor deputado Reul. Tomamos boa nota do apoio fornecido aos novos investimentos nas fontes alternativas de energia, como as energias renováveis, e da prioridade dada aos bens e serviços eficientes do ponto de vista energético. Trata-se de elementos avançados pela Comissão no plano europeu de relançamento económico.

Como é óbvio, aprovamos a importância conferida à intensificação do diálogo com os países produtores com vista à procura de soluções pragmáticas para os problemas encontrados. Dada a interconexão crescente entre as políticas energéticas e externas, e dado o imperativo de garantir a segurança energética, é claro que temos absolutamente de promover boas relações com os países produtores, de forma a que o funcionamento dos mercados internacionais seja mais previsível.

A questão da transparência das reservas petrolíferas deve ser abordada neste contexto. No que respeita à transparência das reservas de petróleo, trata-se de uma questão que foi abordada por ocasião da segunda análise estratégica. A este respeito, está a ser estudada a opção de uma publicação semanal de informação sobre as reservas comerciais.

No que se refere às questões relativas às poupanças de energia e à diversificação das suas fontes, tomamos boa nota dos argumentos avançados sobre o potencial de poupanças de energia no sector da habitação, e esperamos com interesse a conclusão dos debates sobre a reforma da directiva relativa ao desempenho energético dos edifícios.

Quanto às partes dedicadas à necessidade de diversificar as fontes de energia no sector dos transportes e de explorar o potencial dos veículos eficientes do ponto de vista energético, recordo que o plano de relançamento prevê uma iniciativa sobre os veículos verdes.

Para concluir, chamo a atenção para o compromisso assumido pela Comissão de um maior desenvolvimento da acção sobre todas as questões levantadas relativamente aos preços do petróleo. Estas questões dependem das políticas globais da energia, do clima e da investigação.

Congratulamo-nos com o prosseguimento da nossa cooperação com o Parlamento Europeu em todos estes domínios e agradeço, mais uma vez, ao senhor deputado Reul por ter fornecido um certo número de informações e de esclarecimentos preciosos para a condução da nossa política energética no futuro.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Constantin Dumitriu (PPE-DE), por escrito. – (RO) O relatório do Senhor Deputado Reul é extremamente importante no quadro da actual crise económica e dos desafios relacionados com as alterações climáticas.

Como membro da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, tenho consistentemente apoiado a perspectiva de que não devemos minimizar a importância do investimento em tecnologias limpas e energias renováveis como soluções para reduzir a dependência do petróleo, as emissões de carbono e, não menos importante, criar novos empregos e estimular o crescimento económico.

Congratulo-me pelo facto de este relatório mencionar também os biocombustíveis como um recurso ainda não suficientemente explorado, e espero que a recomendação de lhes facilitar o acesso ao mercado seja levada em conta pela Comissão Europeia. O uso de biocombustíveis proporciona uma alternativa económica e social válida para o desenvolvimento rural e a protecção ambiental.

Simultaneamente, vejo com satisfação a atenção acrescida que está a ser dada à eficiência energética em edifícios, que foi incluída como prioridade no Plano Europeu de Recuperação Económica e mencionada no relatório do Senhor Deputado Reul como solução para reduzir a procura de recursos no domínio da energia fóssil. A eficiência energética tem a vantagem de ir também reduzir a conta dos consumidores numa altura em que a crise económica está a ter nestes um impacto cada vez mais negativo.

Anni Podimata (PSE), por escrito. – (EL) Hoje, mais do que nunca, a União Europeia precisa de uma política energética europeia comum que promova a segurança energética e a solidariedade energética e, simultaneamente, apoie opções energéticas viáveis. Hoje em dia, o petróleo é a fonte de energia mais importante na Europa, sobretudo devido ao seu uso generalizado no sector dos transportes. A título exemplificativo, foi referido que em 2030 a dependência da UE face ao petróleo deverá chegar aos 95%. Não podemos ignorar o facto de que as importações provêm basicamente de países em que prevalece a instabilidade política e que consequentemente não se podem considerar seguros.

Além disso, a Europa enfrenta actualmente três desafios, a nível financeiro, energético e ambiental, que inevitavelmente limitam as nossas opções. O petróleo é uma fonte de energia que está ultrapassada. O seu custo duplicou desde 2005, o seu preço sofre flutuações constantes, e está associado a níveis elevados de emissões de CO₂. A reorientação da política energética é, por conseguinte, o único caminho a seguir. Apoiar a energia nuclear ou a exploração de novas minas em África não é solução. A solução é apoiar medidas nacionais e europeias para promover a eficiência energética, e investir em projectos que utilizem fontes de energia renováveis.

27. Política de Concorrência 2006 e 2007 (breve apresentação)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia uma curta apresentação do relatório (A6-0011/2009) do deputado Jonathan Evans, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, sobre os relatórios relativos à Política de Concorrência para 2006 e 2007 (2008/2243(INI)).

Jonathan Evans, relator. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão Europeia apresenta o seu relatório anual sobre a política de concorrência e como é tradição o Parlamento Europeu dá uma olhadela ao relatório e apresenta por iniciativa própria a sua reacção ao mesmo.

Neste caso, por questões de calendário, os relatórios de 2006 e 2007 foram apresentados em conjunto, mas – retomando um dos pontos referidos há pouco pelo Comissário Barrot – acontece que o contexto em que ocorre a nossa apreciação destes relatórios se alterou muito acentuadamente, pois na realidade iniciámos este exercício há já algum tempo. Nessa altura, ocupámo-nos sobretudo com a questão da modernização da política da concorrência, o volume considerável de trabalho realizado pelo anterior Comissário, Mario Monti, e pela actual Comissária, Neelie Kroes, e a análise do impacto desse trabalho em termos da capacidade da Comissão para lidar com o abuso do poder de mercado e para tratar mais eficazmente as fusões e os auxílios estatais. De um modo geral, correu tudo muito bem com estes relatórios como aliás se pode ver claramente da reacção do Parlamento no seu próprio relatório. Vimos uma actividade recorde da parte da Comissão no que se refere aos cartéis graves, vimos o desenvolvimento do sistema de clemência, vimos as coimas recorde aplicadas pela Comissão e vimos também a actividade recorde em termos de notificações de fusões e auxílios estatais.

Este processo que tem vindo a acelerar em termos de modernização porque presentemente a Comissão está a apresentar propostas, num Livro Branco, sobre a introdução de indemnização de prejuízos na esfera privada. Isso é algo que também tem merecido o apoio da nossa comissão e do Parlamento.

A nossa comissão chamou a atenção para duas preocupações específicas – aquilo que consideramos serem relações desiguais entre produtores e retalhistas, especialmente no sector retalhista dos géneros alimentícios, e o Parlamento apresentou uma declaração escrita sobre esta matéria, assinada por mais de metade dos deputados. A nossa comissão também manifestou alguma preocupação relativamente às práticas abusivas no sector dos serviços.

No entanto, refiro a mudança de contexto porque, naturalmente, todos reconhecemos que desde que a Comissão publicou os relatórios, o seu trabalho – especialmente em termos de auxílios estatais – assumiu de facto uma dimensão bastante diferente. Agora, a Comissão analisa quase diariamente os efeitos dos salvamentos de empresas que estão a ocorrer no contexto da actual turbulência dos mercados financeiros. É muito importante – como aliás se diz no nosso relatório – que, ao abordarmos estas questões, reconheçamos alguns dos desafios que se colocam a um mercado aberto efectivo.

É muito importante que a aprovação por parte da Comissão seja compatível com o Tratado e não crie futuramente um poder de mercado tão grande que se torne em si mesmo um cenário para o abuso.

O sector bancário no Reino Unido neste momento é uma área muito clara em que, quando as circunstâncias económicas acalmarem mais um pouco, será necessário proceder a uma revisão geral da nova arquitectura e analisar se esta é verdadeiramente compatível com o funcionamento de um mercado livre, equitativo e aberto. Embora a Comissária Kroes nos tenha dado garantias a este respeito, a nossa comissão registou algumas dessas indicações neste relatório. Em termos gerais consideramos que a Comissão merece ser felicitada pelo seu trabalho e esse é o objectivo do relatório que espero seja aprovado amanhã por uma maioria muito alargada.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Deputado Jonathan Evans, antes de mais agradeço-lhe em nome de Neelie Kroes e de toda a Comissão.

Congratulamo-nos com o apoio sem ambiguidades do Parlamento Europeu, patente no seu relatório, com vista a uma aplicação firme e sustentada da política da concorrência em todos os domínios de acção: a luta anti-trusts e contra os cartéis, o controlo das operações de fusão-aquisição, bem como as ajudas estatais.

A Comissão saúda, nomeadamente, a importância conferida pelo Parlamento Europeu às necessidades, em recursos humanos, da Direcção-Geral da Concorrência para fazer face à sua quantidade crescente de trabalho no âmbito da actual crise económica.

Neste contexto de recessão, a Comissão continua determinada em conduzir uma acção decisiva contra os apelos ao protecçãoismo. A Comissão congratula-se com a chamada de atenção do Parlamento Europeu contra a suspensão das regras da concorrência, as quais representam um apoio significativo neste esforço. Com efeito, caro Senhor Deputado Evans, não podemos jamais esquecer que as regras da concorrência também existem para estimular a produtividade e para nos permitir, após a crise, recuperar melhor.

2009 deve ser um ano de cooperação. Contamos com o apoio de todas as instituições europeias e dos nossos parceiros internacionais para relançar a economia e garantir o bom funcionamento dos mercados.

Senhor Deputado Evans, agradeço-lhe muito, e pode estar certo de que a Senhora Comissária Kroes tomou boa nota, como já lhe terá dito, do enorme interesse do seu relatório.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

A ordem do dia previa uma breve apresentação do relatório (A6-0003/2009) da deputada Claire Gibault, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, sobre a igualdade de tratamento e de acesso entre homens e mulheres nas artes do espectáculo (2008/2182(INI)).

Penso tratar-se de um relatório muito interessante. Infelizmente, a nossa colega informou-nos de que não poderia estar presente esta noite para apresentar o seu relatório. Assim, nos termos do Regimento, não posso dar a palavra a mais ninguém, uma vez que ela não delegou em ninguém. Por consequência, a breve apresentação do seu relatório não terá lugar.

Pelo contrário, a votação do mesmo terá lugar amanhã, como previsto na ordem do dia.

Declarações escritas (artigo 142.º)

Louis Grech (PSE), *por escrito*. - (EN) Congratulo-me com os esforços da Comissão na área da política de concorrência, o seu combate efectivo aos cartéis e o número recorde de coimas impostas aos infractores em 2006 e 2007. Apoio inteiramente a conclusão da Comissão que reconhece que os mercados energéticos europeus não estão a funcionar correctamente. Nesse aspecto, é muito desanimador que o Conselho Europeu não tenha sido capaz de resolver as questões identificadas pela Comissão na sua análise sectorial. Os custos da energia representam uma parte dos orçamentos das famílias que regista um ritmo de crescimento alarmante, e é provável que com os efeitos da crise financeira venhamos a assistir a um aumento significativo da pobreza em toda a UE. É inadmissível que as ineficiências do mercado da energia estejam a distorcer o mercado em detrimento das empresas e dos consumidores. Para combater a fixação irracional dos preços da energia deveríamos talvez considerar a criação, em todos os Estados-Membros, de reguladores independentes no domínio da energia dotados de competência para assegurar que qualquer aumento nos preços de serviços públicos como a energia, a água, o saneamento, as taxas aeroportuárias, etc., tenha de ser justificado.

Eoin Ryan (UEN), *por escrito*. – (EN) Apoio fortemente os pedidos relacionados com a protecção dos consumidores formulados neste relatório do senhor deputado Evans, nomeadamente o pedido dirigido à Comissão para que conduza um inquérito sectorial à publicidade em linha. Os consumidores são amiúde enganados por ofertas e anúncios em linha deliberadamente confusos, apesar da legislação europeia que visa evitar que isso. A Comissão tem de agir para garantir que a legislação nesta área seja cumprida e não seja apenas um repertório de palavras vãs sobre os direitos dos consumidores.

Congratulo-me com os pedidos dirigidos à Comissão para que realize uma análise dos efeitos na concorrência das relações desiguais entre fornecedores e retalhistas, um problema que assume especial relevância na Irlanda. Não se deveria permitir que continue a existir esta disparidade na política de concorrência, que castiga ainda mais o consumidor num momento económico que já é difícil.

Congratulo-me igualmente com o regulamento geral de isenção por categoria que permite que os Estados-Membros autorizem ajudas a favor das PME, do desenvolvimento regional, da formação, do emprego e do capital de risco. Devem ser rapidamente implementadas medidas para fomentar o empreendedorismo e apoiar as PME nestes tempos difíceis. As PME são a pedra angular da economia, e cumpre-nos zelar por que elas recebam o máximo apoio de acordo com a nossa capacidade colectiva.

28. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

29. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 22H55)

30. Encerramento da sessão anual

Presidente. - Declaro encerrada a sessão 2008-2009 do Parlamento Europeu.